

Tribunal Regional Federal da 2ª Região



***O Rio de Janeiro, o STF e
mais quatro instituições que reinventaram o Brasil***

1ª Edição

Rio de Janeiro

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

2008



D 988 200 anos: 1808-2008: Da Corte à Corte: o Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil/Tribunal Regional Federal da 2ª Região. – Rio de Janeiro: Tribunal Regional Federal da 2ª Região, 2008.
156p.: il. col.; 21cm

Inclui bibliografia e índice iconográfico
ISBN 978-85-62108-00-6

1. Poder Judiciário. 2. Supremo Tribunal Federal.
3. Fuzileiros Navais. 4. Imprensa Nacional. 5. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 6. Biblioteca Nacional.
7. Brasil. 8. Rio de Janeiro (RJ). 9. História. I. Brasil.
Tribunal Regional Federal (2ª Região).

CDU 347.97

EXPEDIENTE

Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região: DESEMBARGADOR FEDERAL JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil: JUIZ FEDERAL FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS

Presidente do Supremo Tribunal Federal: MINISTRO GILMAR FERREIRA MENDES

Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais: ALMIRANTE-DE-ESQUADRA (FN) ÁLVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO

Presidente da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil: MUNIZ SODRÉ DE ARAÚJO CABRAL

Diretor-Geral da Imprensa Nacional: FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA

Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro: LISZT BENJAMIN VIEIRA

Coordenador Executivo do Projeto: ADILSON TEIXEIRA DE FARIA

Apoio à Coordenação Executiva: AREP	MARTA FELIZARDO KEDMA PIRES LARA CHMIELEWSKI	VALÉRIA TAVARES ROSANA BELMONT LUCIANA VILLAR	ANA GOLDEMUND - Estagiária LUANA REIS - Estagiária
-------------------------------------	--	---	---

Pesquisa historiográfica-iconográfica-documental: ANDRÉ CAMODEGO | MARCELO BEBIANO | MARCELO FERRAZ

Pesquisa iconográfica: JOÃO COELHO

Colaboração (Textos e Imagens): JANETH MELO (Supremo Tribunal Federal)
MUSEU DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS (Corpo de Fuzileiros Navais)
CARMEN MORENO (Fundação Biblioteca Nacional-Brasil)
RUBENS CAVALCANTE JUNIOR (Imprensa Nacional)
ALDA HEIZER (Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

Coordenação de Produção Gráfica: PEDRO HIKARU OISHI

Projeto gráfico, diagramação e editoração: DIGRA	GUILHERME SZPIGIEL MALÍNTISA AUGUSTO COSTA RENATA MÖLLER CABRAL SILVA	ROBSON LUIZ DA SILVA VIVIAN K. BITTENCOURT
--	---	---

Apoio à Coordenação de Produção Gráfica: DIGRA	CARLOS ALBERTO NÓBREGA CARLOS ROBERTO DE ASSIS LOPES CELSO LOPES ALVES FILHO CLARICE BIANCOVILLI CLÁUDIO JOSÉ FABIO OLIVEIRA DE SOUZA JOEL FERNANDES	MARCUS VINICIUS R. DE CASTRO MARIA ADELAIDE DA PAZ ARAÚJO NÍVIA FERRAZ DE FREITAS ROBSON RAMALHO WALFRIDES DA SILVA WELLINGTON BRAGA ZAQUEU DOS SANTOS
--	--	--

Revisão: ANDRÉ CAMODEGO | ANDRÉ LUIZ FERRAZ DE FREITAS

Fotógrafo contratado: HENRIQUE HUBER

Normalização bibliográfica: CLÁUDIA IARA PINHEIROS MARTINS

Produção gráfica, impressão e acabamento: DIGRA - DIVISÃO DE PRODUÇÃO GRÁFICA

No Brasil, Dom João VI organizou a Justiça e as Forças Armadas; criou as Escolas de Medicina e Cirurgia de Salvador e do Rio de Janeiro, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofício, a Biblioteca Nacional, o Teatro São João, o Museu Nacional, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Imprensa Régia, a Fábrica de Pólvora, o Hospital Militar, a Academia e o Arsenal da Marinha, a Escola de Artilharia e Fortificação, a Intendência Geral de Polícia, a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e o Banco do Brasil, sem falar nos muitos órgãos administrativos, como os Conselhos de Estado e da Fazenda.

Enfim, ele criou as primeiras grandes instituições que possibilitaram a esse vilarejo tropical, que, então, era o Rio de Janeiro e essa colônia meio selvagem que era o Brasil, alcançarem um vertiginoso desenvolvimento cultural, econômico e social em poucos anos.

Não é nem poderia ser objetivo do presente esboço, elaborado por iniciativa do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, deter-se em cada uma dessas instituições, até por conta de serem elas objeto recente de várias publicações acadêmicas, institucionais ou direcionadas ao público leigo, que têm sido trazidas a lume na inspiração da importante efeméride comemorada em 2008.

Por outro lado, o TRF da 2ª Região decidiu empreender a presente obra pelo motivo de que o Tribunal foi fundado e é a única Corte da Justiça Federal que está sediada na cidade onde, por treze anos, viveram Dom João VI e sua família e onde fo-

ram criadas quase todas as grandes instituições em torno e em razão das quais se estruturou a vida política, social, cultural e econômica do Brasil, a partir de 1808.

Assim, o objetivo precípua, aqui, é destacar a estruturação do Judiciário independente no Brasil, a partir da criação da Casa da Suplicação, e homenagear algumas das instituições que guardam uma relação finalística, paradigmática ou simbólica com o organismo judicial e com a Capital fluminense.

A Imprensa Nacional, dentro disso, foi escolhida por representar o princípio da publicidade – estampado no artigo 37, da Constituição Federal de 1988 – a cuja observância se obrigam os atos da Administração e, inclusive, as decisões judiciais. O Corpo dos Fuzileiros Navais, por resumir as qualidades da disciplina e da hierarquia como instrumentos da defesa dos poderes constitucionais e das leis, como definido no artigo 142, da Carta Magna. A Biblioteca Nacional que, embora não tenha sido efetivamente fundada em 1808, o foi durante a permanência da Corte no Brasil, simbolizando o processo civilizatório por que passava o País e o cabedal cultural abrangente, agudo e desprovido de preconceitos que os operadores do Direito devem colher para exigir e distribuir Justiça. E, finalmente, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro que, a par da sua importância como produtor e difusor do conhecimento científico, é quase uma metáfora da cidade de quase sete milhões de habitantes, que cresceu entre o mar e a montanha, tendo como seus maiores valores o amor e o orgulho do seu povo por suas belezas naturais.



assente o entendimento de que o alvará de 10 de maio de 1808 cunhou a instituição judicial independente no Brasil, o que, de modo algum, significa que o Judiciário e os juízes, desde então, não tenham a quem prestar contas de sua atuação. Independência, nesse caso, traduz-se como a liberdade que os juízes têm para proferir decisões que, de acordo com o seu entendimento, estejam comprometidas apenas com o que ordena a lei, com os anseios mais amplos da sociedade e com a Justiça em si mesma, e não com os interesses de qualquer forma de poder político ou econômico.

Em outras palavras, o alvará assinado por D. João VI estabeleceu, na estrutura judicial recém-criada, o império do livre convencimento do magistrado, baseado em sua consciência e em sua própria hermenêutica das leis e independente para proferir decisões que eventualmente contradigam as forças que dominam a situação; ou até para proferir decisões ditas “impopulares”, aí compreendida a opinião expressa pelos veículos de comunicação de massa, mas, rigorosa e, invariavelmente, adstritas à legalidade.

Assim entendido, o Judiciário independente é o mais poderoso instrumento da democracia, em seu sentido mais lato. Porque é da certeza dessa independência que o cidadão pode extrair a confiança na imparcialidade do julgador e é isso, e somente isso, que legitima suas decisões.

Não que os tribunais estejam incólumes à crítica. E muito menos os juízes devem se perceber superiores a ela, como se pairassem sobre os demais mortais. A crítica é bem-vinda porque conduz à reflexão e ao aperfeiçoamento. A instituição ganha com ela e com ela ganha toda a nação. Mas, a independência do Judiciário, formado por profissionais que detêm uma proteção

constitucional contra as pressões externas, garante a constância da instituição na salvaguarda dos direitos constitucionais e legais, individuais e coletivos, bem como a segurança jurídica de que a sociedade não pode prescindir para sua própria sobrevivência.

Só que essa independência reclama alguns pressupostos para que seja efetiva. A Constituição de 1988, em seu artigo 99, estabelece a autonomia financeira do Judiciário. No entanto, tal autonomia, decorridos vinte anos, é quase meramente nominal. Ao Judiciário urge a ampliação, a modernização e a inclusão de novas tecnologias para atender, de modo ao menos razoável, à crescente demanda por parte da população. Ninguém desconhece o imenso volume de feitos que cada juiz tem sob sua responsabilidade. É, portanto, imperativo realizar novos concursos públicos para magistrados e servidores, instalar novas varas nas capitais e no interior, informatizar as unidades jurisdicionais e administrativas e implementar um grande número de projetos que azeitem a máquina judiciária.

Mas tudo, invariavelmente, colide, de forma virtual, intransponíveis barreiras orçamentárias, barreiras que sob pretéritos governos de exceção funcionaram como rédea, aparente ou velada, a conduzir a instituição à qual impende distribuir a justiça. Hoje, as limitações, derivadas de políticas econômicas na maioria das vezes transitórias, frustram os objetivos de quem gere os tribunais, embora a independência administrativa e jurisdicional seja incontestável.

Então, é tal independência, cristalizada na criação da Casa de Suplicação em 1808 e atualizada, confirmada e estratificada na Carta Política de 1988, que vimos celebrar com a presente obra. Uma independência construída em paralelo e por vezes junto com as demais instituições aqui homenagea-

das. Sem a indelével presença e atuação do Corpo de Fuzileiros Navais, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, da Imprensa Nacional e da Biblioteca Nacional, o Brasil teria em si menos dessa nação grandiosa, mas que, contudo, ainda amadurece tracionada pelo trabalho e pelo amor de todos os brasileiros, seu povo e sua maior força.

Cumpra aqui, por dever de reconhecimento, agradecer a participação das instituições nomeadas na consecução deste livro. Também é mister lançar um terno agradecimento a todos os tribunais e magistrados deste país, em especial a todos os juízes e servidores da 2ª Região da Justiça Federal, que têm edificado, com grande, insone, extenuante esforço uma obra que sabemos perene e tão cogente para o cidadão.

Cabe-me agradecer a colaboração dos dirigentes e representantes de empresas que estão patrocinando e apoiando o projeto “200 anos: Da Corte à Corte – O Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”: Banco Real, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Instituto Dannemann Siemsen de Estudos de Propriedade Intelectual – IDS, Oi, Fena-seg, Assistência Médica Internacional – Amil, Souza Cruz, EMS, Procuradoria-Geral do Município – PGM, Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE, ArcelorMittal Brasil, Petrobras, Eletrobrás e Concessionárias Ponte S.A. e Vialagos.

Cumpra também agradecer ao inestimável e imprescindível apoio da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE na consecução deste projeto, na pessoa do seu Presidente, Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, da Escola de Magistratura Regional Federal – EMARF, na pessoa de seu Diretor, Desembargador Federal André Ricardo Cruz Fontes, da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ, na pessoa de seu Diretor, Juiz Federal Mauro Souza Marques da Costa Braga, da Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES, na pessoa de sua Diretora, Juíza Federal Eloá Alves Ferreira de Mattos e do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, na pessoa de seu Diretor Geral, Desembargador Federal Sergio Schwaitzer.

É importante reconhecer e enaltecer a notável atuação do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, representado

pelo Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra FN Álvaro Augusto Dias Monteiro que, com incansável e dedicado empenho, foi o grande responsável pelo sucesso do projeto, viabilizando a gravação de um DVD com a apresentação da Orquestra Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, realizada em 25 de março de 2008, a montagem da exposição itinerante daquela briosa instituição bicentenária, as bandas de música e os alabardeiros com seus trajes de época.

Também não seria possível deixar de fazer menção ao árduo e difícil trabalho da Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial da Presidência, representada pelo assessor, Adilson Teixeira de Faria, que, na qualidade de Coordenador-Executivo, foi o responsável pela idealização, implementação e execução do projeto “200 anos: Da Corte à Corte – o Rio de Janeiro, o STF e mais quatro instituições que reinventaram o Brasil”, em nome de quem homenageio todos os servidores envolvidos na elaboração e na realização do presente trabalho.

Por fim, devo assinalar o empenho da Direção Geral do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na pessoa do seu diretor, Luiz Carlos Carneiro da Paixão, que muito auxiliou na realização deste projeto; da Assessoria de Comunicação Social, na pessoa de sua assessora, Ana Sofia Brito Gonçalves; do Núcleo de Assessoria Técnica de Segurança, na pessoa do assessor, Major Carlos Roberto Barbosa Mendonça; da Secretaria de Serviços Gerais, na pessoa de seu diretor, Luiz Felipe Fernandes; da Divisão de Produção Gráfica e Editorial, à qual agradeço, na pessoa do seu diretor, Pedro Hikaru Oishi; da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, na pessoa de sua diretora, Elizabeth Goraieb; da Divisão de Biblioteca, na pessoa de sua diretora, Débora Cordeiro da Costa; da Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, na pessoa de sua diretora, Luzette Xavier de Oliveira; da Divisão de Segurança e Transporte, representada por seu diretor, Jardel Martins de Almeida; e da empresa Lido Serviços Gerais, na pessoa de seu chefe de seção, Luiz Roberto Freire da Silva.

Joaquim Antonio Castro Aguiar
Presidente do TRF da 2ª Região

 <u>Não existe perigo do lado debaixo do Equador</u>	11
 <u>STF - A Casa da Suplicação</u>	35
 <u>O Corpo de Fuzileiros Navais</u>	63
 <u>A Imprensa Nacional</u>	85
 <u>O Jardim Botânico do Rio de Janeiro</u>	103
 <u>A Biblioteca Nacional do Brasil</u>	125
 <u>Referências Bibliográficas</u>	144
 <u>Índice iconográfico</u>	152

Uma manhã ensolarada, no começo de janeiro de 1808. Os navios que transportam a família real portuguesa cruzam a linha do Equador. Pela primeira vez na história, um monarca europeu atravessa a linha que divide o mundo ao meio. Dom João VI, cognominado O Clemente, o príncipe regente de Portugal, está no hemisfério Sul. Navegará ainda por mais 13 dias até chegar em Salvador, na Bahia, com sua mãe, dona Maria I, a rainha de Portugal, com sua mulher, dona Carlota Joaquina, infanta de Espanha, e com seus filhos Dom Pedro e Dom Miguel e suas filhas, as infantas Maria Teresa de Bragança, Maria Isabel de Bragança, Maria da Assunção de Bragança, Isabel Maria de Bragança, Maria Francisca de Assis e Ana de Jesus Maria de Bragança. Ainda integram o grupo as infantas Dona Maria Ana Francisca e Dona Maria Francisca Benedita de Bragança, irmãs da rainha, e o infante Pedro Carlos da Espanha.

Dom João embarcara com a comitiva para o Brasil, a fim de se esquivar da gana napoleônica. Não que o exílio, dentre as opções do plenipotenciário que se tornara, em 1816, o 27º Rei de Portugal, fosse a primeira ou a preferida. Dom João bem que tentou, antes, uma saída diplomática: em 25 de setembro de 1807, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, António de Araújo de Azevedo, mandou uma carta ao governo de Paris, declarando a intenção de Portugal de aderir ao bloqueio continental. Na tentativa de enfraquecer seu mais aguerrido inimigo, o Imperador nascido, Napoleone di Buonaparte, na Ilha de Córsega, decretara o bloqueio em 1806, ordenando aos países europeus o fechamento portuário ao comércio com a Inglaterra. A França visava assim a debilitar a economia de sua rival do outro lado do Canal da Mancha, que dependia muito das exportações de seus produtos industrializados.

A partida
para o Brasil
(Imagem 1)



Ao exigir o fechamento dos portos portugueses, o Rei corso dera o ultimato: “Se Portugal não fizer o que ordeno, a Casa de Bragança não reinará mais na Europa em dois meses”. Mas, afinal, por que não aderir logo de vez ao bloqueio continental e ficar às boas com o governante francês? Porque, nessa hipótese, a velha e leal amiga Inglaterra, provavelmente, não deixaria barato. Era só lembrar o que acontecera com a Dinamarca, que se bandeou para o lado dos franceses e, por conta disso, teve sua capital, Copenhague, atacada pela Marinha britânica. Agora, imagine o que aconteceria com Portugal se não fizesse resistência às exigências napoleônicas: além de um mais que esperado bombardeio a Lisboa, havia o risco imenso de que a Inglaterra lhe tomasse as colônias ultramarinas, mandando a economia portuguesa para o vinagre.

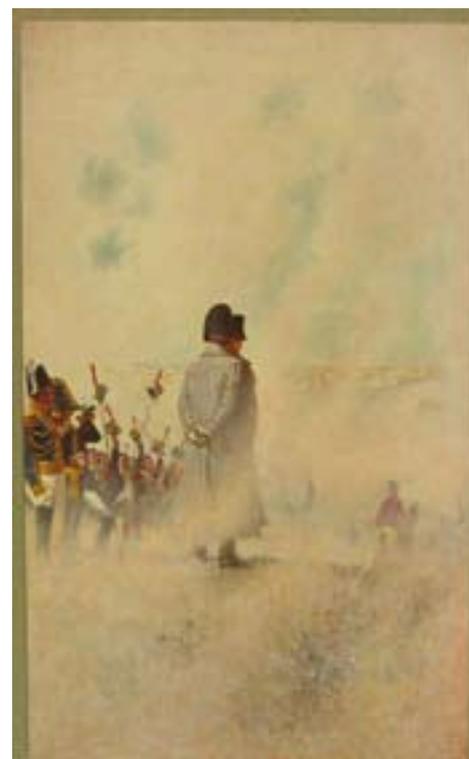
Mas também é fato que, se a partida para o Brasil não era a opção mais simpática ao Príncipe regente, de jeito nenhum estava descartada. Tanto que, ainda no dia 12 de setembro de 1807, Portugal e Inglaterra já haviam assinado um tratado nos termos do qual os britânicos dariam cobertura para o traslado da família Bragança. Em uma carta datada desse mesmo dia e endereçada ao ministro português Rodrigo de Souza Coutinho, mais tarde Conde de Linhares, o ministro das relações exteriores da Inglaterra, George Canning, dizia que “a majestade britânica está pronta agora, como estava pronta no ano passado, para apoiar Dom João na sábia decisão de ir para o Brasil (no original, “to the Brazils)”.

E era bom mesmo tomar logo uma decisão, já que, no dia 12 de outubro, Napoleão havia ordenado que o general Andoche Junot, que fora embaixador francês em Portugal, entrasse na Espanha com as tropas francesas, que então estavam estacionadas em Bayonne, e seguisse dali para Portugal. No dia 17, as primeiras tropas francesas, compostas por cerca de 50 mil homens, entre franceses e espanhóis, introduziram-se em Portugal, pela fronteira de Segura, na Beira Baixa.

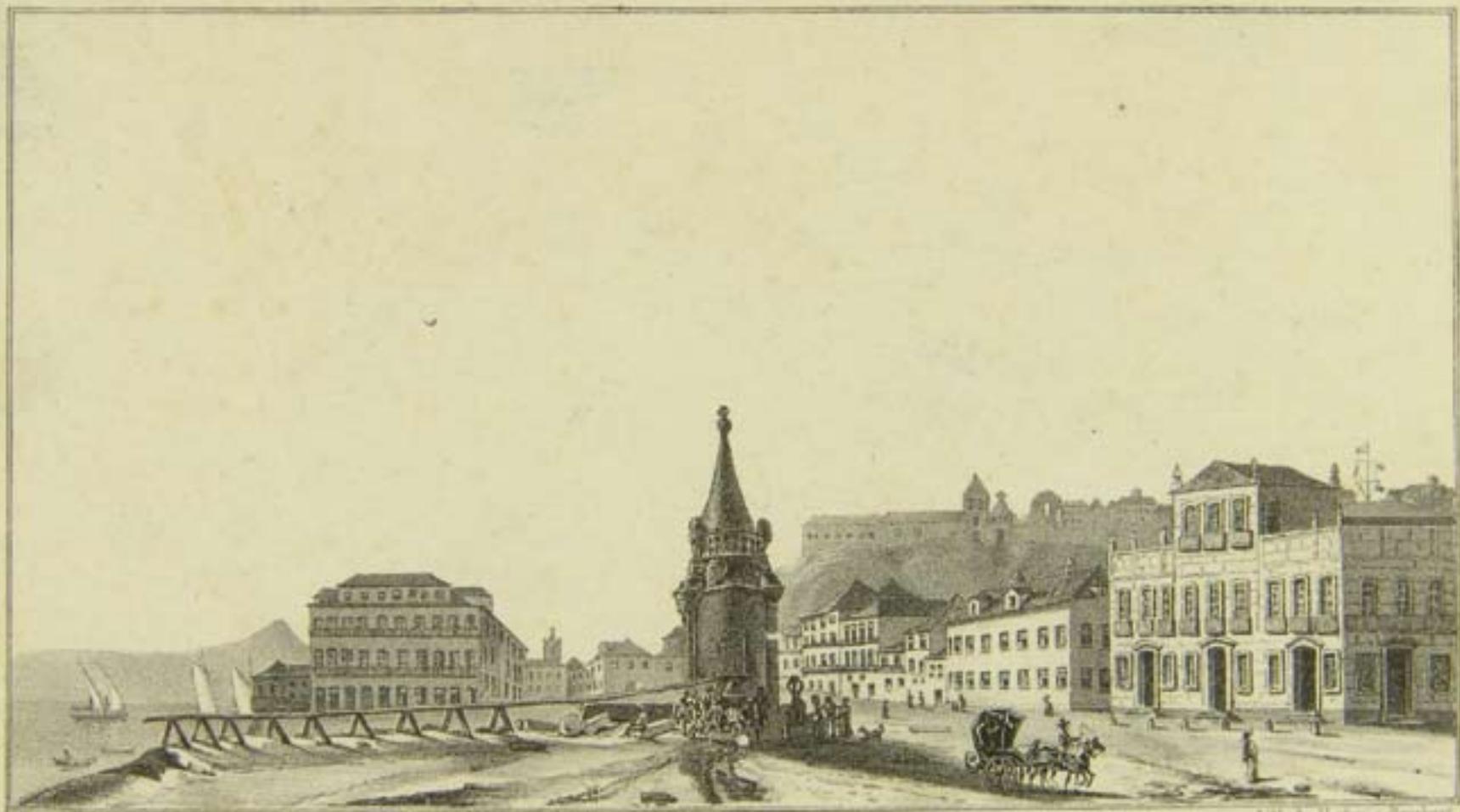
Por conta disso, no dia 22, o Embaixador da Grã-Bretanha, Percy Clinton Sidney, lorde Strangford, apresentou um ultimato para o embarque da família real. Para ser bem convincente, ele ainda entregou ao Príncipe regente um número do jornal



Rodrigo de Souza Coutinho, uma voz influente no governo português (Imagem 2)



Napoleão Bonaparte - "Se Portugal não fizer o que ordeno, a Casa de Bragança não reinará mais na Europa em dois meses." (Imagem 3)



A. Martinet Lith.

Chafariz do Largo do Passo.

Lith. de Hewlett & Newberry

Fountain of the Palace Square.
South part.

Le Moniteur, de Paris, que declarava que a Casa de Bragança teria deixado de reinar em Portugal.

Não havia mais dúvida: acabara o tempo da diplomacia. Dom João VI, em 26 de novembro de 1807, fez publicar um decreto declarando: “Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei da Itália, a quem eu me havia unido no continente, na persuasão de não ser mais inquietado (...) e querendo evitar as funestas conseqüências que se podem seguir de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade, (...) tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassallos, passar com a rainha minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até a paz geral”. Assinou o documento e foi ao mar.

De Portugal para o Brasil...na barca Rio-Niterói

A esquadra portuguesa era formada por 19 embarcações, a maioria com mais de 40 anos de uso. Os membros da família real estavam divididos entre as naus Príncipe Real, Afonso de Albuquerque, Rainha de Portugal e Príncipe do Brasil. Neste, com menos de 70 metros de comprimento – ou seja, um pouco maior que a barca que faz a ligação do Rio de Janeiro com Niterói – viajaram Dom João, mais 104 passageiros e uma tripulação de quase mil homens. A lotação máxima da barca Rio-Niterói, que faz a travessia da boca da Baía de Guanabara em cerca de 20 minutos, é de dois mil passageiros.

Os vasos que transportaram os integrantes da Casa de Bragança foram acompanhados pelas naus Conde Dom Henrique, Martim de Freitas, Dom João de Castro e Medusa; pelas fragatas Golfinho, Minerva, Urânia e Thetis; pelos brigues Lebre, Vingança, Boa Ventura e Condessa de Resende; pela corveta Voador e pelas escunas Furão e Curiosa. Das treze embarcações inglesas que iniciaram a escolta da comitiva, apenas quatro, a Monarch, a Bedford, a Marlborough e a London chegaram ao Brasil, porque o

almirante Sidney Smith resolveu voltar para Portugal, com o restante da sua frota, a fim de fechar a passagem do Tejo.

A falta de espaço dos barcos não foi o único nem o maior dos problemas da família bragantina e do seu séquito no mar: na arrumação açodada dos navios, os pertences dos viajantes acabaram espalhados em diversas naus. Velas acabaram recortadas para fazer roupas. Uma infestação de piolhos obrigou as mulheres, quase todas a bordo do navio Afonso de Albuquerque, a rasparem as cabeças. Por conta disso é que Dona Carlota e as outras mulheres do grupo desembarcaram usando turbantes, lançando, sem querer, uma moda rapidamente imitada nas ruas cariocas.

Os navios também estavam longe de serem modelos de higiene. Durante a viagem, faltou água e comida. Aliás, para comer pouco mais havia que biscoito, ervilha seca e carne salgada. Os nobres e os oficiais – e somente eles – até contavam com a carne fresca, o leite e os ovos de alguns animais embarcados vivos. Mas, assim mesmo o problema da alimentação era grave, com larvas e ratazanas atacando os barris em que as provisões eram estocadas. Uma medida para diminuir o estrago, inclusive muito usada na época, era deixar peixes apodrecendo sobre os barris, para atrair a atenção dos parasitas e dos roedores.

Os passageiros mais importantes dormiam nas poucas camas disponíveis. Os menos, em redes. Mas isso ainda era um privilégio, porque a grande maioria só tinha o chão na hora de se recolher. Água corrente, nem pensar. As instalações sanitárias eram cloacas dispostas sobre o convés, a céu aberto, para a tripulação, e fechadas em cabines para os passageiros mais ilustres e para o oficialato.

E o mar, volta e meia, dava demonstrações desconcertantes de desconsideração com o sangue azul embarcado naqueles navios. Logo no segundo dia de viagem, uma forte tempestade dispersou os barcos que só conseguiram se reagrupar no dia 5 de dezembro. Três dias depois, outra tempestade salpicou as naves pelo mar. O reagrupamento só foi possível no dia 10 de dezembro. No dia seguinte, avistaram a Ilha da Madeira. No final de dezembro, já próximos à Linha do Equador, entraram na mesma zona de calmaria que retardara a viagem de Pedro

Álvares Cabral trezentos e poucos anos antes. Mesmo assim, seguiram navegando e chegaram sãos e salvos em Salvador, no dia 22 de janeiro.

Mas, afinal, quem foi João de Bragança?

Maria, João, Carlota. Com certeza, muito da imagem caricata que ainda corre acerca daquele núcleo da família real portuguesa pode ser atribuída à propaganda antimonarquista da República Velha, que, convenhamos, passou longe de ser um modelo de equilíbrio, paz e justiça social. Basta lembrar os episódios aterradores, os banhos de sangue fratricidas. Para ficar em apenas dois exemplos, Canudos - cidade baiana em que seis mil sertanejos foram falsamente acusados de monarquistas e assassinados - e Copacabana - onde ocorreu a Revolta dos Dezoito do Forte, deflagrada em razão da prisão de Hermes da Fonseca e do fechamento do Clube Militar por decreto presidencial - dão uma boa idéia de como foram conduzidos os primeiros anos da experiência republicana no Brasil.

Há muita controvérsia sobre a figura histórica desse João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança, desse monarca acidental, que não fora criado para governar e que não teria chegado a ser o príncipe regente se sua mãe, a rainha Maria I, não houvesse ensandecido e se seu irmão mais velho, Dom José, não houvesse morrido em 1788, de varíola, aos 27 anos.

O historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima afirma, na sua obra "D. João VI no Brasil", que o príncipe regente era querido dos brasileiros. Um rei bonachão, afável, judicioso, cordato, ponderado, clemente e destituído de rancores. Na década de 1940, o historiador inglês Marcus Cheke, aliás um dos mais importantes biógrafos de dona Carlota Joaquina, escreveu sobre ele: "Era acessível ao mais humilde dos seus súditos. Foi sempre um fervoroso católico e um protetor da música. Era caridoso, profundamente leal para com os seus amigos, leal para com os aliados do seu país, sentimental, fácil



Sobre a transferência da família bragantina para o Brasil, Napoleão declarou - "C'est ça qui m'a perdu"
(Imagem 5)

de levar e muito apegado a fisionomia e cenas familiares. A afeição e o respeito que gozou entre o seu povo foram postos à prova em inúmeras ocasiões. Os defeitos do seu caráter eram, em geral, os excessos das suas boas qualidades. Um homem menos bondoso ter-se-ia livrado de suas dificuldades com um divórcio, ou imposto disciplina a seus filhos pela severidade”.

O pesquisador mineiro João Pandiá Calógeras (que, aliás, era ministro da Guerra, quando da ocorrência da Revolta dos Dezoto do Forte, em 1922) corrobora essa visão, mas chama atenção para a sua timidez, sua insegurança e sua tendência de proteger decisões. Sabe-se, também, que ele era supersticioso e sofria crises de melancolia, que o afastavam do convívio de quase todos e de suas obrigações por semanas a fio. Mas, mesmo assim, foi, inegavelmente, um governante capaz de tomar decisões corajo-

sas, cruciais para o Brasil e para Portugal e que lhe garantiram ser o único monarca europeu a sobreviver com a coroa sobre a cabeça ao furacão napoleônico, algo que o próprio conquistador francês reconheceu. No seu Memorial de Sainte-Hélène (na verdade, ditado ao Conde de Las Cases, em 1823, durante o exílio), ele afirmou: “C’est ça qui m’a perdu” (foi o que me levou à derrota), referindo-se à fuga da família real portuguesa como o “ato de guerra” mais determinante do declínio de seu império.

A argúcia do governante português também é ressaltada pelo inglês John Luccok, um fino observador da sociedade carioca e brasileira, que esteve presente quando a corte bragantina vivia no Rio de Janeiro. Em 1820 ele escreveu: “O príncipe regente tem muitas vezes sido tachado de apático, a mim, pareceu-me possuir muito mais sentimento e energia de caráter do que ordinariamen-

As descrições da personalidade de Dom João VI são tão variadas quanto as representações do príncipe regente



(Imagem 6)



(Imagem 7)



te lhe atribuem amigos e inimigos. Viu-se colocado em circunstâncias singulares e de prova e submeteu-se, com paciência, mas nos momentos críticos soube obrar com vigor e prontidão”.

Na obra “O Império Brasileiro”, Oliveira Lima diz que “o estabelecimento de instituições monárquicas no Brasil, a partir de 1808, contribuiu, estamos hoje certos, e, aliás, alicerçados numa larga tradição histórica, para uma mutação pacífica do estado de colônia à situação de Estado Independente. A dinastia de Bragança, ao transferir-se para o Rio de Janeiro, ao transportar para a colônia todo o aparelho institucional do reino abandonado às intenções napoleônicas, deu um passo gigantesco, não só garantindo a sua própria sobrevivência ativa, institucional e política, como acentuando essa unidade administrativa e territorial no Brasil”.

Por outro lado, o português Oliveira Martins, como outros historiadores portugueses, apresenta um retrato negativo de Dom João. Mais, provavelmente, por conta de que à decisão de deixar o país seguiu-se um estado de desordem, com guerrilhas, saques, violência e muito sofrimento para o povo. Resta saber se teria sido menor esse sofrimento se Dom João tivesse resistido em Lisboa. Quem garante que, nessa hipótese, Portugal não teria perdido suas colônias para a Inglaterra? Quem garante que isso não teria significado mais tarde uma independência sangrenta e fragmentada do Brasil, a exemplo do que ocorreu no resto da América Latina?

Ainda no Memorial de Sainte-Hélène, Napoleão destaca que, sem a transferência da família real portuguesa para o Brasil, a Inglaterra teria ficado encurralada pelo bloqueio continental imposto pela França e não teria se tornado o agente principal da sua derrota final.



(Imagem 8)



(Imagem 9)



(Imagem 10)

Uma pitada de sal nas páginas da história

Para o historiador Kenneth Light, a proposição histórica mais corrente de que a família real teria fugido atabalhoadamente de Portugal deve ser recebida *cum grano salis*. Na verdade, a viagem teria sido preparada com pelo menos seis meses de antecedência. Os dados constam dos diários de bordo, ou, mais precisamente, dos livros de quarto dos oficiais britânicos que escoltaram as embarcações em que vieram a família real e seu séquito e que se encontram no Arquivo Central da Inglaterra. Provavelmente, desde que os navios voltaram para a Inglaterra, os livros nunca mais foram abertos. Prova disso é que, quando o pesquisador inglês os abriu, de suas páginas correu... sal. Certamente o mesmo que havia sido respirado no ar salobro do Atlântico por Dom João e sua família. Na época, a Marinha portuguesa contava com não mais do que 30 embarcações muito obsoletas. A frota britânica era composta por 880 navios.

Uma orelha de terra chamada Portugal

*Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram:
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.*

Os Lusíadas, a epopéia portuguesa por excelência, escrita por Luís de Camões, em meados do século XVI, tem como heróis os próprios portugueses, que haviam inaugurado a era das grandes navegações um século antes e firmado sua ascendência sobre as colônias. Desde então, Portugal dependia visceralmente da exploração da riqueza de seus domínios na África e, acima de

tudo, no Brasil. O pequeno país de Camões, que se lançou destemido ao oceano ignoto, era carente de recursos próprios e vivia ameaçado pelos seus vizinhos mais poderosos e, não raro, belicosos. Assim sendo, a idéia de mudar para o Brasil já havia surgido e sido reacendida várias vezes, ao longo de séculos. Aqui havia mais recursos naturais, mão-de-obra farta e maiores chances de manter os inimigos distantes. Por conta disso é que, em 1640 (na época da restauração da independência portuguesa em relação à Espanha), o grande orador, Padre Antônio Vieira, já havia sugerido ao rei dom João IV que se instalasse na América.

Mais tarde, em 1736, Luiz da Cunha, diplomata no tempo de Dom João V, desembargador do Paço e embaixador nas cortes de Londres, Madrid e Paris, escreveu ao seu rei. Portugal, afirmou, é uma “orelha de terra, da qual um terço do território está por cultivar, se bem que suscetível de o ser, outro terço pertence à Igreja e o outro terço não produz trigo bastante para a subsistência dos habitantes”. Para Cunha, o rei Dom João V deveria se mudar com a corte para o Brasil e proclamar-se “imperador do Ocidente”.

O Caminho das Lanternas

Calcula-se que 440 mil escravos tenham desembarcado nos portos brasileiros durante o período joanino, embora Portugal houvesse firmado vários compromissos com a Inglaterra para barrar o tráfico. A verdade é que os mercadores de escravos financiaram em grande parte as sempre crescentes despesas estatais. Por isso, muitos acabaram recebendo títulos de nobreza. É notável que, justamente, o traficante de escravos mais próspero da cidade, Elias Antonio Lopes, que transacionava regularmente, no mercado de negros do Valongo (na zona portuária do Rio) tenha transferido para Dom João a sua propriedade em São Cristóvão, a Quinta da Boa Vista. O historiador Luiz Edmundo Tavares afirma que a propriedade que hoje abriga, no antigo palácio, o Museu Nacional e, em seu terreno, o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, era uma chácara em local aprazível, possuindo a melhor casa da cidade.

Com a fixação da residência de Dom João na Quinta da Boa Vista, o bairro, como era de se esperar, desenvolveu-se rapidamente. Parte da população se mudou para lá, a fim de ficar mais próxima do príncipe e o “Bairro Imperial” acabou ganhando o “Caminho do Aterrado”, ou “Caminho das Lanternas”, que o ligava ao centro da cidade. No trajeto, ainda criou-se um bairro novo em folha, a Cidade Nova, onde as edificações eram caracterizadas pelo luxo.

Não muito distante dali, Dom João VI costumava freqüentar a Quinta do Caju, que pertencia a um comerciante local, para tomar banhos de mar na Baía de Guanabara. A prática era incentivada por seus médicos, a fim de curar a infecção causada em uma perna pela picada de um inseto, provavelmente um carrapato. No local que ficou conhecido como Casa de Banhos, hoje, existe o Museu da Limpeza Urbana, administrado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb).

Mas logo que chegou ao Rio de Janeiro, Dom João ocupou o então Palácio dos Vice-Reis, na Praça XV, bem diante do cais onde desembarcara em 1808. A partir daí, o prédio recebeu o nome de Paço Real, e, desde a Proclamação da Independência, em 1822, e, até a Proclamação da República, em 1889, de Paço Imperial.

Vinde a nós as nações amigas

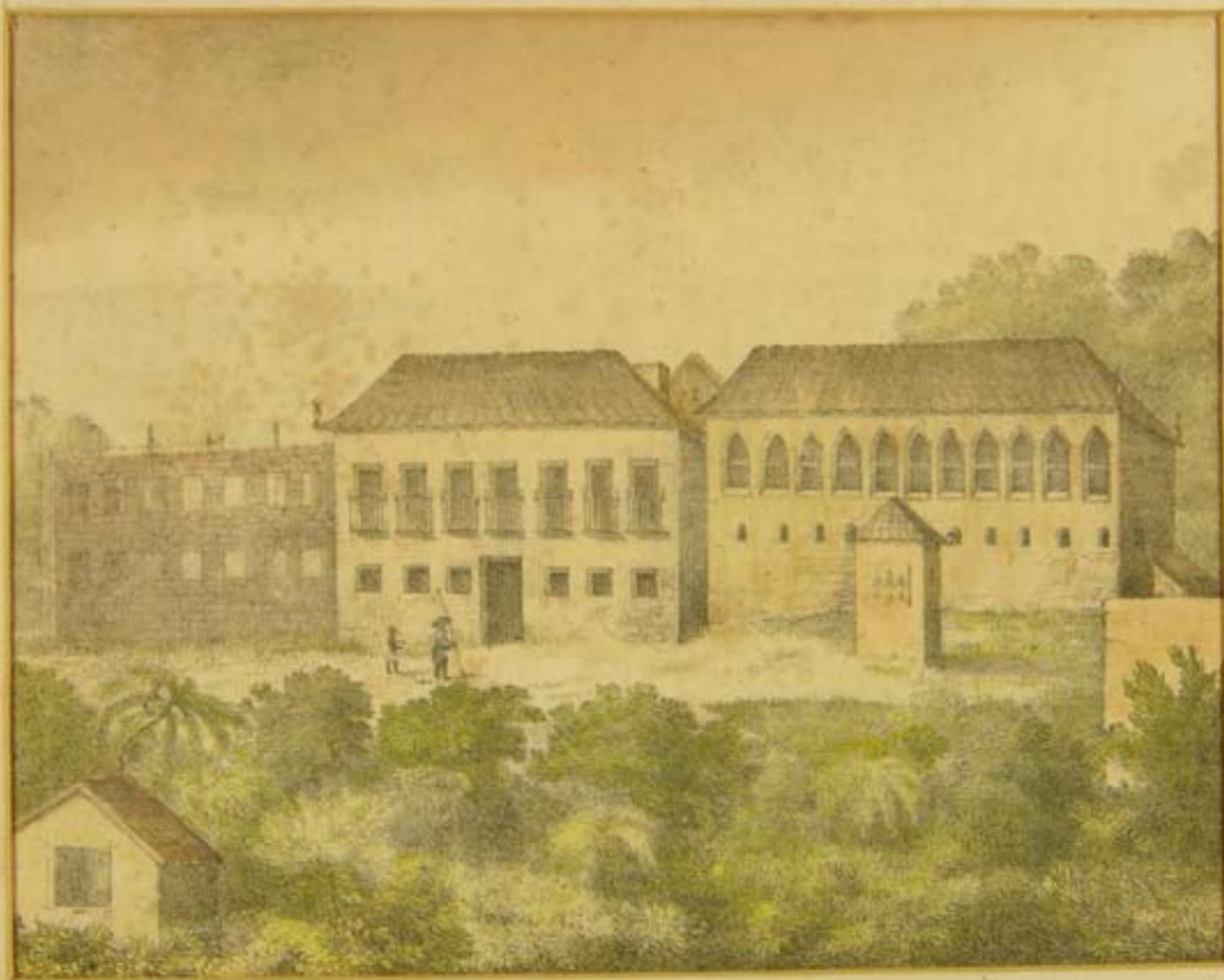
O Brasil não é para principiantes. Quando o maestro Tom Jobim disse a frase, referia-se à realidade contemporânea do País de há algumas poucas décadas. Mas, com certeza, a aguda observação se encaixa bem na nossa história, onde tudo ou quase tudo aconteceu sem paralelos no mundo ocidental. O Brasil tem uma história *sui generis* e talvez isso alerte para os perigos de se fazer comparações com outras nações, mesmo na América Latina. Senão vejamos: a contrário do que aconteceu em toda a América espanhola e anglo-saxônica, a independência do Brasil transformou o País em um reino, e não em uma república. E isso aconteceu – igualmente distinto do que ocorreu em todo o continente - sem derramamento de sangue. E nem faria sentido



Na Quinta do Caju, onde, hoje, existe o Museu da Limpeza Urbana, administrado pela Comlurb, funcionou a Casa de Banhos de Dom João VI (Imagem 11)



No Rio, o príncipe regente fixou residência na Quinta da Boa Vista, casa que pertencera a Elias Antonio Lopes, mercador de escravos (Imagem 12)



PALACE OF ST. CHRISTOPHER.

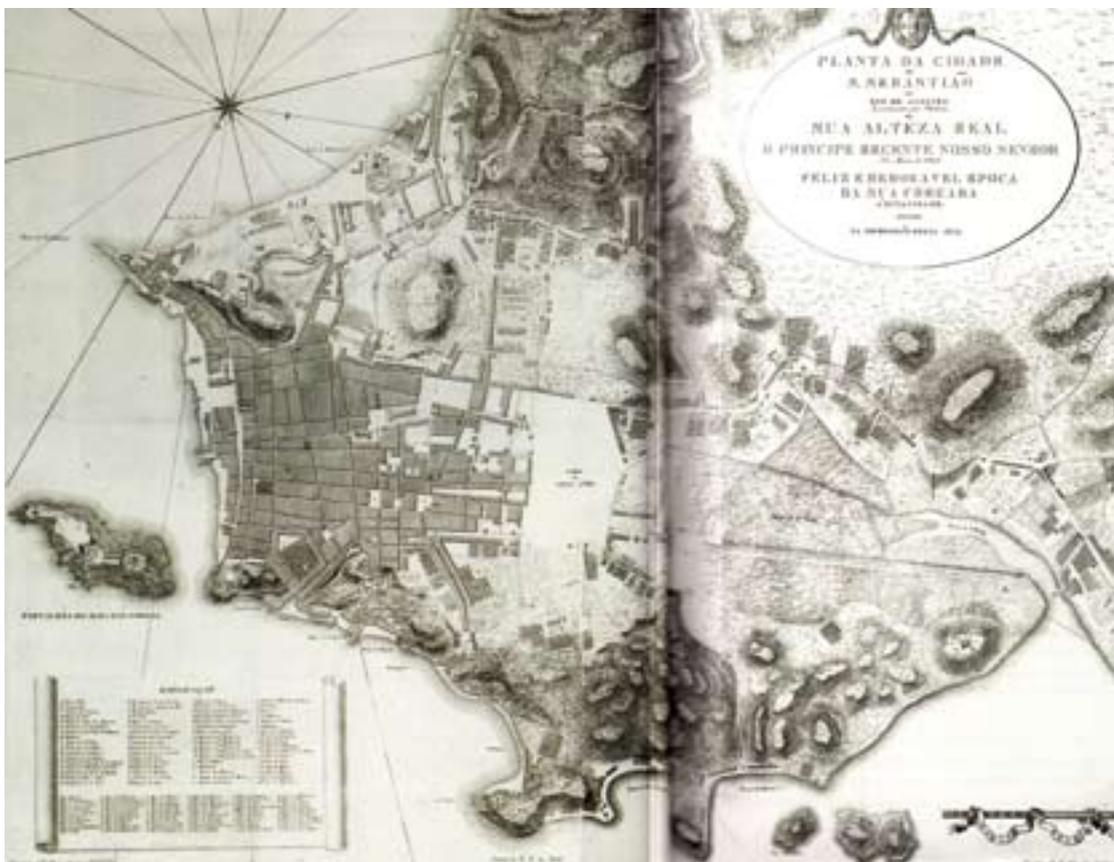
Litografia aquarelada registra, em 1818, um irreconhecível palácio de São Cristóvão (*Imagem 13*)

a guerra: afinal, ela – a Independência - foi proclamada por um legítimo herdeiro do trono da nação colonizadora. Ou seja, Dom Pedro I tinha assegurado para si não só o trono brasileiro, mas também o trono português.

Também curioso é o fato de que nenhum monarca europeu alguma vez sequer concebeu a idéia de pôr os pés em solo americano, o que dirá de transformar o seu torrão transatlântico em sede do império, como aconteceu no Brasil. Mas foi essa combinação de fatores – um rei francês sedento de poder, um príncipe lusitano sagaz e bem assessorado, uma Inglaterra que contava com a cooperação de Portugal para viabilizar sua campanha antinapoleônica e uma colônia próspera, a pérola da

coroa portuguesa, – que garantiu a unidade do Brasil e todo o desenvolvimento da sua história como a conhecemos.

A parte, aliás, que trata dos interesses da Inglaterra produziu efeitos nos primeiros dias da permanência da família Bragança em Salvador: referência, aqui, é para a assinatura da carta régia de 28 de janeiro, conhecida como Decreto da Abertura dos Portos do Brasil. Medida impactante, tanto do ponto de vista econômico quanto por suas conotações políticas, o decreto franqueou os portos do Brasil ao intercâmbio comercial com todo o mundo. Isso em tese. Na prática, a resolução beneficiava apenas a Inglaterra, único país dotado de uma frota mercante capaz de cobrir o Atlântico.



Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Levantada por Ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, no ano de 1808, feliz e memorável época da sua chegada à dita cidade (Imagem 14)

No Rio de Janeiro, o horror

A Ladeira da Misericórdia, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso (também conhecida como Igreja da Misericórdia), foi a primeira rua do centro da cidade, aberta em 1567, diante da Ponta do Calabouço. Ela dava acesso ao topo do Morro do Castelo, que foi arrasado em 1921. Conseqüentemente, hoje, a via não leva a lugar algum. Na verdade, o Rio de Janeiro, até meados do século XIX – e, por conseguinte, o Rio de Janeiro joanino – existia apertado entre quatro morros. Além do Castelo, limitavam o que poderia ser chamado de zona urbana os morros de São Bento, da Conceição e de Santo Antônio, formando um acanhado quadrilátero. Para além, pouco a paisagem diferia da que se vira desde o tempo da chegada dos portugueses, no começo do século XVI: pântanos, mangues e mar.

Dá para imaginar o desalento – talvez até o horror – do grupo de europeus que viveram toda a vida em palácios, cercados de fausto, em uma das últimas nações absolutistas do mundo, ao desembarcar naquele aglomerado de construções à beira mar, naquele vilarejo quase selvagem, fustigado por um calor no limite do suportável, malcheiroso, salpicado de carniças e lixo das mais diferentes e abjetas origens, coalhado de ratazanas, cães sarnentos e urubus.

A cidade, definitivamente, não convidava ao passeio. O serviço de limpeza pública era inexistente e, na prática, ficava a cargo dos urubus que devoravam as carcaças de animais, como cães e cavalos, que morriam pelas ruas. O lençol freático ficava muito próximo à superfície e, por conta disso, havia a proibição de se escavar fossas sanitárias. A urina e as fezes dos moradores eram levadas, de manhã, por escravos que as carregavam em grandes tonéis para despejá-las no mar. Com o tempo, os dejetos ricos em ácido úrico e amônia, que caíam, durante o percurso, sobre as costas desses escravos, acabavam formando listras brancas na pele e, por isso, os negros que executavam o serviço ganharam o apelido de “tigres”.



A Ladeira da Misericórdia, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso (também conhecida como Igreja da Misericórdia), foi a primeira rua do centro da cidade, aberta em 1567, diante da Ponta do Calabouço. Ela dava acesso ao topo do Morro do Castelo, que foi arrasado em 1921 (Imagem 15)



O Morro ocupava uma grande área do centro, onde hoje está a chamada esplanada do Castelo (Imagem 16)

Exalavam das ruas odores tão desagradáveis que, para o desembarque do príncipe, ocorrido no dia 8 de março, às 11 horas da manhã, os moradores da rua Direita (atual Primeiro de Março) e da rua do Rosário receberam ordens para atapetar o caminho com flores odoríferas, canela e folhas de pitangueira e de mangueira.

É na rua Uruguaiana, nº 77, que fica a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Lá se realizou, na data, um “Te Deum”, a fim de dar graças pelo sucesso da viagem do príncipe regente.

Ainda nessa oportunidade, o cabido da Igreja quis impedir que os negros da irmandade, fundada e composta por escravos libertos e alforriados, recebessem o príncipe regente à porta do templo, trancafiando-os no interior de sua própria igreja. Os irmãos negros da Irmandade, fingiram estar conformados apenas para tornar mais fácil sua fuga e receber o monarca com cânticos e louvores. Esse episódio foi reproduzido numa tela de Armando Viana, que está no Museu da Cidade, localizado no Parque da Cidade, na Gávea, zona sul do Rio.



A célebre representação de APDG do ritual do beija-mão (Imagem 17)

Uma Veneza agreste

Uma boa pista do grau de civilidade – ou na ausência dela –, que então se encontrava no centro urbano, está nos nomes que alguns logradouros do Rio de Janeiro tinham em 1808: rua da Vala, rua do Piolho, caminho do Quebra-Canelas, rua do Mata-Cavalos...hoje, pouco ou quase nada das feições daquela época, se vê na rua Uruguaiana, rua da Carioca, rua Frei Caneca e rua do Riachuelo, os nomes que essas vias têm atualmente.

No quadrilátero que vai da Igreja da Candelária até a praça Tiradentes e da rua da Assembléia até a avenida Marechal Floriano, havia uma lagoa. Ou seja, o trecho mais movimentado do centro da cidade, por onde hoje passam apressados trabalhadores, estudantes e executivos, ficava no fundo

No começo do século XIX, havia uma lagoa no quadrilátero que vai da Igreja da Candelária até a praça Tiradentes e da rua da Assembléia até a avenida Marechal Floriano (Imagem 18)



d'água. Havia também as lagoas do Desterro, atrás dos Arcos da Lapa, do Boqueirão da Ajuda, no lugar do Passeio Público, de Santo Antônio, atual largo da Carioca, e da Sentinela, na Cidade Nova, e de São Diogo, que se estendia desde o campo de Santana até a praça da Bandeira. Tantas lagoas, charcos e mangais deviam dar ao Rio de Janeiro o aspecto de uma Veneza um tanto baldia e pouco hígida.

Crescendo

A cidade do Rio de Janeiro não dispunha de imóveis vagos para acomodar a família real, os nobres, cortesãos, membros do clero, militares e funcionários públicos que vieram de Lisboa em 1808. Também era preciso instalar as

Havia também a lagoa do Desterro, atrás dos Arcos da Lapa...(Imagem 19)



repartições públicas oficiais e os órgãos recém-criados. A solução foi desalojar moradores. Para isso, casas eram marcadas com as iniciais P.R.: “príncipe regente” ao pé da letra, mas “ponha-se na rua” ou “propriedade roubada” na já incipiente mania dos cariocas de apelidar tudo e de troçar com o próprio infortúnio. Contudo, o fato é que, no decorrer dos treze anos de permanência de Dom João VI no Rio, a cidade cresceu e prosperou tanto, recebeu tantas melhorias e se civilizou tão extensamente que, na prática, poucos nativos não saíram lucrando.

A cidade foi se espalhando rapidamente para a zona norte e para a zona sul onde, aliás, preferiu se instalar Dona Carlota Joaquina. A princesa mandou construir para si a residência que ficou conhecida como “Palácio da Rainha”, em uma chácara que ficava na esquina do Caminho Novo de

... e de Santo Antônio, onde, hoje, fica o largo da Carioca, entre várias outras *(Imagem 20)*



Botafogo, hoje Rua Marquês de Abrantes, com a praia de Botafogo. Mais tarde, em 6 de novembro de 1818, Dona Carlota Joaquina comprou uma chácara, na rua das Laranjeiras, com quatro casas térreas. Duas dessas casas davam frente para o que, hoje, é o largo do Machado. As duas restantes se voltavam para a rua do Catete.

Também a zona oeste viu a civilização se aproximar, graças a Dona Carlota, que mandou calçar a Estrada Real de Santa Cruz (que já foi avenida Suburbana e, hoje, se chama avenida Dom Hélder Câmara. Ali, no número 214, na altura do bairro da Piedade, o tenente Dilermando de Assis matou o escritor Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*. O pivô do crime foi a mulher de Euclides, Ana, que se envolvera com o jovem tenente), para facilitar o acesso à antiga Fazenda dos Jesuítas, atual bairro de Santa Cruz, onde a princesa gostava

Dona Carlota Joaquina mandou construir a residência que ficou conhecida como “Palácio da Rainha”, em uma chácara que ficava na esquina do Caminho Novo de Botafogo, hoje rua Marquês de Abrantes, com a praia de Botafogo *(Imagem 21)*



de passar curtas temporadas. Outro passeio dileto de Dona Carlota era subir o Cosme Velho, na zona sul, acompanhando Dona Maria I. A rainha mãe gostava de ir até lá para beber das águas férreas de uma fonte que se dizia ter propriedades medicinais. A fonte, que, hoje, é conhecida como “Bica da Rainha”, fica no único lugar do Rio de Janeiro onde pode ser visto, a céu aberto, o Rio da Carioca, canalizado em todo o resto de sua extensão.

Paris é aqui

A história de qualquer cidade, assim como a história de vida de qualquer pessoa, segue um processo mais ou menos constante, que acompanha o progresso científico, cultural, econômico e político dos tempos. Mas, assim como acontece com os indivíduos, às vezes, ocorre um fato inédito e marcante, em algumas hipóteses traumático, que muda profunda e repentinamente o rumo da evolução das cidades. No Rio de Janeiro, visto hoje, o episódio da transferência da corte real portuguesa ganha ares quase que de fábula. De um minuto para o outro, os habitantes que comiam quase sempre no chão, em esteiras, com o prato no colo e com as mãos, e que não se incomodavam com as ratazanas que passavam correndo pelo aposento, sofreram um violento impacto de civilização com a chegada da Corte.

As pessoas passaram a usar roupas européias. Não que isso desse certo em uma localidade tropical e ainda com muito por fazer em termos de urbanidade. Um diplomata

prussiano, presente na época, relatou, sobre uma recepção de gala, que “às 8 horas, ombros e costas das damas, que trajavam vestidos decotados da moda, já tinham sido tão picados por mosquitos, que, de tão vermelhos, assemelhavam-se a soldados após apanharem de chicote”.

Mas os hábitos mudaram sim, e para sempre. Basta ler a evolução do tom dos anúncios da Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal publicado no Brasil, que começou a circular em 10 de setembro de 1808. No começo, a propaganda tratava quase sempre de aluguel de cavalos e carroças, ou de terrenos e casas. Na melhor das hipóteses, alguém oferecia aulas de catecismo. Mas já dois anos depois, em 1810, podia-se ler anúncios de venda de pianos, livros, tecidos finos, peças de vestuário requintado, quadros e perfumes, entre outros artigos importados, é claro, da Europa.

Certamente, o choque civilizatório foi muito estimulado pela chegada da missão francesa, em 1816, que, de fato, foi composta por artistas desempregados a partir da derrota de Napoleão Bonaparte. Um deles foi Jean-Baptiste Debret, que anotou que “o habitante do Brasil tem se mostrado tão entusiástico apreciador da elegância e da moda francesa que, por ocasião da minha partida, em fins de 1831, a rua Vivienne de Paris (a atual rua do Ouvidor), no Rio de Janeiro, era quase inteiramente constituída de lojas francesas de todo tipo”. Debret também teceu comentários sobre a rápida e franca evolução do nível de instrução do povo, registrando que “os meios de ensino multiplicaram-se de tal maneira que não é raro encontrar-se uma senhora capaz de manter uma correspondência em várias línguas e apreciar a leitura”.

Dona Maria I... (Imagem 22)



... e Dona Carlota costumavam passear juntas pelo Cosme Velho (Imagem 23)



Alguns imóveis do Rio de Janeiro sobrevivem ao progresso urbano desde o tempo da permanência de Dom João VI no Rio de Janeiro, como este localizado na rua Buenos Aires...
(Imagem 24)



...este outro, na esquina
das ruas do Rosário
e da Quitanda...

(Imagem 25)



...e este, na rua do Carmo (Imagem 26)



Se
entu
a p



*Se fizermos com imparcialidade um rápido
entre a Constituição outorgada e o projeto da
a primazia caber primeira*



*Confronto
constituinte*

Supremo Tribunal Federal



U

bi societas, ibi jus. A se levar em conta a verdade expressa no velho apotegma latino (onde está a sociedade, aí está o Direito), seria necessário falar das relações e da estrutura dos grupos de homens dos sambaquis, que viveram pelo litoral brasileiro há dez mil anos, para se discutir o processo histórico que levou ao Judiciário independente no Brasil. Mas isso seria um patente exagero, já que, como diz Artur Oscar de Oliveira Deda (O Direito nos 500 anos do Brasil) “os homens dos sambaquis pescadores, catadores de ostras eram uma gente insubmissa a um sistema de vida que se pudesse considerar jurídico. Nem mesmo poderiam ser considerados habitantes”.

Claro que também não cabe dizer que, nas complexas sociedades indígenas que os portugueses encontraram em 1500, não houvesse a solução dos conflitos por meio de algo que se possa comparar com o atual exercício da magistratura. Mas para efeito de se entender como se construiu o Poder Judiciário que hoje existe no Brasil, a presença portuguesa na América é um começo mais do que suficiente.

Então a história fica assim: no princípio, eram as Capitânicas Hereditárias e a coroa portuguesa era com elas. A distribuição da justiça ficava centrada na pessoa do donatário, o governador da capitania. Havia o ouvidor, nomeado por ele e havia os juízes ordinários, eleitos “entre os homens bons, cujas listas eram previamente alimpadas e apuradas, e sua nomeação era confirmada pelo capitão e governador, por si e por seu ouvidor”.

Cabia aos juízes ordinários julgar as causas cíveis, nas povoações maiores. Os juízes ordinários normalmente não eram bacharéis em leis e usavam uma vara vermelha como insígnia.

Os recursos contra as suas decisões eram remetidos ao ouvidor.

Havia ainda os juízes de fora, os juízes de vintena e os juízes de órfãos. Os juízes de vintena, ou pedâneos, ficavam nas povoações que tivessem entre 20 e 50 habitantes e proferiam decisões verbais. Já os juízes de fora – que como sugere o título não eram oriundos das localidades em que atuavam justamente para serem mais imparciais em relação aos poderosos da terra - eram escolhidos pela Coroa entre pessoas letradas e atuavam nas localidades com mais de 400 habitantes. Os juízes de fora deveriam ser bacharéis em leis e portavam como insígnia uma vara branca.

Os juízes de órfãos, por óbvio, tinham a função de serem guardiões dos órfãos e das heranças, solucionando as questões sucessórias.

Mas, em matéria criminal, a jurisdição era conjunta do governador e do ouvidor, que constituíam a última instância. João Capistrano de Abreu (Capítulos de História Colonial) explica que os donatários seriam “de juro e herdade senhores de suas terras, teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil réis da primeira, com alçada no crime até por morte natural para escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de mor qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o herege fosse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até morte natural, qualquer que fosse a qualidade do réu (dando-se-lhe apelação ou agravo somente se a pena não fosse capital)”.

Fracassado o sistema de capitânicas, a nomeação de ouvidores deixou de ser discricionariedade do donatário e passou a ser feita pelo rei.

O Governo Geral

“Eu, el-rei Dom João III, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo da minha casa, que ordenei mandar fazer nas terras do Brasil uma fortaleza e povoação grande e forte, na Baía de Todos-os-Santos. (...) Tenho por bem enviar-vos por governador das ditas terras do Brasil.”

Por meio desta carta, datada de 1549, Tomé de Sousa foi designado, pelo rei de Portugal, o primeiro governador geral do Brasil, aonde chegou em março do mesmo ano, estabelecendo-se na Bahia. Tomé de Souza fundou a cidade de Salvador. Na ocasião, foi também nomeado Pero Borges, Ouvidor Geral. A criação do cargo de Governador Geral também significou a centralização do Judiciário, que passou a ficar muito mais dependente da Coroa.

A primeira tentativa de se estabelecer um órgão colegiado no Judiciário brasileiro aconteceu com o projeto do primeiro Tribunal da Relação, em 1587, que, por razões óbvias, deveria ter sua sede em Salvador, mas que não chegou a sair do papel. Efetivamente, a Corte só foi instalada em 1609, com dez desembargadores, mas deixou de funcionar em 1626, em parte por conta da invasão holandesa na Bahia, mas, principalmente, em razão da pressão do poder local, ressentido de ter perdido o controle sobre o Judiciário. A corte de Salvador só foi restabelecida em 1652.

O Tribunal da Relação baiano era organizado nos moldes da Casa da Suplicação de Lisboa (instalada em 1382), com desembargadores que proferiam as sentenças individual e coletivamente. Sua competência territorial estendia-se até Angola e São Tomé, na África. Segundo esse modelo, os desembargadores que a compunham reuniam-se em duas “mesas” e uma “mesa grande”, que corresponderiam às “câmaras” e ao “pleno” dos tribunais atuais. Além das suas funções especificamente judiciárias, o tribunal conhecia das petições de mercês, perdões e quaisquer outras solicitações ao rei, exceto nas referentes à fazenda pública, ao patrimônio da Coroa, aos crimes alheios à sua competência e às obras e contas dos conselhos.

Modelo português, realidade brasileira

Mas a despeito de ter nascido como uma reprodução do paradigma português, o Judiciário brasileiro se desenvolveu e seguiu seu próprio caminho. E não poderia ser diferente, visto que o tecido sócio-econômico-cultural do Brasil era bem diverso do europeu. Aqui era a colônia. A vida era rústica, os meios de comunicação entre os diversos pontos do território eram tíbios, se não inexistentes. A escravidão era a base sobre a qual se construía a economia. Os donos das terras detinham privilégios e poderes muito além do alcance das instituições e das autoridades, fossem civis, militares ou eclesiásticas. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, lembra que, naquele tempo, não era raro o caso “como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado...”.

No começo do século XIX já havia regras para a confecção de togas de juízes e promotores



(Imagem 27)

A Relação do Rio de Janeiro

Somente em 1752, um exato século depois da instalação do Tribunal da Relação da Bahia, foi instalado o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, também com dez desembargadores. O regimento da nova casa de justiça data de 13 de outubro de 1751 e estabeleceu, no artigo 10, que a sua jurisdição abarcasse “todo o território, que fica ao Sul do Estado do Brasil, em que se comprehendem treze Comarcas, a saber: Rio de Janeiro, S. Paulo, Ouro Preto, Rio da Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro do Frio, Cuyabá, Guyazes, Pernaguá, Espírito Santo, Itacazes, e Ilha de Santa Catharina, incluindo todas as Judicaturas, Ouvidorias, e Capitancias, que se houverem creado, ou de novo se crearem no referido âmbito, que Hei por bem separar inteiramente do districto, e jurisdição da Relação da Bahia”.

Essas Cortes tinham competência recursal (apreciando apelações e agravos) e originária para ações cíveis e criminais e do patrimônio estatal. Os recursos interpostos das suas de-

cisões eram remetidos para a Casa da Suplicação, em Lisboa. E assim foi até 1808, quando a Família Real portuguesa se muda para o Brasil.

Finalmente, a Casa da Suplicação

“Eu o Príncipe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem, que tomando em consideração o muito que interessa o estado e o bem commum e particular dos meus leaes vassallos em que a Administração da Justiça não tenha embaraços que a retardem e estorvem e se faça com a promptidão e exactidão que convém, e que afiança a segurança pessoal e dos sagrados direitos de próprio só por estar interrompida a comunicação com Portugal e ser por isto impracticável seguirem-se os aggravos ordinarios e appellações que até qui se interpunham para a Casa da Supplicação de Lisboa, vindo a ficar os pleitos sem decisão ultima com manifesto detrimento dos



litigantes e do publico que muito interessam em que não haja incerteza de dominios e se findem os pleitos quanto antes; como tambem por me achar residindo nesta Cidade que deve por isso ser considerada a minha Côrte actual; querendo providenciar de um modo seguro estes inconvenientes e os que podem crescer para o futuro em beneficio do augmento e prosperidade da causa publica; sou servido determinar o seguinte.

I. Relação desta Cidade se denominará Casa da Supplicação do Brazil e será considerada como Superior Tribunal de Justiça, para se findarem allí todos os pleitos em ultima instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das ultimas sentenças proferidas em qualquer das Mesas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso que não seja o das revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas minhas Ordenações, Leis e mais disposições. E terão os Ministros a mesma alçada que têm os da Casa da Supplicação de Lisboa.(...)"



Logo que chegou no Rio de Janeiro, Dom João VI passou a ocupar o prédio, hoje conhecido como Paço Imperial, na praça XV. Na foto, em primeiro plano, o chafariz da pirâmide, obra do mineiro Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim
(Imagem 30)



Na praça, há uma estátua eqüestre de Dom João VI, doada pelo Governo Português em homenagem ao quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro, em 1965. O monumento é de autoria do artista B. Feijó
(Imagem 31)

Ao assinar o alvará de 10 de maio de 1808, Dom João VI coloca na ponta da pena o início da história de um Poder Judiciário dali e para sempre independente. Nunca mais as decisões judiciais tomadas no Novo Mundo voltariam a ser objeto de recursos do outro lado do Atlântico. Claro que o modelo instaurado no Brasil reproduzia o da Casa da Suplicação lisboeta, instituída pelo rei João I no século XIV. Tanto que, a exemplo do que vigia na metrópole, foram criados ainda o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens (por meio de alvará datado de 22 de abril de 1808). O Desembargo do Paço, presidido pelo próprio rei, tratava, entre outros pedidos, das apelações nas causas criminais em que a pena aplicada fosse a de morte e para as quais se postulava a clemência régia. Na prática, o Desembargo do Paço constituía um órgão colegiado que originalmente (dentro da antiga estrutura do Judiciário português reproduzido no Brasil) integrava a Casa da Suplicação, mas que se reunia no Paço, ou seja, na residência do príncipe regente.

A Consciência e Ordens cuidava de questões jurídicas e

administrativas referentes às ordens militares-religiosas, bem como das causas que envolvessem os clérigos, que, portanto, contavam com esse foro privilegiado.

A Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, efetivamente instalada em 30 de julho de 1808, era composta de um chanceler, oito desembargadores dos agravos, dois corregedores (um do “Crime da Corte e Casa” e o outro do “Civil da Corte”), um juiz dos “Feitos da Coroa e Fazenda”, um ouvidor das Apelações do Crime, um procurador dos Feitos da Coroa, um procurador dos feitos da Fazenda, um juiz da Chancelaria, um procurador da Justiça e mais seis desembargadores extravagantes, além de um guarda-mor, porteiros, escrivães, solicitadores, meirinhos, executores, tesoueiros, carcereiros, caminheiros, guardas das cadeias, guarda-livros, um pagem do bastão, alcaides, um médico e um ministro das execuções.

A Casa de Suplicação foi instalada, na Rua do Lavradio, no centro do Rio de Janeiro, sendo presidida pelo regedor Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma.



A Casa de Suplicação foi instalada, na rua do Lavradio, no centro do Rio de Janeiro
(Imagem 32)

Ainda no ano de 1808, completando a estrutura judicial na recém-instalada capital americana da Corte Portuguesa, Dom João VI cria a figura do juiz conservador da nação britânica (Decreto de 4 de maio de 1808), cargo que é exercido por magistrados brasileiros até 1831, quando foi extinto, para garantir foro privilegiado aos súditos ingleses residentes no Brasil. Havia ainda o intendente geral de Polícia (Alvará de 10 de maio de 1808), a quem deveriam se reportar os juízes criminais, e a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas, Navegação do Estado e Domínios Ultramarinos (Decreto de 23 de agosto de 1808).

Uma certa Ana Rosa

Em 3 agosto de 1808, o corregedor do Crime da Corte e Casa, que, portanto, atuava na recém-criada Casa de Suplicação brasileira, escreveu para Dom João VI, relatando a situação delicada em que se encontrava uma certa Ana Rosa. Ela havia sido presa a pedido do próprio marido, em razão de ter sido encontrada em companhia de um homem que vestia apenas “uma camisa de mulher”. A acusada confessou o adultério, crime cuja gravidade não é difícil de imaginar, aos olhos da sociedade daquela época. Dizia a carta, guardada no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que a infeliz, no flagrante, “se lançou aos pés do marido, e confessando o delito, queria que lhe perdoasse. Ele contudo a fez prender, e prossegue na acusação”. O corregedor afirma ao que o crime “é de muita gravidade pelos danos que produziu na família e o (ilegível) ao Estado”, mas ressalva que a ré está grávida “e que este motivo merece compaixão, e que na prisão que ainda não tem comodidades não pode parir”. Ele fecha a correspondência dizendo que, no seu entendimento, “me pareceu indeferível o requerimento, V.S. porém deferiu”.

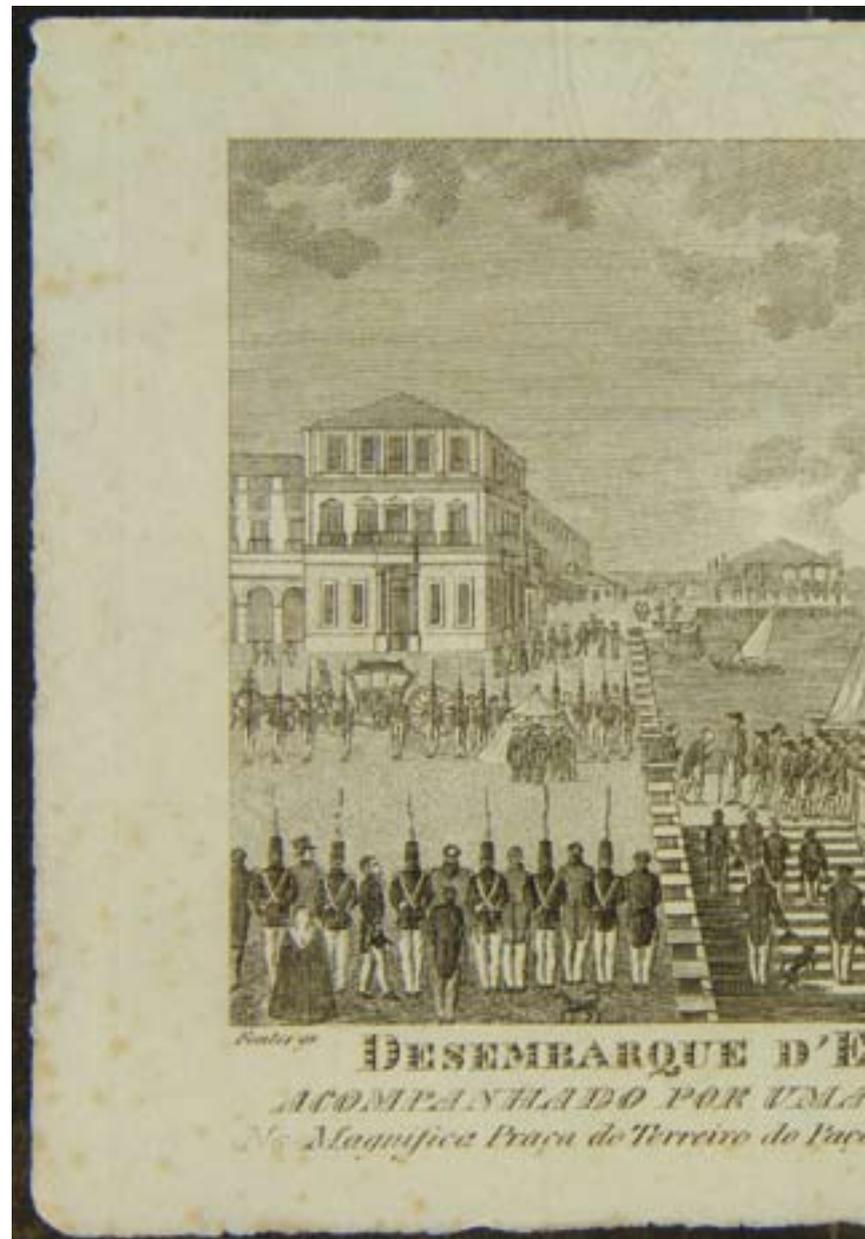




Imagem do retorno de Dom João para Portugal (Imagem 33)

Não ao retrocesso

Em um discurso proferido em maio de 2007, a ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie Northfleet, afirmou que “a pretensão das Cortes de Lisboa, em 1821, de recolonização do Brasil mediante, inclusive, a extinção da Casa da Suplicação do Brasil, esteve no cerne da decisão que motivou a Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822”.

Essa tendência, de fato, começou a se desenhar logo em 1809, com o alvará de 6 de maio, que, com Portugal livre da dominação francesa, restituiu a Casa da Suplicação de Lisboa, atribuindo-lhe competência para julgamento dos agravos ordinários e apelações das ilhas dos Açores, Madeira e Porto Santo e do Pará e do Maranhão.

Mais tarde, em agosto de 1820, eclodiu a Revolução Constitucionalista do Porto, que acabou motivando o regresso de Dom João VI para Portugal, em 26 de abril de 1821. Por essa época, as Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes instaladas em Portugal, transformaram a capitania do Grão-Pará em província e determinaram que todas as questões que dissessem respeito ao Brasil seriam apreciadas em Portugal pela então já criada Comissão de Negócios Políticos do Brasil (composta de seis deputados brasileiros e seis portugueses). Além disso, elas enviaram tropas portuguesas para a Bahia, para o Rio de Janeiro e para Pernambuco; extinguíram os tribunais criados por Dom João VI no Brasil desde 1808 e exigiram o retorno à Europa do primogênito do rei, Dom Pedro I.

Só que essa tentativa extemporânea de reduzir o Brasil à condição de colônia não tinha mais como vingar, considerando que, desde 1815, a Carta de Lei, de 16 de dezembro, elevara o país à categoria de Reino Unido, junto com Portugal e Algarves, mudança que se havia definido aos olhos do mundo naquele mesmo ano, em face das decisões acertadas durante o Congresso de Viena (“os ditos meus domínios já foram considerados pelos plenipotenciários das potências que formarão o Congresso de Viena, assim no Tratado de Aliança”, rezava a Carta de Lei).

Assim é que, com a partida de Dom João VI para aplacar as inflamadas Cortes, ficou o príncipe regente no Rio de Janeiro, com o célebre conselho do rei: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para alguns desses aventureiros”.



Para Afonso Arinos, Dom Pedro I tinha obsessão pelo constitucionalismo. Nesta litogravura ele aparece entre a Constituição brasileira, de 1824, e a portuguesa, de 1826 (Imagem 34)

Um obcecado pelo constitucionalismo

Fato é que, apenas dois anos após a Proclamação da Independência, na premência dos acontecimentos, de uma conjuntura política delicada e de uma personalidade que não se poderia chamar propriamente de democrática, Dom Pedro I outorgou, em 25 de março de 1824, a Constituição Imperial, a primeira do Brasil, e nela ficou consagrada a independência do Poder Judiciário.

E isso, a despeito, vale repetir, do incontestável fato de que o imperador, que dissolveu a constituinte em 12 de novembro de 1823, fazia pouco para controlar sua predisposição absolutista. Lenine Nequete, em *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*, afirma que “seu temperamento absolutista não podia tolerar o menor arranhão às prerrogativas de que se julgava investido”). Mas também vale observar, junto com Alfredo Pinto Vieira de Melo (*O Poder Judiciário no Brasil: 1532 a 1891*), que “Se fizermos com imparcialidade um rápido confronto entre a Constituição outorgada e o projeto da constituinte, a primazia caberá à primeira, quanto à estrutura e à perfeição da forma. O projeto era confuso, continha disposições estranhas a um código político e denotava a falta de prática dos legisladores encarregados da sua elaboração”.

A divisão de poderes é definida no Título III, da Constituição de 1824, que, em seu artigo 9, estabelece que “a harmonia dos Poderes Políticos é o principio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias, que a Constituição offerece”. Esses Poderes Políticos são quatro: o Legislativo, o Moderador, o Executivo, e Judicial.

Afonso Arinos de Melo Franco refere-se ao proclamador da Independência como tomado de uma verdadeira obsessão pelo constitucionalismo. A Constituição também determinou que o Desembargo do Paço voltasse a ser denominado Tribunal de Relação. Mas, mais importante, a carta política determinou a criação do Supremo Tribunal de Justiça, como sucessor da Casa de Suplicação, o que efetivamente aconteceu quatro anos mais tarde, com a Lei de 18 de setembro de 1828 (que também extinguiu o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens).

O Supremo Tribunal de Justiça foi instalado no dia 9 de janeiro de 1829, sendo composto por 17 juizes letrados, oriundos das Relações por suas antiguidades. O presidente da Corte era eleito pelo imperador.

É importante observar que o Poder Moderador era exercido pelo imperador. Na prática, o monarca podia dissolver o Congresso, nomear ou demitir ministros e convocar eleições parlamentares. A Justiça estava subordinada ao Ministério da Justiça, mas o Supremo Tribunal de Justiça era independente, embora ainda não detivesse competência para o controle da constitucionalidade das leis. Essa inovação só aconteceu após a Proclamação da República.

Ainda nos termos da Constituição do Império, o Poder Judiciário era exercido pelos juizes e jurados, com competência cível e criminal, incumbindo aos juizes pronunciar-se sobre a matéria de direito e aos jurados sobre o fato.

É muito interessante notar que o privilegiamento da conciliação, que, hoje, se constitui uma das principais linhas de atuação do Judiciário Nacional na busca pela celeridade e pela eficiência jurisdicional, já era uma grande preocupação da primeira constituição brasileira. A Constituição do Império criou o juízo arbitral, instituindo a figura do juiz de paz - que era temporário e eletivo -, bem como tornou a conciliação obrigatória antes do ajuizamento da causa, no artigo 161, que ordenava: “Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará processo algum”.

A República

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, a criação do Supremo Tribunal Federal acabou acontecendo antes da promulgação da Constituição Federal de 1891, já que ele fora previsto no Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, editado pelo governo provisório.

A constituição em si estabeleceu, no seu artigo 55, que “o Poder Judiciário da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República, e tantos juizes

Entre endereços ocupados
pela Corte Constitucional
está o edifício da rua
Primeiro de Março nº 42
(Imagem 35)





O prédio onde hoje funciona o Centro Cultural Justiça Federal foi a casa da Corte Suprema entre 1909 e 1960. Esta foto é de 1950. (Imagem 36)



1909? – Visita dos ministros ao novo edifício do STF, na avenida Rio Branco, 241, Rio de Janeiro. Da esquerda para a direita, ministros Manuel Murinho, Ribeiro de Almeida, André Cavalcanti, Pindayba de Mattos, Eptácio Pessoa, Amaro Cavalcante, Guimarães Natal e Cardoso de Castro. (Imagem 37)

Os móveis da sala de sessões foram confeccionados pela famosa Casa Leandro Martins, a partir de desenhos do alemão Fritz Appel. Aqui, o Plenário do STF, na avenida Rio Branco.

(Imagem 38)



e tribunais federais, distribuídos pelo país, quanto o Congresso criar”. O artigo 56 determinava que “o Supremo Tribunal Federal compor-se-á de quinze Juizes, nomeados na forma do art. 48, nº 12, dentre os cidadãos de notável saber e reputação, elegíveis para o Senado”.

O STF foi, de início, instalado no mesmo prédio da rua do Lavradio, onde funcionara o Supremo Tribunal de Justiça. Mas, em 1892, em razão de reformas realizadas no prédio, o Supremo foi transferido, provisoriamente, para o antigo solar do Conde da Barca, na rua do Passeio nº 48, também utilizado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Em 1902, o Supremo foi transferido para o edifício situado na rua Primeiro de Março nº 42, e, em 1909, ele passou para o belíssimo prédio

da Avenida Rio Branco nº 241, onde hoje funciona o Centro Cultural Justiça Federal.

A inspiração da primeira carta republicana foi fortemente calcada no modelo constitucional norte-americano, e foi por conta disso que o incipiente STF foi pensado para ser precipuamente o guardião da interpretação da Constituição, ou, no dizer de Roberto Piragibe Fonseca (Curso de Instituições de Direito Público), para ser a “sentinela atenta à integridade da Lei Magna e largos direitos individuais resguardados por garantias eficientes”

Com o estabelecimento do sistema federalista, a Constituição da República criou as Justiças Federal e Estadual, independentes entre si, e com competência definida de acordo com a matéria.



1909 – Hall do STF na avenida Rio Branco/RJ. 10x15cm. (Imagem 39)



1950 – Interior da sala de sessões da antiga sede do STF, na av. Rio Branco, 241, Rio de Janeiro (Imagem 40)

O documento também criou o controle difuso de constitucionalidade, exercido incidentalmente diante de casos concretos. Explicando o seu funcionamento, Rui Barbosa (Trabalhos Jurídicos), aliás um dos projetores da Constituição de 1891, disse que a inconstitucionalidade de um ato questionado em juízo não poderia ser o objeto em si da ação, mas que poderia servir para justificar o direito pretendido: “(...) o remédio judicial contra os atos inconstitucionais, ou ilegais, da autoridade política não se deve pleitear por ação direta ou principal”.

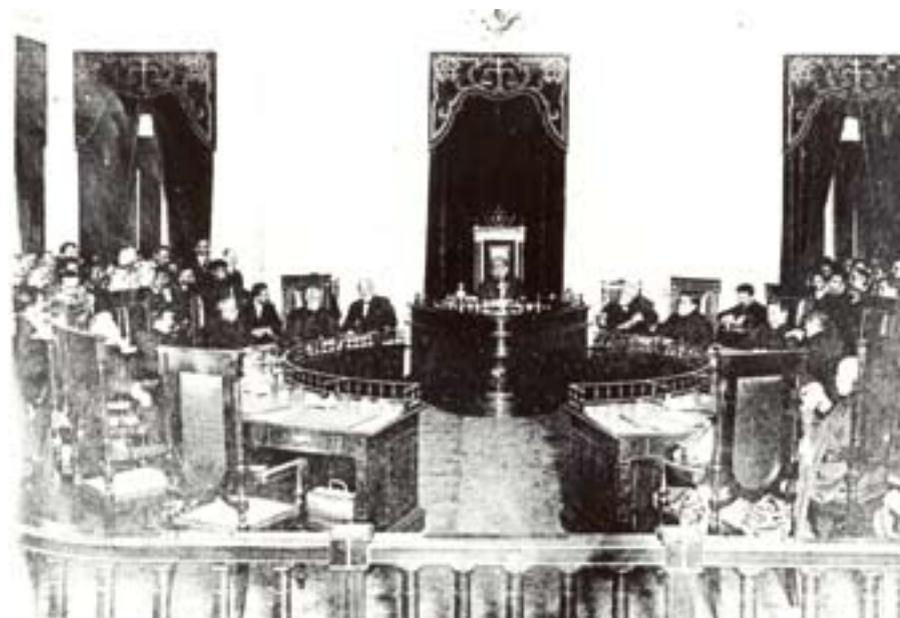
O emblemático HC 3536

O presidente Hermes da Fonseca, em 1º de março de 1914, decretou estado de sítio no Rio de Janeiro, em Niterói e em Petrópolis. O grande jurista e então senador Rui Barbosa fez um discurso inflamado contra o ato do governo e forneceu uma cópia do libelo para ser publicada no jornal O Imparcial. Só que o periódico, como toda a imprensa, estava proibido de reproduzir os debates do Congresso Nacional. Por conta disso, o advogado levou um pedido de *habeas corpus* (HC 3536) ao STF. O relator da causa, ministro Oliveira Ribeiro, entendeu que “o fato de que se queixa o senador impetrante do presente *habeas corpus* ‘de se achar privado de publicar os seus discursos na imprensa, fora do Diário Oficial’, por ato do chefe de Polícia desta cidade, importa em manifesta restrição na sua liberdade de representante da Nação, porque o seu mandato deve ser cumprido em sessões públicas do parlamento (art. 18 da Constituição), em discursos, pela palavra falada para a Nação que ele representa”. O julgamento aconteceu no dia 5 de junho de 1914. A ordem foi concedida, com apenas um voto divergente, do ministro Godofredo da Cunha.



18.04.1909 – Ruy Barbosa, depois de defesa oral na sessão de *habeas corpus* do STF, com cônego Leônicio Galvão, Aurélio Vianna e Alfredo Ruy Barbosa. A multidão em frente ao Supremo Tribunal. O conselheiro Ruy Barbosa e seu filho, Alfredo Ruy Barbosa. (Imagem 41)

1909? – Sessão Plenária do STF no Rio de Janeiro na Presidência do Ministro Pindahíba de Mattos (1908/1910). À direita, o procurador geral da República Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, ministro Hermínio do Espírito Santo, João Pedro, Epitácio Pessoa, Guimarães Natal. À esquerda, Manoel Espínola, Manoel Murtinho e outros. (Imagem 42)





No dia 18 de abril de 1909, o advogado e político Rui Barbosa defende uma causa na tribuna do STF. Na época, a Corte estava instalada no prédio da avenida Rio Branco (*Imagem 43*)

A era Vargas

O assassinato do vice-presidente da República, João Pessoa, em Recife, detonou a Revolução de 1930, que deu início à era Vargas, após a deposição do presidente Washington Luiz. Logo no início de seu longo governo, o presidente reduziu o número de integrantes do Supremo Tribunal Federal, que foi dividido em duas turmas. Os membros do STF também passaram a ser obrigados a fazer o registro taquigráfico de seus relatórios, votos, ementas e acórdãos.

Em 1932, ficou instituído o sufrágio para as mulheres, o Código Eleitoral, e, por conseguinte, a Justiça Eleitoral, encabeçada pelo Tribunal Superior Eleitoral, e composta ainda pelos Tribunais Regionais Eleitorais estaduais. Também foi instituído o recurso ex-officio para o Supremo Tribunal Federal das decisões

da justiça locais de segunda instância contrárias a leis federais, decretos ou atos da União.

As disposições transitórias da carta política de 1934 alteraram a denominação do Supremo Tribunal Federal para Corte Suprema. A partir daí, o Senado Federal tornou-se competente para suspender a execução de lei ou ato declarado inconstitucional pela Corte Suprema.

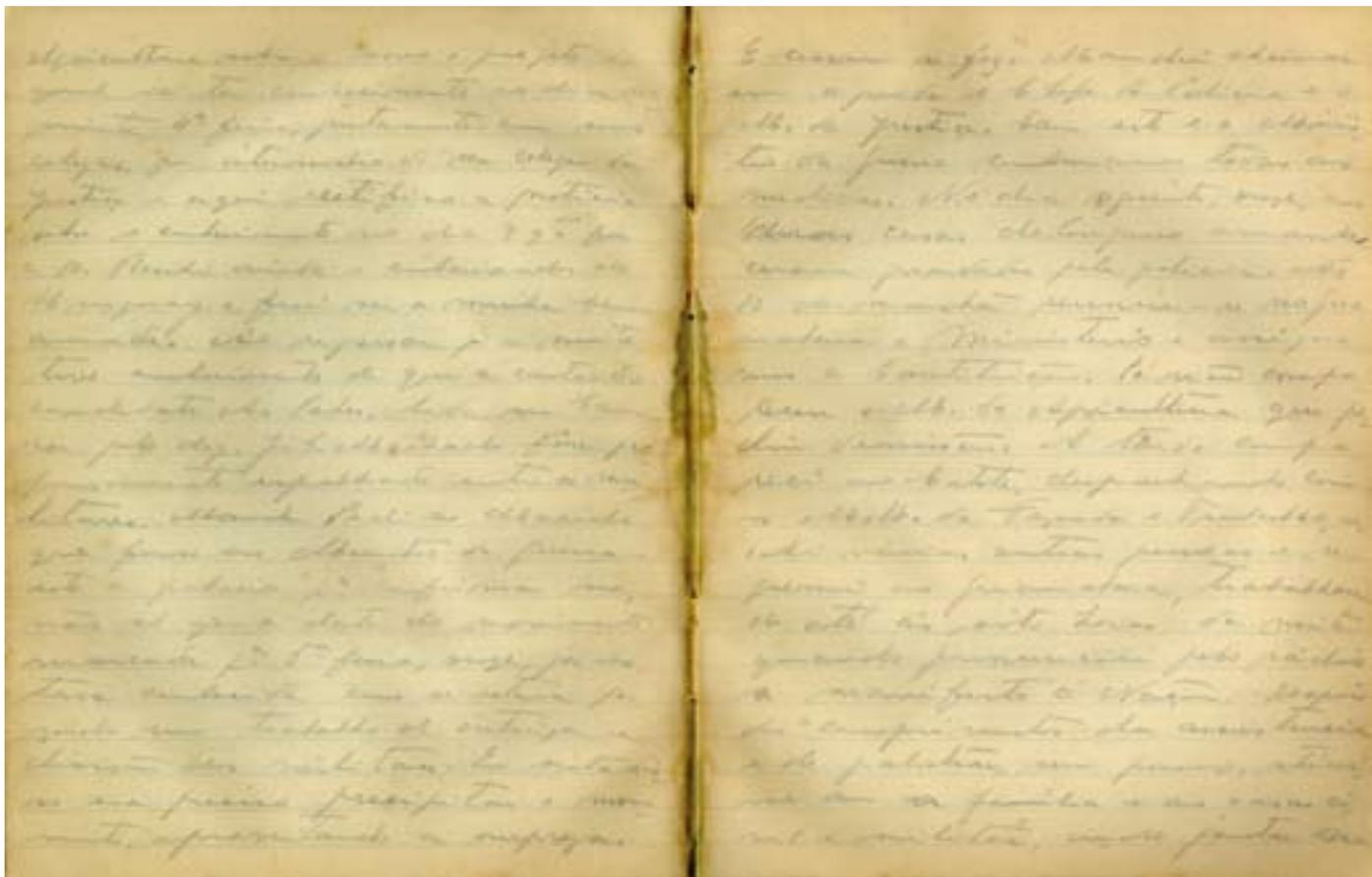
Em 1937, o Estado Novo é instalado e Getúlio Vargas outorga a constituição que ficou conhecida como “Polaca”. A nova carta política extinguiu a Justiça Federal de uma forma estupefativa: pura e simplesmente não faz qualquer menção à Justiça Federal quando trata da constituição do Poder Judiciário. Os juizes federais com mais de 30 anos de serviço foram aposentados e os demais foram postos em disponibilidade, com vencimentos proporcionais, ou foram reaproveitados nas justiças estaduais.



09.08.41 – Membros da Embaixada especial Portuguesa visitam o STF, na gestão do ministro Eduardo Espínola (Imagem 44)



01.09.43 – Membros do Congresso Jurídico Nacional que visitam o STF (Imagem 45)



Em 1937, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional e outorgou a Constituição Polaca, que formalizou a estrutura política do Estado Novo. Em seu diário, o presidente afirmou, no dia 7 de novembro: “Não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma nova Constituição e dissolvendo o Legislativo. Recebi o deputado João Neves, os ministros do Trabalho, Fazenda, Exterior e Guerra, o senador Macedo Soares e, por fim, o dr. Francisco Campos, que trouxe já prontos o projeto da nova Constituição e a proclamação a ser lida, redigida por ele, de acordo com o esboço que fiz e as notas que lhe forneci. Provavelmente será na próxima quinta-feira”. Nos dias 9 e 10, ele diz que “No primeiro dia, pela manhã, o novo ministro da Justiça mostrava aos seus outros colegas civis o projeto de Constituição, que já fora examinado pelos militares”. (Imagem 46)

As causas de interesse da União então passaram à competência dos juízes de direito dos estados e do Distrito Federal. De fato, a Polaca calcificou o controle político do presidente da República sobre o Judiciário – e, aliás, sobre o Legislativo também, permitindo ao chefe do Executivo legislar por meio de decretos-leis – e fez retroceder o sistema de controle de constitucionalidade, ao ratificar a norma que exigia o reexame pelo Legislativo da declaração de inconstitucionalidade eventualmente proferida pelo STF.

Por fim, a Constituição de 1937 suprimiu o mandado de segurança contra ato do presidente da República, dos ministros de Estado, dos governadores e dos Interventores e limitou as hipóteses de concessão de *habeas corpus*.

O pós-guerra

É curioso notar que, com a queda do governo Vargas, em 1945, a Presidência da República ficou interinamente a cargo do então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, que, além de devolver à Corte o direito de eleger os seus próprios (a Constituição de 1934 estabelecia que isso seria prerrogativa do presidente da República), “assumiu o poder, presidiu eleições e, gradativamente, até a posse da constituinte, vai restabelecendo a democracia através de vários decretos”, como afirma Maria Teresa Sadek (A organização do Poder Judiciário no Brasil).

A nova constituição, promulgada pouco depois, em 1946, criou o Tribunal Federal de Recursos, embrião do Superior Tribunal de Justiça, por sua vez instituído, junto com os cinco Tribunais Regionais Federais do País, na Constituição de 1988, ou seja, a constituição restabelecia a dicotomia Justiça Federal/Justiça Estadual, no âmbito do segundo grau de jurisdição.

Mas a Constituição de 1946 ainda não restaurava a Justiça Federal de primeiro grau. Isso só veio a acontecer com o advento do Ato Institucional nº 2, durante o governo militar, em 1965, que reservou ao presidente da República a competência para nomear os juízes federais, indicados na forma da Lei pelo Supremo Tribunal Federal.



02.09.54 – Visita do legado pontifício Dom Adeodato Giovanni Piazza e sua comitiva ao STF, recebido pelos Ministros José Linhares (Presidente), Luiz Gallotti, Procurador-Geral da República e Plínio de Freitas Travassos, Diretor-Geral Augusto Cordeiro de Mello (Imagem 47)



23/06/1947 – Sessão solene de instalação do Tribunal Federal de Recursos no STF. Da esquerda para a direita: Procurador-Geral da República Themistocles Cavalcante, Subprocurador-Geral da República Luiz Gallotti, Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, Presidente do TFR Armando Prado, Presidente do STF José Linhares, Presidente da Câmara Nereu Ramos, n.i. (Imagem 48)



1955 – Composição dos Ministros do STF, agraciados com medalhas e diplomas. Da direita para a esquerda: ministro Edgard Costa (1945-1957), ministro José Linhares (1937-1956), ministro Eduardo Espíndola (aposentado), ministro Orozimbo Nonato (1945-1960), ministro Luiz Gallotti (1949-1974). Ao fundo, subprocurador Oscar Corrêa Pina (*Imagem 49*)



27.01.56 – Sessão solene na Presidência do ministro Luiz Gallotti por ocasião da diplomação do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart, presente o Procurador-Geral da República Plínio de Freitas Travassos (*Imagem 50*)

Por essa época, o STF já funcionava em Brasília, para onde se transferira em 1960, junto com a mudança da Capital federal. Sua casa, desde então, tem sido o prédio projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e erguido na praça dos Três Poderes.

Também em 1965, a Emenda Constitucional nº 16 realizou uma reforma do Judiciário, prevendo como competência originária do Supremo Tribunal Federal processar e julgar a representação encaminhada pelo procurador-geral da República contra a inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual. Portanto, introduzia-se, no Brasil, ao lado do sistema difuso de constitucionalidade, o sistema concentrado.

STF em Brasília (Imagem 51)



No ano seguinte, a Lei nº 5.010/66 estruturou a renascida Justiça Federal de primeiro grau e criou o Conselho da Justiça Federal, órgão administrativo a quem compete a supervisão administrativa e orçamentária da primeira e da segunda instâncias.

A Constituição de 1967 manteve a estrutura vigente do Poder Judiciário, porém excluiu de sua competência o exame de mérito das suspensões e cassações de direitos políticos e cassações de mandatos parlamentares. Maria Teresa Sadek (op. cit.) comenta que a Carta de 1967 “conferiu tão ampla margem de atribuições ao Executivo que acabou por transformar o Legislativo e o Judiciário em subpoderes, com funções de mera assessoria, ou de organismos complementares à chefia do governo”.

Logo depois, em 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5; com fundamento neste ato, foram aposentados, compulsoriamente, os ministros Victor Nunes Leal, Evandro Lins e Silva e Hermes Lima. Em solidariedade, outros ministros requereram a aposentadoria e a composição do STF ficou reduzida a onze ministros. Esse número acabou sendo fixado pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969 e permanece até hoje.

A Emenda Constitucional nº 1, também de 1969, altera tanto o texto da Carta que, em geral, a emenda é aceita como uma nova Constituição. Sua principal função foi revalidar o Ato Institucional nº 5, bem como os demais atos posteriormente baixados, além de confirmar o poder do presidente da República para fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais, decretar intervenção nos Executivos estaduais e municipais e suspender direitos políticos sem a interveniência do Judiciário.



25.07.56 – Visita do presidente de Portugal, Craveiro Lopes, recebido pelo ministro-presidente Orozimbo Nonato; presentes: ministros convocados do TFR, Afrânio Costa e Vasco Henrique D'Ávila, os ministros do STF Villas-Boas, Luiz Gallotti, Barros Barreto e o subprocurador-geral da República Oscar Corrêa Pina (Imagem 52)



Sentados, em 1º plano, a partir da esquerda, os ministros do STF Hermes Lima e Vítor Nunes Leal, que foram aposentados, compulsoriamente, em janeiro de 1969, após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) (Imagem 53)



04.04.57 – Visita da princesa Abide Suchaar, embaixadora do Paquistão, recebida pelo ministro-presidente Orozimbo Nonato, ministro Luiz Gallotti e o ministro Lafayette de Andrada (Imagem 54)

“Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição”. O caput do artigo 102, da Constituição Federal de 1988, com muita razão cognominada Constituição Cidadã, considerando-se o destaque que ela dá aos direitos e deveres individuais e coletivos do povo, fecha o contrato político pelo qual o STF fica definido como o bastião da carta política. Foi para isso que a Constituição criou o Superior Tribunal de Justiça, atribuindo-lhe a guarda das normas infraconstitucionais.

Mas, além disso, no artigo 102, I, f, a Constituição Federal de 1988 estabelece que é competência originária do Supremo Tribunal Federal a apreciação das “causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta; as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta”. A respeito dessa atribuição, que delinea claramente a função e os limites jurisdicionais a que deve se restringir a atuação do Supremo, é muito interessante a ponderação do ministro Celso de Mello, expressa no julgamento da Ação Cível Originária (ACO) 359, ajuizada pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A (BADESP) contra o Governo do Estado do Maranhão.

Baseado no voto do magistrado, o STF não conheceu da ação, por incompetência da Corte, e determinou a remessa dos autos à Justiça local de primeira instância. Disse então o ministro que o artigo 102, I, f, determina que o STF tem competência para julgar, “tão-somente, aqueles litígios cuja potencialidade ofensiva revele-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Vale dizer, ausente qualquer situação que introduza instabilidade no equilíbrio federativo ou que ocasione a ruptura da harmonia que deve prevalecer nas relações entre as entidades integrantes do Estado Federal, deixa de incidir, ante a inocorrência dos seus pressupostos de atuação, a norma de competência que confere a esta Suprema Corte o papel eminente de Tribunal de Federação.”

O caso Collor 1992

O presidente Fernando Affonso Collor de Mello é alvo de denúncias de improbidade administrativa, feitas pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, e pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcello Lavenère Machado. O processo de *impeachment* é autorizado pela Câmara dos Deputados e, ato contínuo, o Senado Federal o instaura. O presidente, por conta disso, impetra o mandado de segurança 21.564, contra o ato do Presidente da Câmara dos Deputados, alegando a nulidade das regras, assinadas por ele, referentes aos procedimentos de admissibilidade da denúncia e de autorização para instauração do processo de *impeachment*. O relator para o acórdão foi o ministro Carlos Velloso, que lembrou que, na hipótese, a Câmara faz um juízo político, verificando “se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas”. No julgamento, ocorrido em 23 de setembro de 1992, por maioria de votos foi deferido parcialmente o MS. Na prática foi aumentado de 5 para 10 sessões o prazo para manifestação do impetrante perante a Câmara dos Deputados.

Os Tribunais Regionais Federais

Outra inovação da nova Carta foi a criação dos cinco Tribunais Regionais Federais brasileiros, como segunda instância da Justiça Federal e em substituição ao Tribunal Federal de Recursos. Os Tribunais Regionais Federais seriam compostos de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, e os demais, mediante promoção de juízes federais com mais

de cinco anos de exercício, por antigüidade e merecimento, alternadamente (art. 107, I e II).

No dia 6 de outubro de 1988, ou seja, no dia seguinte à promulgação da Constituição, o Tribunal Federal de Recursos expediu a Resolução nº 1, que fixou a sede e competências territoriais dos Tribunais Regionais Federais: 1ª Região: sede em Brasília/DF, abrangendo as Seções Judiciárias do Distrito Federal, Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. 2ª Região: sede no Rio de Janeiro/RJ, abrangendo as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. 3ª Região: sede em São Paulo/SP, abrangendo as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. 4ª Região: sede em Porto Alegre/RS,

TRF 1ª Região



(Imagem 55)

TRF 2ª Região



(Imagem 56)

TRF 3ª Região



(Imagem 57)

TRF 4ª Região



(Imagem 58)

TRF 5ª Região



(Imagem 59)

abrangendo as Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. 5ª Região: sede em Recife/PE, abrangendo as Seções Judiciárias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Os cinco tribunais foram instalados, simultaneamente, no dia 30 de março de 1989.

Com todas as críticas e as muitas emendas que a Constituição de 1988 já recebeu, é inegável que a carta de 1988

marca o ponto mais avançado do longo processo de evolução e de independência do Poder Judiciário nacional. Um processo que foi puxado pela sua Suprema Corte, nos vários formatos que teve e nos vários regimes políticos em que existiu. A Justiça do Brasil não apenas construiu a sua maturidade, como também o fez paripassu com a própria construção institucional e cultural da democracia.

Autos da Memória

O imenso acervo do Arquivo Geral da Justiça Federal da 2ª Região, localizado no Bairro Imperial de São Cristóvão (zona norte do Rio), há quase quatro anos, vem sendo estudado por professores, técnicos e alunos das faculdades de História, Direito e Arquivologia, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Eles vêm organizando, selecionando e classificando processos judiciais históricos, ajuizados a partir do primeiro ano da República Velha, inaugurada em 1889. O projeto, que vem sendo executado graças a uma parceria firmada entre o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e a UFF, prevê a análise e indexação dos documentos que cobrem os quase 17 quilômetros de prateleiras que ocupam o arquivo. A intenção é colocar na base de dados e disponíveis para consulta cerca de 36 mil autos, iniciados até 1974. Um material riquíssimo, que permite pesquisas não só sobre os institutos jurídicos e sobre a jurisprudência desses quase cem anos de atuação da Justiça Federal, mas sobre temas de interesse das mais

diferentes disciplinas que podem ser encontrados nessas dezenas de milhares de causas julgadas: da arquitetura à sociologia; da medicina sanitária à ciência política.

Iniciada em 2004, a organização do Arquivo Histórico foi dividida em duas etapas. A primeira, já concluída, abrangeu os processos ajuizados de 1889 até 1937, quando foi extinta a Justiça Federal. Essa etapa do trabalho deu origem ao livro “Autos da Memória: a História Brasileira no Arquivo da Justiça Federal”, impresso pela Gráfica da Justiça Federal da 2ª Região e lançado em 2006.

Os processos de valor histórico mais relevante deverão integrar uma exposição permanente no CCJF. Ainda, faz parte do projeto a construção de um anexo ao prédio do arquivo judicial, para receber o futuro Centro de Documentação da Justiça Federal, que contará com salas de pesquisa e biblioteca, a fim de que todo o arquivo judicial histórico que não venha a integrar o acervo do CCJF fique disponível para consulta de estudiosos e do público.



. Pa
1783



Donando
R. de Bastia
Cidade
de Bastia
BASTIA

A carrioca

Por mar, e por terra se lhes façam todas as



Fuzileiros Navais



As origens em Terras Lusitanas

"Sou servida mandar criar um Corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores debaixo da denominação de Brigada Real da Marinha..."¹



D

ata de 1317 o surgimento da Marinha portuguesa. As primeiras notícias sobre a existência de fuzileiros na Armada de Portugal remontam a 1585, quando se estabeleceram núcleos de adestramento das guarnições das naus da Índia para o manejo da artilharia e da fuzilaria.

Em 1618, durante a União Ibérica, sob o reinado de Felipe III, foi criado, na Marinha lusa, o Terço da Armada, com o nome de Terço de Infantaria Natural, nos moldes dos Tercios da Espanha. Essa força, portanto, é considerada a mais antiga unidade militar, o primeiro corpo de infantaria constituído com caráter organizado e permanente em Portugal. Após a Restauração portuguesa, mais precisamente em 1621, o Terço passou a denominar-se Terço da Armada Real da Coroa de Portugal. Já em 1640, seu nome foi alterado para Terço de Fuzileiros da Armada Real da Coroa de Portugal. Desde sua criação, o Terço foi considerado uma unidade de elite e, por isso, foi honrosamente designado pelo rei Dom João IV como sua guarda permanente no Paço da Ribeira.

Do século XVI até meados do século XVIII, os “soldados da Armada” ou os “marinheiros do fuzil”, como eram naqueles tempos conhecidos os infantes de Marinha, integraram as expedições guarda-costas que salvaguardaram o litoral brasileiro, combateram e expulsaram as forças holandesas estabelecidas no Nordeste do Brasil, na fronteira Sudeste do território português, constituíram guarnições para a Esquadra de Guarda de Costa Portuguesa e estiveram ao lado de lorde Nelson no Mediterrâneo, somando sucessos na luta contra franceses, holandeses e espanhóis.

A Brigada Real da Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, foi criada por Alvará de 28 de agosto de 1797, em substituição ao Terço da Armada Real da Coroa de Portugal. Na prática, realizou-se uma profunda mudança na organização operacional

da Armada com a criação de dois regimentos de infantaria e uma unidade de artilharia, passando essa brigada a constituir uma tropa de marinha totalmente diferente do corpo de oficiais de carreira da Armada Real, que eram exclusivamente técnicos de navegação. Na Brigada Real da Marinha, todos os postos, desde o inspetor-geral, até os chefes-de-divisão, os capitães, e os primeiros e segundos-tenentes eram equiparados aos do Exército, acrescentando-lhes a indicação de “em exercício na Marinha”. A tropa da Brigada era, assim, um corpo de infantaria de Marinha destinado ao combate, encarregando-se do ataque e da defesa, de executar os desembarques e guarnecer as peças de artilharia. Com a criação da Brigada Real da Marinha, o governo português tinha como objetivo resolver os inúmeros problemas enumerados no preâmbulo do Alvará Régio:

“Eu, a Rainha, faço saber aos que este Alvará com força de lei virem, que tendo-me sido presentes os graves inconvenientes, que se seguem, ao meu Real Serviço, e à disciplina da Minha Armada Real, e o aumento de despesa que se experimenta por haver três corpos distintos a bordo das naus e outras embarcações de guerra da Minha Marinha Real, quais são os Soldados Marinheiros: sendo conseqüências necessárias desta organização, em primeiro lugar, a falta da disciplina que dificilmente se pode estabelecer entre os Corpos pertencentes a diversas repartições: em segundo, a falta de ordem, que nascem de serem os Serviços de Infantaria e de Artilharia, muito diferentes no mar do que são em terra: e ser necessário que os Corpos novamente embarcados aprendam novos exercícios a que não estão acostumados. Sou servida mandar criar um Corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros e de Artífices e Lastradores debaixo da Denominação de Brigada Real da Marinha...”

Alvará 8 de Ley. Numero 24.

28 de Agosto de 1797.

Alvará com feição de Ley, pelo qual a Real e Nossa Senhora houve por bem criar huma Brigada Real da Marinha para guarnição das Naos e Embarcações de Guerra e para o mais serviço da Marinha Real.



Registrado sumariamente no Livro
que serve de Registro de Autos e
Ordens a f. 24
Rodríguez



Expansionismo Francês: O Ultimato Franco-espanhol e a Transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil.

“Se Portugal não fizer o que quero, a Casa de Bragança não reinará mais na Europa em dois meses”.

(Napoleão Bonaparte)

“Ele foi o único que me enganou”

(Napoleão Bonaparte)

O expansionismo francês de Napoleão Bonaparte chegou à Península Ibérica como uma onda avassaladora que varreu quase toda a Europa no início do século XIX.

Através de ações diplomáticas, o Estado português havia conseguido uma aparente neutralidade que incomodava a França, diante do obstinado desejo de Napoleão de submeter a Inglaterra à Coroa imperial francesa.

Após a assinatura do Tratado de Tilsit, Napoleão apertou o cerco sobre a Coroa portuguesa exigindo o fim da neutralidade e a clareza de posição política de Portugal: ou a favor da Inglaterra ou a favor da França. Para tornar mais objetivas suas pretensões, Napoleão incumbiu o ministro português em Paris de transmitir a Dom João suas ordens: declarar guerra aos ingleses, providenciar a retirada do ministro português de Londres e do inglês de Portugal, confiscar as propriedades inglesas, fechar os portos aos seus navios e, por fim, prender os ingleses residentes em Portugal. Foi estabelecido um prazo e o não-cumprimento das exigências seria considerado uma declaração de guerra contra a França e a Espanha. Além do mais, não confiando na presteza do príncipe português, Napoleão nomeou o general Andoche Junot para organizar a formação de uma Armada em Bayonne, nos limites da França com a Espanha.

Dom João convocou o Conselho na noite de 24 novembro para comunicar que as tropas francesas haviam alcançado Abrantes e que, em marcha forçada, poderiam entrar na Capi-

tal em três ou quatro dias. E a difícil decisão enfim foi tomada: o governo deveria entender-se com o emissário inglês Lord Strangford e tratar de preparar o embarque de toda a família real para o Brasil, sem perder um só instante. Na ausência do soberano, uma junta de governo do Reino foi nomeada para reger Portugal. No dia 27 de novembro, Dom João embarcou, seguido de toda a família, ministros, conselheiros, oficiais, servidores, fidalgos, nobres e os amigos mais chegados. Na manhã de domingo, 29 de novembro, levantaram âncora. No mesmo dia, os soldados de Napoleão entravam em Lisboa e o todo poderoso general Junot caía em desgraça perante o enfurecido imperador Napoleão Bonaparte.

As resoluções de Dom João culminaram portanto com a necessidade de transmigrar o aparato estatal português para o Brasil. Napoleão Bonaparte e Dom João foram, portanto, os atores do enredo que para sempre mudaria a história do Brasil e nesse contexto, lançariam as bases para a instalação de uma tropa anfíbia no continente americano.

A Brigada Real da Marinha no Brasil – A Guerra Contra a França

“... Por mar, e por terra se lhes façam todas as hostilidades”
(Manifesto do príncipe regente dom João, em 1o de maio de 1808)

A Brigada Real da Marinha, corpo de infantaria imprescindível no interior da armada lusa, tinha seus integrantes treinados para o combate e para a defesa das naus, na execução de desembarques e na guarnição das peças de artilharia. Essa força integrou a esquadra que escoltou os bens mais preciosos do reino português: a integridade de sua nobreza, a continuidade da casa de Bragança no governo de Portugal, a perpetuação da sua história, a sobrevivência da sua cultura, a manutenção das suas conquistas e o orgulho português de não se submeter ao inimigo.



(Imagem 61)



(Imagem 62)



A Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais é considerada uma das maiores do mundo. Além de bombos, taróis, caixas de guerra, surdos, pratos, pífaros e cornetas, a banda conta ainda com gaitas escocesas ou gaitas de fole. A história de como elas entraram na sua composição é curiosa: os instrumentos haviam sido um presente da rainha da Inglaterra para o USS Missouri, em 1951, que pertencia à Marinha Americana.

Em 1952, o navio foi incorporado à Marinha do Brasil, rebatizado com o nome de Cruzador Tamandaré. As gaitas, então, foram presenteadas à banda pela guarnição do cruzador. Já a Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais foi ativada em 1970 (Imagem 63)

Singrando a mesma rota que Cabral seguira 300 anos antes, a esquadra anglo-lusitana chegou ao Brasil e, após passagem pela cidade de Salvador, fundeou no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808. Mas apenas no dia seguinte, sob o olhar curioso da multidão que se aglomerava no cais do largo do Paço, a casa de Bragança pisou em solo brasileiro para nunca mais deixá-lo.

Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, Dom João declarou guerra aos franceses, considerando nulos todos os tratados anteriores firmados entre as duas nações. O objetivo de



Soldado BRM - 1808 (Imagem 64)

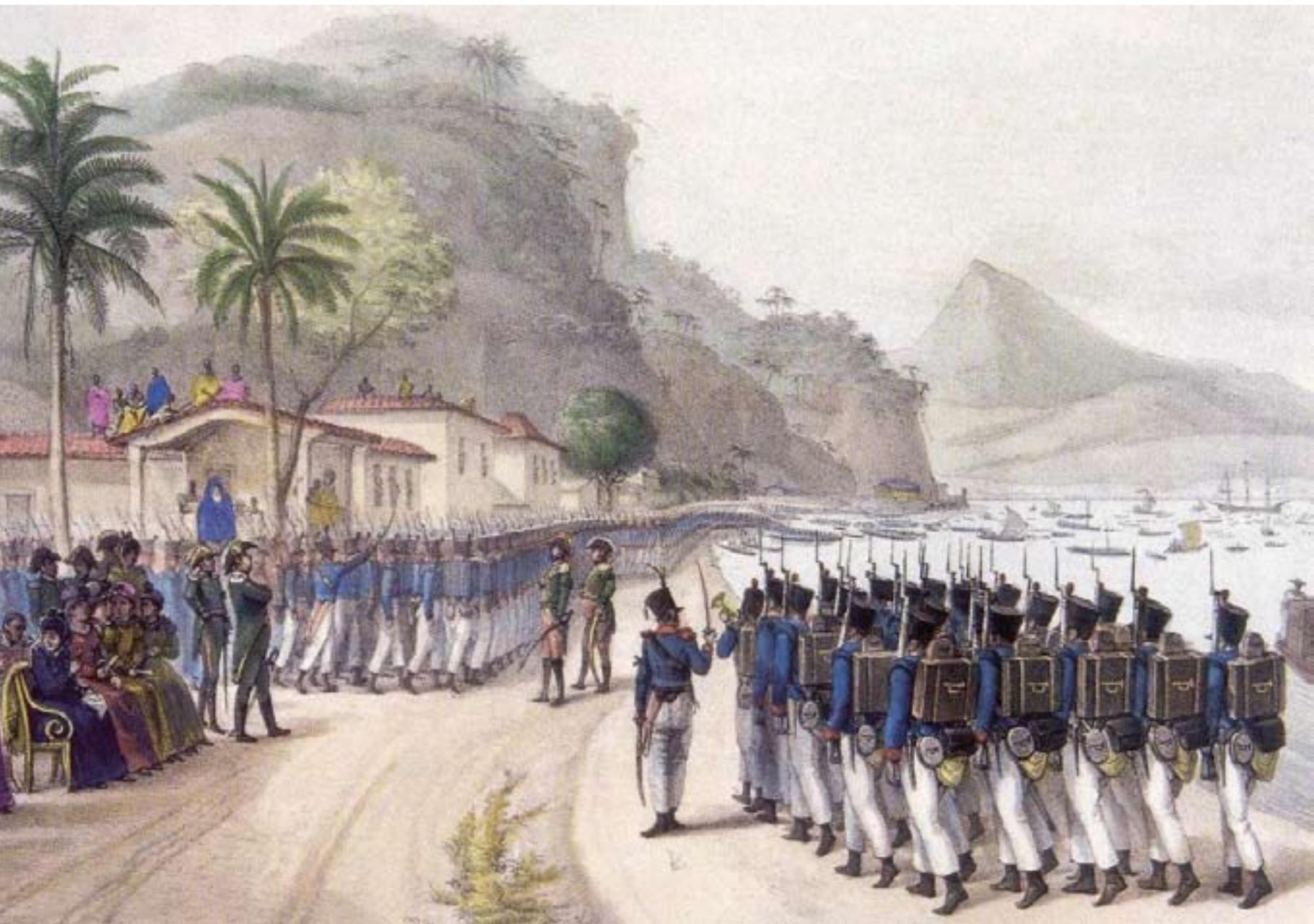
Dom João foi eliminar a ameaça francesa na América através da ocupação da Guiana Francesa, sendo, portanto, este o primeiro conflito bélico em que a Brigada Real da Marinha tomou parte no Brasil em conjunto com outras forças.

Com a invasão e a tomada da Guiana Francesa, Dom João retaliou a invasão francesa ao reino português, bem como ampliou seus domínios territoriais no continente, dando o primeiro passo para a consolidação do espaço geográfico nacional e sua unificação em uma só nação. Durante os 13 anos em que o soberano esteve no Brasil, os fuzileiros da Brigada Real da Marinha se envolveram em conflitos internos e externos que ameaçavam a unidade do Brasil, finalmente elevado à categoria de Reino.

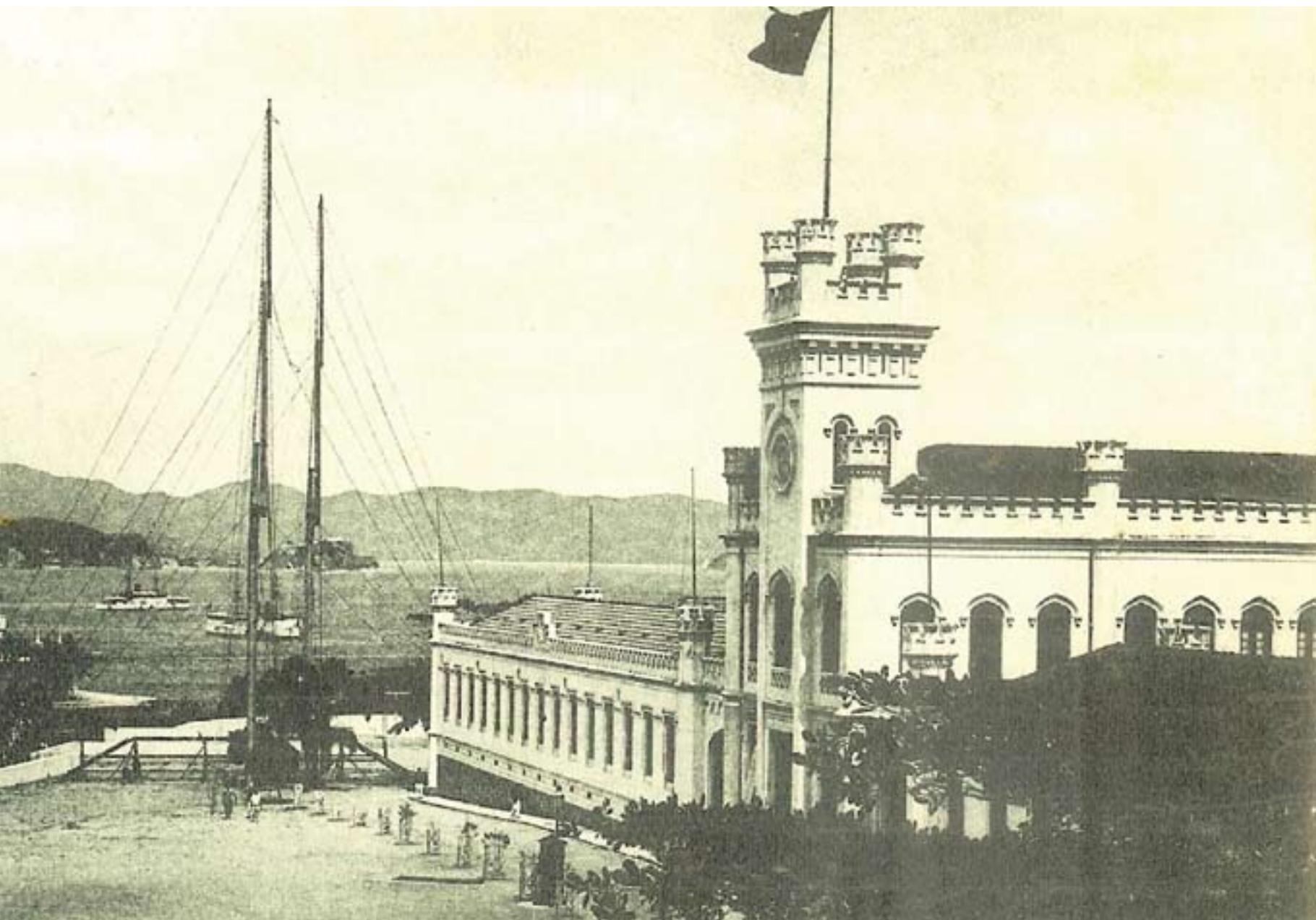
Historicamente, a trajetória do CFN é subdividida em três fases distintas: a primeira, caracterizada como de artilharia de marinha; a segunda, como infantaria de marinha; e a terceira, como uma combinação de armas e serviços.

Primeira fase – Compreendida no período desde a chegada da Brigada Real da Marinha ao Brasil até a criação do Corpo de Fuzileiros Navais (1808-1847). Destaca-se, nesse período, o chefe-de-divisão Dom Rodrigo de Pinto Guedes, seu primeiro comandante-geral, sendo conhecido, posteriormente, como Barão do Rio da Prata.

Além da Brigada Real da Marinha, nesta fase, o CFN recebeu as seguintes denominações: Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro (1822); Imperial Brigada de Artilharia da Marinha (1826); e Corpo de Artilharia da Marinha (1827). Foi um período marcado por grande instabilidade política. Além da campanha de Caiena, os fuzileiros foram largamente empregados nos seguintes conflitos: Ocupação da Banda Oriental do Uruguai (1811), Guerra contra Artigas (1816), Revolução Pernambucana (1817), Guerras de Independência (1823), Confederação do Equador (1824), Guerra da Cisplatina (1825-1828), motim de irlandeses e alemães (1828), Noite das Garrafadas (1831), motins e levantes contra a Regência Trina (1831-1832), repressão ao comércio de escravos (1832-1833), Cabanagem (1835-1840), Guerra dos Farrapos (1835-1845) e Sabinada (1837-1838).



Embarque de tropas do Rio de Janeiro para Montevideo (Imagem 65)



Batalhão Naval - 1910 (Imagem 66)



Segunda fase – Iniciada com a criação do Corpo de Fuzileiros Navais (1847), caracterizou-se pelo emprego da tropa como infantaria de Marinha na defesa dos navios, com especialização nas abordagens e nas ações em terra. Nesse período, há que se destacar a atuação do tenente Perdigão e do sargento Borges durante a Guerra da Tríplice Aliança e, posteriormente, de dois comandantes-gerais, capitão-tenente Arthur de Azevedo Thompson e comandante Protógenes Pereira Guimarães, já no período republicano, que instituíram no CFN, respectivamente, os símbolos significativos gorro de fita de forma escocesa e o uniforme garança.

Nessa nova fase, o CFN recebeu as seguintes denominações: Corpo de Fuzileiros Navais (1847), Batalhão Naval (1852), Corpo de Infantaria da Marinha (1895), Regimento Naval (1924) e Corpo de Fuzileiros Navais (segunda denominação – 1932). Nesse longo período (1840-1932), que compreendeu o Segundo Reinado, a República Velha e o início do governo provisório, os combatentes anfíbios integraram as forças que participaram ativamente nas Guerra contra Oribe (Uruguai, 1851), Guerra contra Rosas (Argentina, 1852), Guerra contra Aguirre (Uruguai, 1864), greve de operários na cidade de Santos (1864), Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai, 1864-1870), Revolta da Armada (1893-1895), Conflito territorial entre Peru e Colômbia (1903), Revolta da Vacina (1904), Revolta dos Marinheiros e do Batalhão Naval (1910), Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Revolta do Forte Copacabana (1922), Rebelião do Exército e da Força Pública de SP (1924), bloqueio à Coluna Prestes (1927) e a Revolução de 1930.

Terceira fase – Considerada muito significativa para a evolução da parcela anfíbia da Marinha, iniciou-se em 1932, na época do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), com a criação do Corpo de Fuzileiros Navais em substituição ao Regimento Naval. Nessa ocasião, o ministro da Marinha, Almirante Protógenes Pereira Guimarães, decidiu-se pela criação de um componente do poder naval que, combi-

nando armas e serviços, viesse a assegurar, no futuro, uma capacidade dissuasória ou realizadora de batalhas vitoriosas. Destacam-se no período, ainda, as atuações dos almirantes Sylvio de Camargo e Domingos de Mattos Cortês, este último, o primeiro almirante-de-esquadra do CFN.

Nos anos seguintes, os fuzileiros navais integraram as forças que combateram na Revolução Constitucionalista de 1932, na Intentona Comunista (1935) e na Revolução Integralista (1938). Participaram, também, da II Guerra Mundial (1939-1945), com o embarque em navios de guerra da Marinha do Brasil e com a instalação de um destacamento na ilha da Trindade, para a defesa contra um possível estabelecimento de base de submarinos inimigos, além de terem sido criadas as companhias regionais ao longo da costa, que, mais tarde, se transformaram em grupamentos de Fuzileiros Navais.



Formatura com armas - década de 1930 (Imagem 67)

(Imagem 68)



(Imagem 69)



(Imagem 70)



No alto, à esquerda, fuzilheiros navais em exercício de tiro antiaéreo.
Abaixo, à esquerda, e acima fuzilheiros na República Dominicana

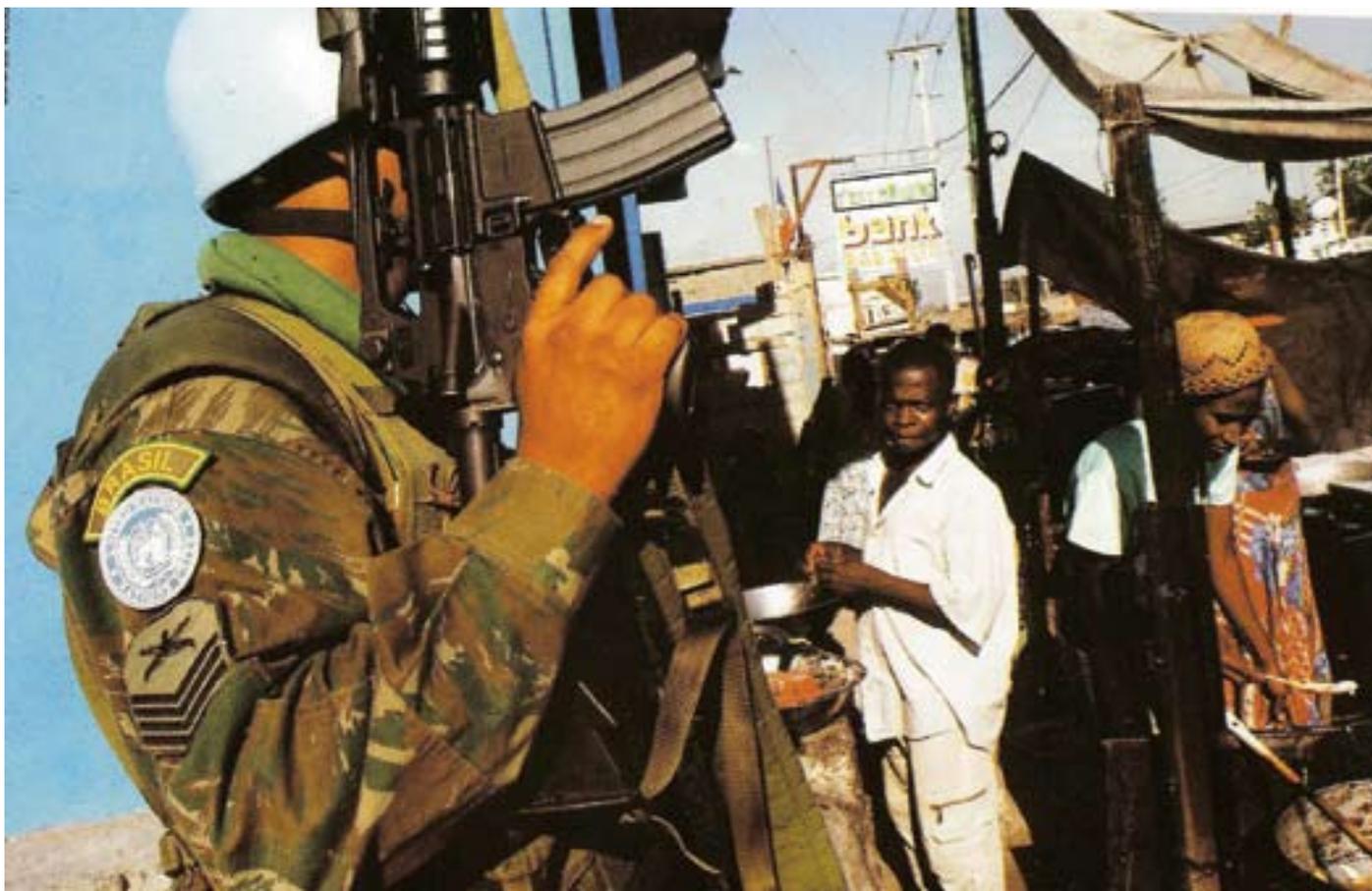


Terminada a Segunda Guerra, as repercussões das vitórias empreendidas pelos assaltos anfíbios no Pacífico e no Atlântico influenciaram os novos rumos que deveriam ser tomados pelo CFN brasileiro. A aprovação do novo regulamento, em 1950, deixou clara a influência da experiência vivida pelo United States Marines Corps (USMC). As novas diretrizes visavam a qualificar o Corpo em todos os níveis para a realização de operações anfíbias. Nessa fase, há que se destacar a participação dos fuzileiros navais na Força Interamericana de Paz na República Dominicana (1965-1966).

Mais recentemente, os fuzileiros navais atuaram nas operações de segurança dos portos (1985), na Operação ECO-92 (1992), e na Operação Rio (1994-1995). Em Angola, como força de paz, integrando a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem-III) com uma companhia de fuzileiros

navais e um pelotão de engenharia (1997). No ano de 1999, no nordeste brasileiro, realizaram a Operação Mandacaru. Como observadores militares da Organização das Nações Unidas (ONU), atuaram em áreas de conflito, como na antiga Iugoslávia, Angola, Moçambique, Uganda, Ruanda, Nicarágua, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Paquistão e Timor Leste. Apoiaram a força pública do Rio de Janeiro na Operação Guanabara (2003). Em 2004, realizaram a evacuação de não-combatentes no Haiti e, desde então, através das Nações Unidas, participam, com um grupamento, para a estabilização do Haiti (Minustah). Atualmente, o CFN participa das missões de desminagem nas Américas Central e do Sul, assim como dá apoio às missões diplomáticas, mantendo destacamentos de segurança nas Embaixadas do Brasil no Paraguai, Haiti e Bolívia.

Fuzileiros no Haiti (Imagem 71)





Tropa embarcando para o Haiti (Imagem 72)



Cronologia do Corpo de Fuzileiros Navais

- 07/03/1808** – A Brigada Real da Marinha de Portugal desembarca no Rio de Janeiro, acompanhando a Família Real portuguesa. É considerado o marco zero da história do Corpo de Fuzileiros Navais.
- 01/05/1808** – Portugal declara guerra à França. Batismo de fogo dos Fuzileiros Navais na invasão de Caiena, Guiana Francesa.
- 21/03/1809** – A Brigada Real da Marinha é instalada na Fortaleza de São José, na Ilha das Cobras.
- 21/04/1821** – Dom João VI nomeia Dom Pedro regente do Brasil; decreto determina a permanência de um batalhão de fuzileiros-marinheiros da Brigada Real da Marinha no Rio de Janeiro.
- 09/01/1822** – Dia do Fico. Os fuzileiros-marinheiros abrem fogo da Fortaleza de São José sobre tropas simpatizantes de Portugal.
- 07/09/1822** – Independência do Brasil. Os fuzileiros-marinheiros foram fundamentais para a expulsão das tropas fiéis aos portugueses.
- 24/10/1822** – Decreto de Dom Pedro I. O Batalhão da Brigada Real da Marinha passa a se chamar Batalhão de Artilharia da Marinha. Uma forma de desfazer vínculos com o corpo existente em Portugal.
- 1823** – O recém-nomeado Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro segue em batalhas que garantiriam a consolidação da Independência do Brasil.
- 2/08/1824** – Os artilheiros-marinheiros, juntamente com o Exército, garantem o fim da Confederação do Equador.
- 19/04/1825** – Iniciada a Guerra da Cisplatina, que vai até 1828, entre a Argentina e o Brasil, na região do Prata, contra a anexação do Uruguai ao Brasil. Os artilheiros-marinheiros participam de toda a campanha da Cisplatina, em numerosas batalhas nas águas do Rio da Prata.
- 31/01/1826** – O Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro passa a se chamar Imperial Brigada de Artilharia da Marinha.
- 9/06/1828** – Em função de um incidente disciplinar deflagra-se um motim de batalhões estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro. Associados às tropas governamentais, os fuzileiros da Imperial Brigada de Artilharia da Marinha garantem domínio sobre os amotinados e a dissolução dos batalhões envolvidos.
- 14/07/1831** – Grupos contrários ao período regencial se levantaram. Para garantir o fim do motim, os fuzileiros da Imperial Brigada de Artilharia da Marinha são acionados.
- 25/08/1831** – Por decreto, organiza-se o Corpo de Artilharia da Marinha que era integrante da Marinha de Guerra juntamente com o Corpo da Armada.

- 6/10/1831** – Revolta do Corpo de Artilharia da Marinha, gerada pelas insatisfações do Período Regencial.
- 1840** – Decretada a maioridade de Dom Pedro II aos 14 anos de idade.
- 11/09/1847** – O Decreto número 535 criou o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), formado pelos artilheiros da Marinha e pelos oficiais do Corpo da Armada.
- 1851** – O Brasil se une ao Uruguai contra a Argentina, que tenta formar o Vice-Reinado do Prata. Os fuzileiros navais participam de toda a campanha do Rio da Prata.
- 24/11/1852** – O Corpo de Fuzileiros Navais é reorganizado sob a denominação de Batalhão Naval pelo Decreto número 1.067.
- 1864** – Novos conflitos entre Uruguai e Brasil em disputas de fronteiras culminaram em novas batalhas no Rio da Prata, com participação ativa do Batalhão Naval. A luta mais acirrada foi a Batalha de Paissandu, com a tomada de uma posição tão bem defendida que os brasileiros a chamaram de Forte Sebastopol, em alusão à Guerra da Criméia.
- 11/1865** – Inicia-se a Guerra do Paraguai, que se estendeu até 1870. Uma tríplice aliança é formada por Brasil, Argentina e Uruguai. O Batalhão Naval participou com quase todo o seu efetivo no conflito, com destaque para o combate na Batalha do Riachuelo.
- 15/11/1889** – Proclamação da República. O Batalhão Naval desembarca no Arsenal de Marinha e marcha para o Campo da Aclamação, atual praça da República, em seu apoio à causa republicana. Após a proclamação, desfila pelo centro da cidade, regressando à Fortaleza de São José.
- 18/03/1890** – Reorganização do Batalhão Naval pelo Decreto número 272. Este passa a ter um efetivo de mil homens dos quais trinta e quatro são oficiais distribuídos em quatro Companhias de Infantaria, duas de Artilharia, um Estado-Maior e um Estado-Menor.
- 6/09/1893** – O Batalhão Naval adere à Revolta da Armada como conseqüência de uma grave crise institucional que desestabilizou o país. A Fortaleza de São José da Ilha das Cobras é praticamente destruída pela artilharia dos governistas. Os revolucionários são derrotados, abandonam os navios e a Fortaleza e pedem asilo a navios portugueses então fundeados na Baía de Guanabara.
- 15/02/1895** – O Corpo de Infantaria da Marinha substitui o Batalhão Naval.
- 16/07/1908** – Volta a denominação de Batalhão Naval, reorganizando-se com ênfase na elevação do nível educacional e de treinamento, com novas instalações, boa biblioteca e maior investimento. Cresce a popularidade do Batalhão Naval.
- 1910** – A campanha eleitoral para Presidência da República fomenta ânimos e divide a nação em



- pró e contra militares. Ganha força a Campanha Civilista, incitada principalmente pela imprensa, e que fazia inúmeras acusações aos militares.
- 22/11/1910** – Revolta da Chibata. Os líderes marinheiros revoltosos contra os métodos disciplinares implementados nos quartéis se rendem devido à promessa de atenção às suas solicitações e à anistia.
- 09/12/1910** – O não-cumprimento da anistia da Revolta da Chibata faz renascer um motim no Batalhão Naval. Na tarde de 10 de dezembro, após os bombardeios, a Fortaleza de São José e parte do Hospital, os amotinados, se renderam e foram aprisionados.
- 05/07/1922** – Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana. O Batalhão Naval é destacado para proteger o Palácio do Governo no Catete. A Ilha das Cobras é bombardeada. As forças legalistas acabam dominando os revoltosos, que se rendem.
- 24/02/1930** – Criado, por meio de decreto, o Regimento Naval, do qual o Batalhão Naval e outras companhias passam a fazer parte.
- 1930** – A Revolução de 1930; emerge o tenentismo. A coluna revoltosa gaúcha trava combate com forças legalistas, que incluem duas companhias de fuzileiros navais. Estes combatem, sofrem baixas e são aprisionados. A Marinha adere à revolução. Os fuzileiros são libertados e partem em marcha vitoriosa para São Paulo.
- 29/02/1932** – Nesta data, é criado o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), do efetivo do Regimento Naval.
- 1932** – Revolução Constitucionalista. Quinhentos homens da Marinha, incluindo fuzileiros navais, foram designados para conter essa revolução que terminou com a rendição dos constitucionalistas.
- 10/03/1938** – Revolução integralista. Nesta data, na Escola Naval, ocorreu a primeira tentativa de revolta com o aprisionamento de oficiais contrários à causa. O golpe fracassa por falta de estratégia e os envolvidos são presos.
- 11/05/1938** – Outro golpe integralista. O prédio do Ministério da Marinha foi tomado e a retomada pelos fuzileiros navais se deu com muita luta e resultou no sacrifício de vários fuzileiros, homenageados em um mausoléu, no cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro.
- 1942** – O Brasil entra na Segunda Guerra Mundial. Como parte da atuação brasileira, os fuzileiros navais guardam a Ilha de Trindade contra a instalação de uma possível base de submarinos inimigos. Foram também criadas companhias regionais ao longo da costa, que, mais tarde, se transformariam nos grupamentos de fuzileiros navais.
- 28/12/1955** – Inaugurado o Centro de Instruções da Ilha do Governador. O objetivo era criar um ambiente propício ao estudo e desenvolvimento de técnicas de uma força anfíbia, cujo emprego foi consagrado na II Guerra Mundial.
- 06/02/1957** – Criada a Força de Fuzileiros da Esquadra, constituída pela Divisão Anfíbia, com três

batalhões de infantaria e unidades de apoio ao combate, e pela Tropa de Reforço, de caráter logístico, que provê meios para o apoio ao desembarque.

- 03/1964** – Movimento de março de 1964. Os fuzileiros navais e os marinheiros uniram-se ao Exército e à Aeronáutica para evitar o caos político-econômico-social e a guerra civil, que ameaçava o país. Em 15 de abril de 1964, esse movimento garantiu a posse do novo presidente eleito pelos representantes do povo no Congresso Nacional.
- 06/05/1965** – Criada a Força Interamericana de Paz, pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A primeira participação das forças armadas brasileiras em forças de paz foi em São Domingos - República Dominicana, enviadas para conter a guerra civil em curso.
- 27/10/1980** – O Corpo de Fuzileiros Navais é reorganizado, sendo criado o posto de almirante-de-esquadra fuzileiro naval, que, como comandante-geral, passa a ser subordinado diretamente ao Ministério da Marinha, tomando assento no almirantado.
- 1989** – Sob o mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil integra as forças de paz no exterior. Início da participação dos fuzileiros navais em complexas e arriscadas ações nos conflitos de Honduras, Bósnia, El Salvador, Moçambique e Ruanda, e na fiscalização da fronteira entre Peru e Equador.

1995 – Os Fuzileiros Navais passam a atuar no exterior, assumindo a responsabilidade pela segurança das Embaixadas do Brasil na Argélia e no Paraguai em 1996.

1995/1997 – O Brasil participa da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, com os fuzileiros navais responsáveis por ações de segurança, controle e observação.

07/03/2003 – 195 anos do Corpo de Fuzileiros Navais

07/03/2008 – 200 anos do Corpo de Fuzileiros Navais

O Corpo de Fuzileiros Navais completa 200 anos de existência, numa trajetória que se mistura totalmente à história militar e civil de nossa nação. Afinal, nasceu e se aprimorou com ela. Desde sua chegada ainda como Brigada Real da Marinha Portuguesa até os dias de hoje, exerce papel de extrema importância na imagem da Marinha do Brasil. Podemos arriscar que o Corpo de Fuzileiros Navais seja o “cartão postal” dessa força militar. Fato comprovado pela admiração que recebe não só dos militares, mas também da população civil. Admiração esta que levou a escritora cearense Raquel de Queiroz, primeira mulher a ser eleita imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), a escrever em homenagem ao CFN:

*“Quando se houverem acabado os soldados no mundo,
quando reinar a paz absoluta,
que fiquem pelo menos os Fuzileiros,
como exemplo de tudo de belo e fascinante que eles foram”.*

Falecida em 2003, Rachel de Queiroz é considerada a madrinha dos fuzileiros navais.



A sede do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, no Rio de Janeiro (Imagem 73)



Galeria de uniformes históricos (Imagem 74)

Salão de exposições do museu (Imagem 75)



O Museu do Corpo de Fuzileiros Navais funciona na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras. Integrando o seu acervo, está, a céu aberto, o monumento aos Fuzileiros Navais, mortos em combate (Imagem 76)



IMPERIO DO BRASIL.

DE 1808

REPUBLICA D

QUARTA FEIRA, 1.º DE OUTUBRO

AL.

de 1848.

in segurança

de se reman

Brasil, e Go

em favor de

superior de

de 1848.

in segurança

de se reman

Brasil, e Go

em favor de

superior de

o governo, quando de paz inalterada, em

pre alisar os seus negócios, e estabelecer

estabilidade em suas perdas e ganhos,

o governo não se descurará de manter a

ordem e a disciplina em todos os seus

ramos, e de manter a paz e a ordem,

o que lhe é devido.

Entre as providências para obter a união

entre as Províncias do Império, e a ex-

pressão da sua desconfiança como de-

cepção e desconfiança em favor do go-

verno, de manter a ordem, e a disciplina,

que se deve manter em todos os seus

ramos, e de manter a paz e a ordem,

o que lhe é devido.

os que se

os para a

strangei-

essidade,

es Mea

res

mpres-

fluam

ques-

ente per-

o a m-

iza Co

nis

Est

ir

struções

este res-

s com

de

o centos.

de 1848.

in segurança

de se reman

Brasil, e Go

em favor de

superior de

de 1848.

in segurança

de se reman

Brasil, e Go

em favor de

superior de

Officina Typographica

Imprensa Nacional, Depa



struções

este res-

s com

de

o centos.

Distrito Federal

Se...

recurso...

finos recor...

do Appella...

do...



IMPRESA NACIONAL



o rever a história da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, tem-se a sensação de que Dom João VI realmente pensou em tudo. A bordo da nau Medusa, pertencente à frota real, estavam dois prelos (prensa de tipos móveis, inventada pelo alemão Johannes Gutenberg, em 1450) e 28 caixas de tipos (caracteres móveis das prensas mecânicas para impressão de textos). Deste maquinário, em 13 de maio de 1808 (data de aniversário do rei), nasceu a Impressão Régia e, com ela, a imprensa no Brasil.

As muitas casas da IN

Antes de chegar a se chamar Imprensa Nacional, o órgão passou por inúmeras denominações: Real Officina Typographica, Tipographia Nacional, Tipographia Imperial, Imprensa Nacional, Departamento de Imprensa Nacional e, finalmente, Imprensa Nacional.

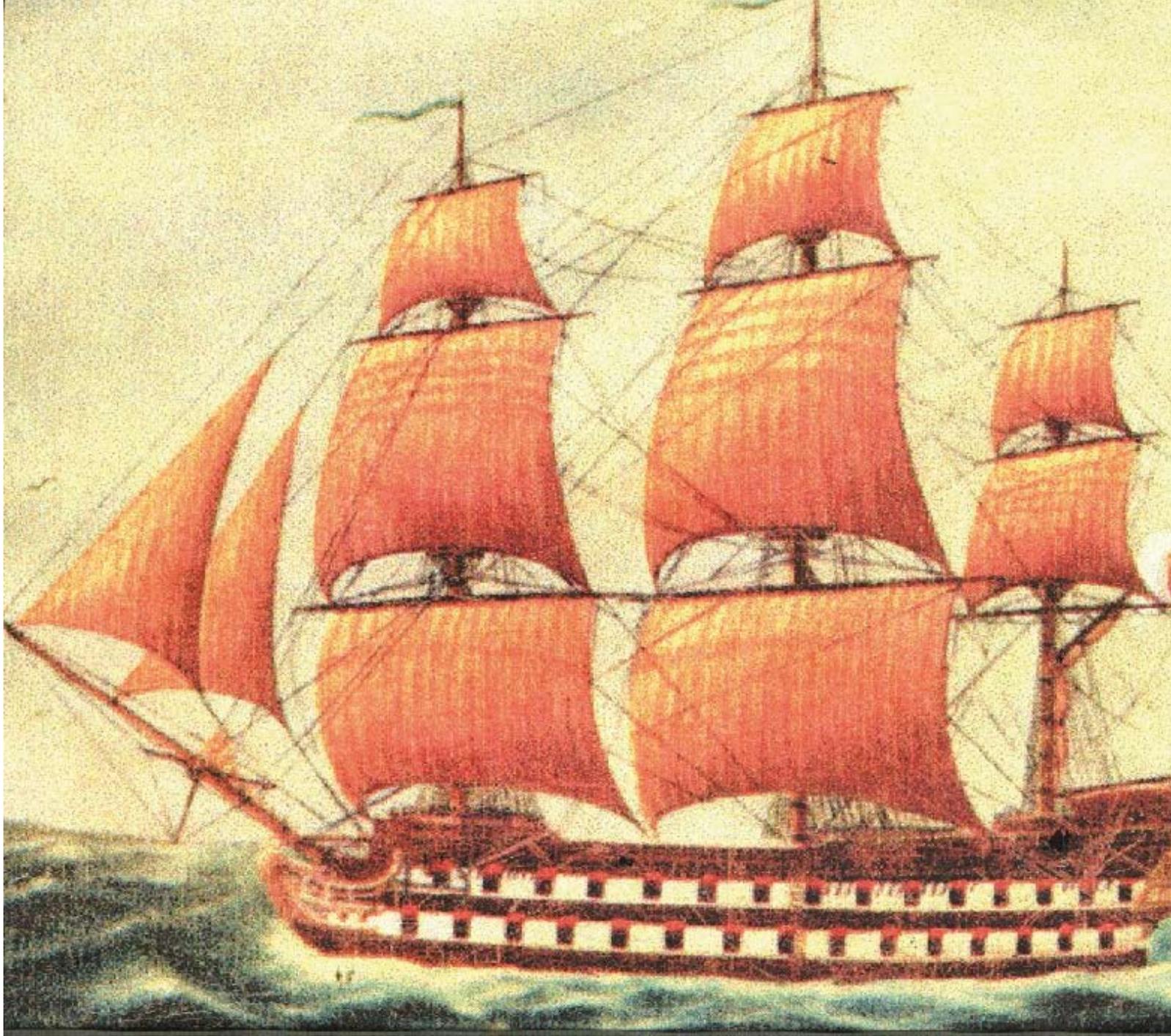
Assim como o nome, suas sedes mudaram várias vezes, passando por vários pontos da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, a Impressão Régia funcionou no térreo da casa nº 44, da rua do Passeio, residência do Conde da Barca, Antonio de Araújo e Azevedo, cientista, diplomata e político português. Em seguida, foi transferida para a rua dos Barbos, atual Evaristo da Veiga, esquina da rua das Marrecas.

Em 1809, retornou para a rua do Passeio. Mais tarde foi para o prédio da Academia de Belas Artes e, posteriormente, para o prédio da Guarda Velha.

Em 1874, o ministro da Fazenda, Visconde do Rio Branco, iniciou as obras de um novo prédio para abrigar a sede da Imprensa Nacional, dessa vez na então rua da Guarda Velha, atual rua 13 de Maio. Vale lembrar que, pouco após a inauguração da sede, um incêndio destruiu boa parte das instalações do órgão.

Apesar do incêndio, a sede da Imprensa Nacional só ganharia novo local em 1940, quando um prédio, inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas, abrigou, na avenida Rodrigues Alves, as atividades do órgão. Foi a última sede no Rio de Janeiro. Atualmente, neste endereço, funciona a Polícia Federal do Rio de Janeiro e a representação dos servidores aposentados da Imprensa Nacional.

Com a transferência da Capital federal para Brasília, a Imprensa Nacional mudou novamente de endereço. Dessa forma, no dia 21 de abril de 1960, data de inauguração de Brasília, a Imprensa Nacional publicou os primeiros atos administrativos da nova capital do país no Diário Oficial. Esta primeira publicação foi trabalhosa para os 50 servidores públicos da Imprensa Nacional levados do Rio de Janeiro para Brasília. Foram chamados às pressas e trabalharam incansavelmente para que as primeiras determinações fossem publicadas.



A Nau Medusa (Imagem 77)

DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808

CREA A IMPRESSÃO REGIA

Tendo-Me constado, que os Prêlos que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo à necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou Servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido e procurará dar ao emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas as instrucções e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oito centos, e oito.

OP



Conde da Barca
(Imagem 79)

Primeira sede na rua do Passieo,
44, na casa que pertenceu ao
Conde da Barca (Imagem 80)





A sede da Imprensa Nacional, em Brasília (Imagem 81)

Publicações

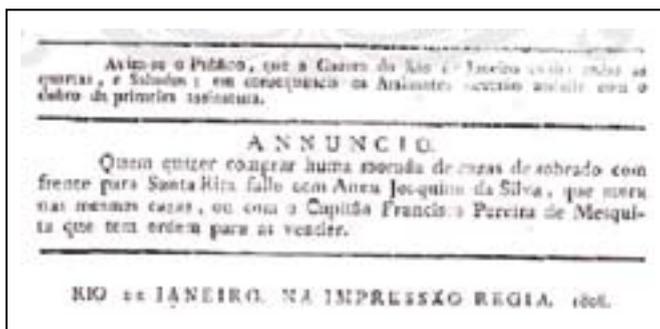
O dia da criação da Imprensa Régia também foi a data de sua primeira publicação. O investimento inicial de cem libras esterlinas, segundo o “Correio Braziliense”, garantiu que as funções editoriais e de imprensa oficial fossem prontamente iniciadas. Na área editorial, a primeira publicação foi um livreto de 27 páginas sob o título: “Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no Faustíssimo Dia dos Anos de S.A.R. o Príncipe Regente N.S.”. Além disso, foram impressas as primeiras leis, alvarás e cartas régias.

Vale lembrar que o “Correio Braziliense”, editado por Hipólito José da Costa, também comemora, em 2008, o seu bicentenário de criação, sendo o primeiro jornal brasileiro, embora fosse publicado em Londres.

No entanto, a Imprensa Régia não se limitou às suas atividades típicas de imprensa oficial. Desde o início, foi muito além de sua função administrativa. O primeiro passo foi dado ainda em 1808, quando o órgão publicou um livro com enfoque acadêmico:

“Reflexões sobre Alguns dos Meios Propostos para o Mais Conducente para Melhorar o Clima da Cidade do Rio de Janeiro”.

Este é considerado o livro mais antigo do Brasil. Desse momento em diante, foram inúmeras as publicações culturais e científicas do órgão. Um exemplo foi o famoso “Uruguay”, publicado em 1811, do jesuíta José Basílio da Gama.



No dia 17 de setembro de 1808, foi publicado o primeiro anúncio. (Imagem 82)



Já em 1808, o primeiro livro publicado: “Reflexões sobre Alguns dos Meios Propostos para o Mais Conducente para Melhorar o Clima da Cidade do Rio de Janeiro” (Imagem 83)

A movimentação política e econômica que se sucedeu à instalação da Coroa portuguesa logo exigiu uma publicação administrativa periódica. Com esse objetivo, no dia 10 de setembro de 1808, nasce a “Gazeta do Rio de Janeiro”, o primeiro jornal brasileiro editado e publicado no Brasil. Era, inicialmente, semanal e, depois, bissemanal; divulgava os atos do reino e notícias internacionais, sob o comando do funcionário da Secretaria dos Estados Estrangeiros e de Guerra, Frei Tibúrcio da Rocha.

Data também desta época a contratação do primeiro jornalista no Brasil, Manuel Ferreira de Araújo, da “Gazeta do Rio de Janeiro”, que desempenhou a função de editor. Ao mesmo tempo, ele assumiu esse papel em outra publicação da Imprensa Régia, “O Patriota”, o primeiro jornal literário e mercantil do Brasil.

Na segunda edição da “Gazeta do Rio de Janeiro”, em 17 de setembro de 1808, foi publicada a primeira propaganda do país. Era um anúncio sobre a venda de um imóvel. Dessa forma, a propaganda no Brasil também comemora seu bicentenário em 2008.

Produção

A produção da Imprensa Nacional sempre foi muito intensa. Em apenas 14 anos, acumulou o incrível número de 1.154 impressos, dentre eles várias obras de inestimável valor literário e científico, como, por exemplo, “Elementos de Geometria e Tratado de Trigonometria”, de Legendre, “Ensaio sobre a Crítica” e “Ensaio Morais”, de Pope; e “Marília de Dirceu”, de Thomaz Antônio Gonzaga, inconfidente mineiro.

Modernidade e pioneirismo são características permanentes, tradicionais, da história da Imprensa Nacional. Em 1809, seus servidores construíram o primeiro prelo (em madeira) da América do Sul. Para uma produção intensa, uma fábrica de tipos logo se fez necessária, o que ocorreu em 1811. A Imprensa Nacional também foi responsável pelo uso dos primeiros linotipos e monotipos, além de instalar a primeira rotativa do País. A gravação e a linotipia são frutos de suas oficinas.



A primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro (Imagem 84)



O Patriota, o primeiro jornal literário e mercantil do Brasil (Imagem 85)

Diário Oficial

O “Diário Oficial” foi criado em 1º de outubro de 1862 com o objetivo de reunir em um único Veículo a publicação de todos os atos oficiais do país. Anteriormente, os atos eram impressos em diferentes veículos, inclusive como matérias pagas em jornais privados. O responsável pela criação foi Pedro de Araújo de Lima, o marquês de Olinda, que presidia o 18º Gabinete do 2º Reinado.

Além de sua longevidade de 146 anos, o “Diário Oficial” acumula recordes, um deles registrado no Guinness Book: a edição do dia 19 de dezembro de 1997 conquistou a marca de maior jornal em formato tablóide do mundo, uma publicação com 2.112 páginas.

Imprensa Nacional hoje

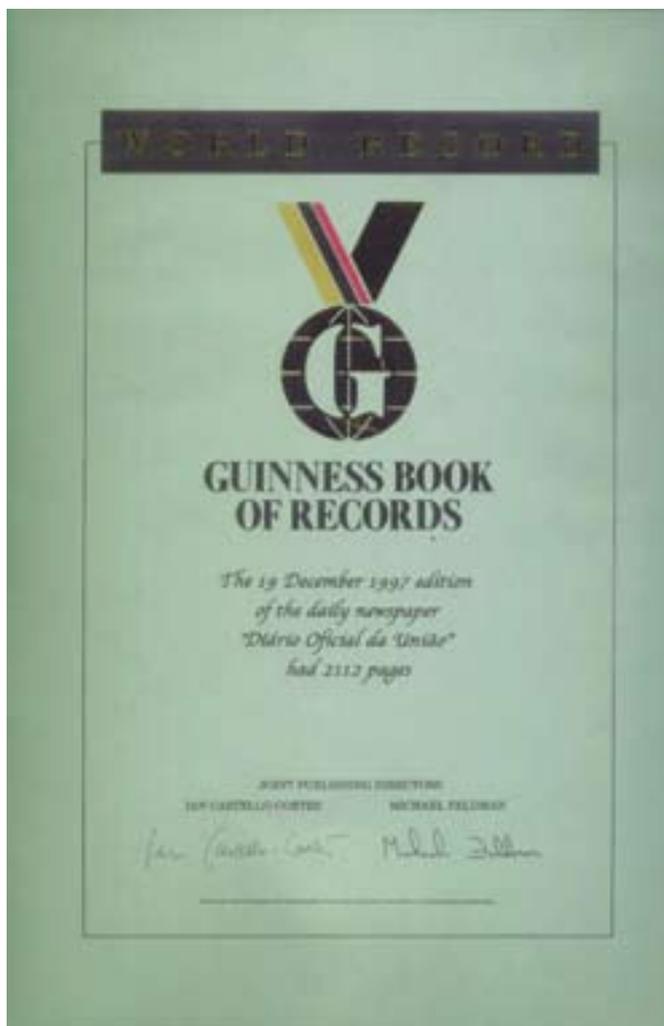
Se, na época da Colônia e do Império, a Imprensa Nacional já possuía um grande volume de publicações, pode-se então imaginar o volume de informações divulgadas pelo órgão nos dias de hoje. Tiveram de ficar no passado as publicações científicas e culturais para dar lugar apenas às informações administrativas. Estas estão divididas entre o “Diário Oficial” e o “Diário da Justiça”.

Cumprindo sua trajetória de modernização e busca constante de qualidade, em 19 de janeiro de 1997, entrava no ar o site da Imprensa Nacional (www.in.gov.br). Hoje é o terceiro site mais acessado do país.

Porém, os desafios da informatização não pararam por aí. No mesmo ano, parte da Seção I do “Diário Oficial” foi disponibilizada na rede mundial de computadores e a edição completa, três anos depois.



Plani-impressora (Imagem 86)



O Diário Oficial da União foi parar no Guinness Book of Records (Imagem 87)



A edição número 1 do Diário Oficial é de 1862... (Imagem 88)



...já o Diário da Justiça começou a ser publicado em 1925 (Imagem 89)

Museu da Imprensa

A história da Imprensa Nacional, de 200 anos, é bela, densa. Por isso, 2008 é um ano de justa comemoração.

O órgão possui um museu – o Museu da Imprensa - criado em 13 de maio de 1982; está instalado nos jardins da Imprensa Nacional num prédio de 680 metros quadrados. Possui um acervo com peças e documentos raros, como o primeiro cli-chê produzido (1808-1812) no país com a planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – hoje, Rio de Janeiro – e o prelo no qual trabalhou o ilustre escritor Machado de Assis.

Machado de Assis

Machado de Assis, ícone da literatura brasileira, romancista, contista, cronista, fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) é motivo de grande orgulho e configura um capítulo à parte na história da Imprensa Nacional. Foi nessa casa que o escritor carioca ainda com 17 anos alcançou seu primeiro emprego, como aprendiz de tipógrafo, no período compreendido entre 1856 a 1858.

Machado de Assis voltou à Imprensa Nacional em 8 de abril de 1867. Cargo: ajudante do diretor do “Diário Oficial”. Permaneceu na Imprensa Nacional até 6 de janeiro de 1874. A carreira pública do escritor se estendeu por quatro décadas, trilhada numa conduta exemplar.

É incontestável a magnitude da influência da Imprensa Nacional para o desenvolvimento do Brasil ao exercer, com rigor, sua tarefa de dar publicidade às leis, ou seja, dando acesso do cidadão a elas. Além disso, foi a primeira casa-editora do país, publicando obras imprescindíveis ao desenvolvimento da educação e da cultura. Podemos arriscar dizer que ela foi o primeiro órgão a estabelecer o vínculo entre o governo e a população.

Ao longo de 200 anos, a Imprensa Nacional não se limitou às suas nobres e essenciais funções administrativas. Ela, simplesmente, foi o berço de nossa literatura, jornalismo e produção científica. Sem nenhum exagero, a memória da nossa nação, autêntica, inteiramente nacional, nasceu com a Imprensa Nacional.

Museu da Imprensa - Frente a frente com o passado

O Museu da Imprensa foi inaugurado em 13 de maio de 1982. Plantado nos jardins da Imprensa Nacional, seu prédio possui nada menos que 680 metros quadrados, onde se encontram 525 peças e documentos raros, alguns únicos, como é o caso do primeiro clichê feito no Brasil. Trata-se da planta da então cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que exigiu quatro anos para a sua produção. É uma peça em cobre, executada, a partir de 1808, por ordem do príncipe regente Dom João, logo após sua chegada ao Brasil. Para o trabalho, recrutou o melhor gravador e desenhista da época. Sob a direção de João Caetano Rivara, a famosa planta foi desenhada por J. A. dos Reis e gravada por Paulo dos Santos Ferreira Souto.

Outra valiosa peça que atrai visitantes de todo o país e do exterior é o prelo Machado de Assis, de origem inglesa e fabricado em 1833. Trata-se de uma máquina de impressão tipográfica para a produção de jornais. Uma curiosidade: ela funcionou na Imprensa Nacional até o ano de 1940. A admiração tem razão de ser, afinal essa impressora foi o instrumento de trabalho do escritor Machado de Assis, que, quando deu seus primeiros passos na literatura, era servidor, de 1856 a 1858, da Imprensa Nacional. Trabalhou como aprendiz de tipógrafo, usando esse prelo que, hoje, está no Museu da Imprensa.

O visitante fica admirado com toda essa riqueza do acervo. Além das peças famosas, há vários tipos de máquinas de impressão (como duas rotativas Marinoni, de origem francesa – a Leopoldo de Bulhões, de 1904, e a Vicente





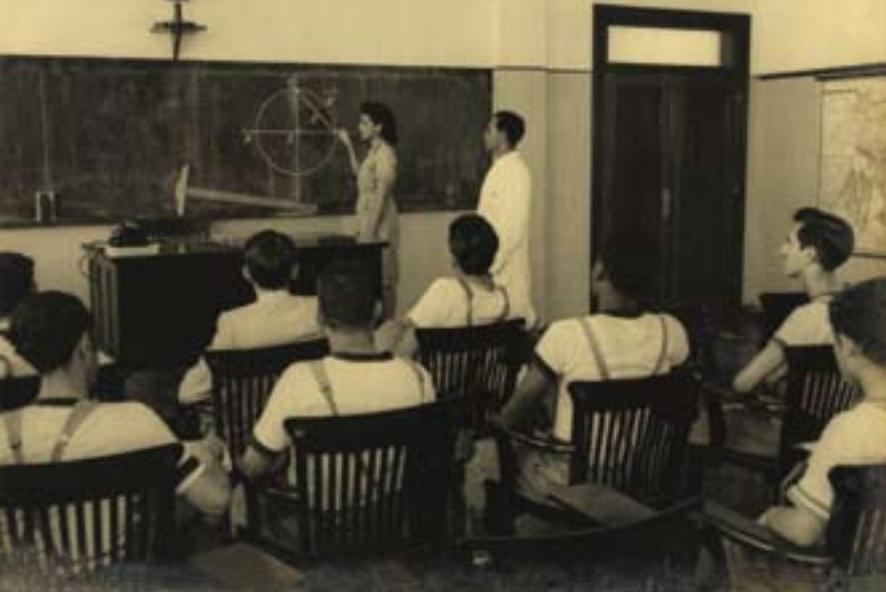
Museu da Imprensa (Imagem 90)



IMPRENSA NACIONAL

(Imagem 91)





O Decreto-Lei nº 4.804, de 1942, criou a Escola de Aprendizagem de Artes Gráficas da Imprensa Nacional (EAGIN) (Imagem 92)

Rão, que imprimiu o primeiro Diário Oficial em Brasília, em 1960), instrumentos utilizados em artes gráficas, brasões, florões, mobiliário, manuscritos, um exemplar do primeiro jornal impresso no Brasil (a “Gazeta do Rio de Janeiro”, lançada em 10 de setembro de 1808, e rodada na Imprensa Régia – hoje Imprensa Nacional) e Diários Oficiais históricos (como, por exemplo, o de 14 de maio de 1888, que publicou a Lei nº 3.353, de 13 de maio daquele ano, declarando extinta a escravidão no Brasil).

Desde 4 de julho de 2001, estão depositados nos jardins do Museu da Imprensa os restos mortais de Hipólito José da Costa, patrono da Imprensa Brasileira. O jornalista fundou, em Londres, em 1º de junho de 1808, o jornal “Correio Braziliense” ou “Armazém Literário”, que circulou até dezembro de 1822.



O Petit Trianon, sede da Academia Brasileira de Letras, no centro do Rio de Janeiro (Imagem 93)



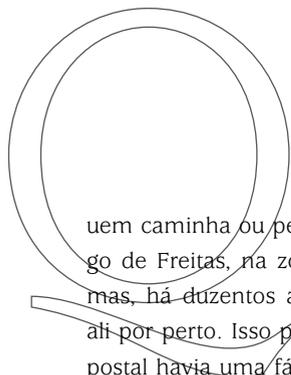


*... um registro literalmente vivo da
diversidade da flora brasileira*

leira.."

Jardim Botânico





uem caminha ou pedala pela ciclovia da belíssima lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio de Janeiro, pode não saber, mas, há duzentos anos, não seria prudente riscar um fósforo ali por perto. Isso porque, no entorno do que hoje é um cartão postal havia uma fábrica de pólvora, fundada por Dom João VI em decreto datado de 13 de maio de 1808, dia exato em que o príncipe completou 41 anos de idade. Chamava-se Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas.



A lagoa Rodrigo de Freitas, em tela de Taunay, de 1828 (Imagem 94)

Pensar em uma fábrica desse tipo parecia boa idéia na época, com um Napoleão Bonaparte feroz fustigando a Europa e já dentro da Península Ibérica. Talvez por isso o regente tenha se preocupado em instalá-la tão depressa, dois meses apenas após sua chegada ao Brasil. No seu decreto de 13 de maio, Dom João ressalta “a grave e urgente necessidade que há de erigir sem perda de tempo uma fábrica de pólvora, onde se manufature este tão necessário gênero para a defesa dos meus Estados, e igualmente para o mesmo fim outra fábrica para a fundição (forneação), e perfuração das peças de artilharia”.

Mas bem antes de ser fundada a fábrica, existiu, no local, o engenho do Capitão Rodrigo de Freitas, que se mudara, em 1715, para Portugal. Dom João mandou desapropriar a imensa propriedade que cobria os atuais bairros da Lagoa, Gávea, Jardim Botânico, Leblon e Ipanema. Um decreto de 13 de junho de 1808 “Manda tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagoa Rodrigo de Freitas”. O documento é considerado a certidão de nascimento do Jardim Botânico, criado como Jardim de Aclimação bem dentro do terreno da manufatura. A escolha da sede da manufatura de pólvora e de seu apêndice – o jardim de aclimação - deveu-se não só às suas grandes dimensões, mas também à abundância de água no local (importante para a atividade industrial) e, principalmente, à grande distância daquela estância da aglomeração urbana, então toda concentrada no centro do Rio. Assim, o desavisado que riscasse o fósforo fatídico não causaria grandes danos à população carioca.



A Fábrica de Pólvora, em aquarela de Thomas Ender - 1817-1818 (*Imagem 95*)

A fábrica de pólvora parou de funcionar no Jardim no final da década de 1820, quando foi transferida para uma localidade entre Magé e Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. Quanto à idéia de instalar a fábrica em local afastado da concentração urbana, o tempo revelou que essa foi medida prudente, já que sua transferência se deveu justamente a uma série de explosões que destruíram, parcialmente, o prédio onde funcionara, na Lagoa.



O que sobrou da antiga
fábrica de pólvora (*Imagem 96*)



Tamarceira do Senegal
(foto de Georges
Leuzinger, c. 1866)
(Imagem 97)





Duas fotos de uma piteira
 ou agave (foto de *Georges
 Leuzinger*, c. 1866) (Imagem 98)

Um registro vivo da diversidade biológica

No mesmo ano de 1808, no dia 11 de outubro, o Jardim de Aclimação foi rebatizado como Real Horto. Após a aclamação de Dom João como monarca do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ele mandou aumentar sua área e mudou-lhe o nome para Real Jardim Botânico. O Decreto de 11 de maio 1819 determinou, então, o aumento do jardim para receber plantas exóticas e o anexou ao Museu Real (o museu fora fundado pelo Decreto de 6 de junho de 1818, com a função de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes”). Em 1822, com a proclamação da Independência do Brasil, Dom Pedro I o abriu à visitação pública pela primeira vez. Em 1890, pouco após a Proclamação da República, passou a se chamar Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Finalmente, desde a edição da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o jardim, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem o nome de Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Hoje, o Jardim Botânico funciona como um registro literalmente vivo da diversidade da flora brasileira e estrangeira. Declarado pela UNESCO em 1991 como Reserva da Biosfera, sem contar que a exuberância vegetal atrai uma grande variedade de pássaros e pequenos mamíferos, como micos, gambás e caxinguelês.



(Imagem 100)

Carnaúba *(Imagem 99)*

Um pouco das Índias, um pouco das Guianas, muito do Brasil

Mas, começando pelo começo, o Jardim de Aclimação foi criado. Sua administração ficou, logo de início, a cargo de João Gomes da Silveira Mendonça, o Marquês de Sabará, que também era responsável pela fábrica de pólvora. Entre as espécies que eram cultivadas no jardim, a preferência era para as que tinham procura no mercado internacional, como chá, noz moscada, canela, pimenta-do-reino e fruta-pão. A coisa

era levada a sério. Para se ter uma idéia, em 1813, chegaram, ao Rio de Janeiro 300 chineses, trazidos por ordem do príncipe regente, para cuidar do cultivo de chá no horto. E foi essa preocupação, antes econômica que científica ou ecológica, que norteou a criação do jardim de aclimação em primeiro lugar: Dom João VI o instituiu. preocupado com o problema acarretado pelas longas e custosas viagens e pelos riscos do trajeto percorrido pelos navios que transportavam especiarias das Índias Orientais e de outras partes da Ásia para Portugal, grande mercado consumidor.



Vista do Jardim Botânico
 (Imagem 101)

Algumas das primeiras plantas que chegaram ao jardim carioca vieram das ilhas Maurício, no oceano Índico, provenientes de um horto chamado La Pamplemousse. O autor da façanha foi o capitão da fragata portuguesa “Princesa do Brasil”, naufragada em Goa, na Índia, em 1809. Os sobreviventes do naufrágio foram aprisionados pelos franceses e enviados para a Ilha de França (atualmente Ilhas Maurício). Tendo fugido de volta para o Brasil, Luiz de Abreu trouxe consigo sementes e mudas de abacateiros, moscadeiras, frutas-pão, cajazeiras e sagüeiros. Ainda entre os exemplares de La Pamplemousse, estava a muda de uma elegante e imponente palmeira – *Roystonea oleraceae* (Jacq.) O.F. Cook, da família da *Arecaceae* – que foi plantada, no parque, por sua majestade Dom João VI, em pessoa, em 1809. O espécime recebeu o nome de ‘palma mater’, a palmeira imperial. Dessa muda descendem todas as demais palmeiras da mesma espécie que adornam a álea principal do Jardim Botânico. Por conta disso, todas elas são conhecidas como palmeiras reais ou palmeiras imperiais.

Em 1829, a ‘palma mater’ deu seus primeiros frutos. A fim de garantir para o Jardim Botânico a exclusividade, no Brasil, daquela espécie tão majestosa, Bernardo José de Serpa Brandão, que dirigiu a instituição de 1829 a 1851, comandava, regularmente um verdadeiro ritual, no qual os frutos e sementes da palmeira real eram queimados na sua presença. O problema é que, com a mesma regularidade, e sempre acobertados pela escuridão da noite, os escravos que trabalhavam ali arriscavam a vida escalando o tronco para recolher suas sementes e vendê-las aos moradores, que ansiavam por ter em seus quintais descendentes da árvore que fora plantada pelo monarca. Em 1972, com quase 40 metros de altura, a palma morreu, fulminada por um raio. Seu tronco ainda se encontra em exposição no Museu Botânico, que funciona no próprio Jardim Botânico.



A palma imperial sempre teve uma ligação especial com o poder. Getúlio Vargas planta uma muda em 1938... (Imagem 102)



e Juscelino Kubitschek,
em 1956 (*Imagem 103*)



A aléia das palmeiras, na última década do século
XIX, pela lente de Marc Ferrez. (*Imagem 104*)



Natureza e arte

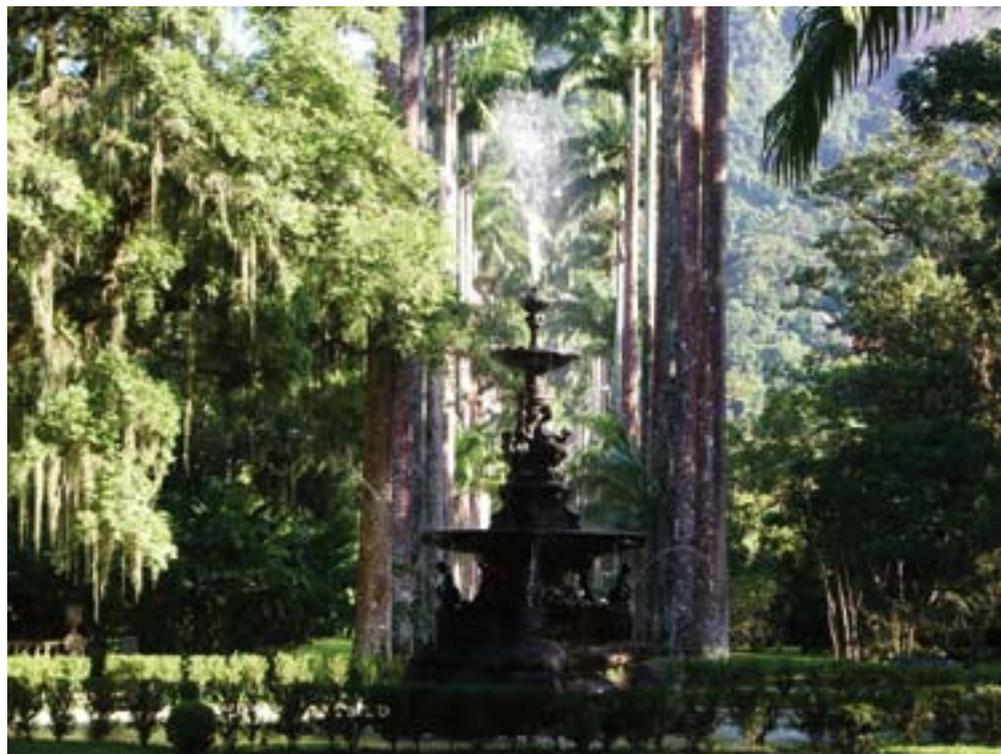
Ao longo de toda sua existência, o Jardim Botânico tem recebido visitas de reis, rainhas, príncipes, presidentes do mundo inteiro, ministros de Estado, representantes do clero, autoridades civis e militares, cientistas renomados, artistas, músicos, pesquisadores e, principalmente, de pessoas que amam a natureza e a cidade do Rio de Janeiro.

Árvores magníficas, como o jequitibá – *Cariniana estrellensis* – que pode passar de 45 metros de altura e cujo tronco pode atingir 1,20 metro de diâmetro, ou o pau-brasil – *Caesalpinia echinata* –, árvore-símbolo e primeira riqueza econômica do País, que pode crescer até 30m de altura – e está quase extinta –, emolduram e sombreiam obras de arte que surpreendem o visitante a cada curva do caminho sinuoso, como a escultura em bronze e ferro fundido Il putto col Delfino (Anjo com Peixe). Trata-se de uma réplica (o original se encontra no Palácio Vecchio, em Florença) de obra do escultor renascentista Andrea Verrochio. Vale ressaltar, também, é claro, o busto e brasão de D. João VI, de autoria de Rodolfo Bernardelli, que esculpiu a peça em bronze, tendo por inspiração os retratos do rei, feitos por Jean Baptiste Debret.

O busto e brasão de D. João VI, de autoria de Rodolfo Bernardelli (*Imagem 105*)



Marc Ferrez registrou um instante da rua Jardim Botânico, por volta de 1880 (*Imagem 106*)



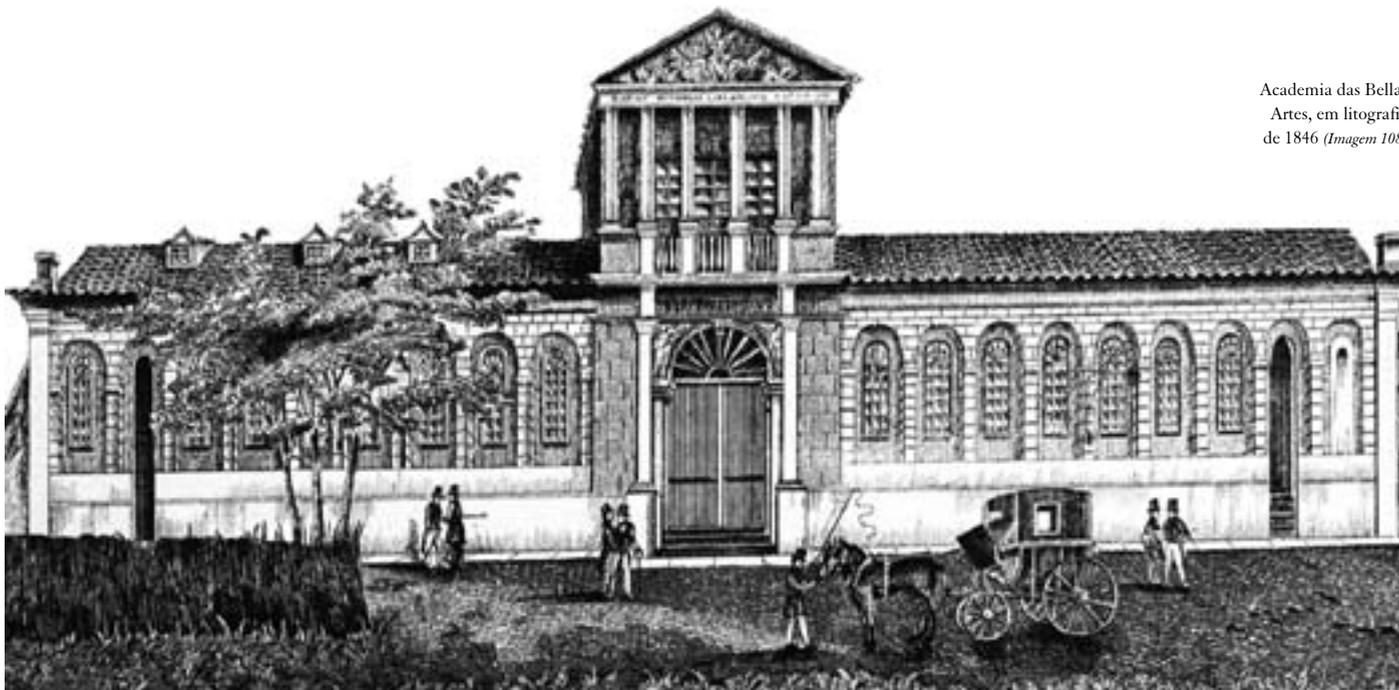
Chafariz (*Imagem 107*)

Entre as construções, a mais importante, do ponto de vista histórico, é a casa que, hoje, abriga o centro de visitantes. Foi lá a sede do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, construída em 1576, e é quase certo que seja a mais antiga da Zona Sul do Rio de Janeiro. Era ali que se hospedava a Família Real quando em visita ao Jardim Botânico. Serviu também como residência dos diretores da Fábrica de Pólvora, de alguns diretores do Jardim Botânico e, mais tarde, de famílias de funcionários da instituição.

Logo depois, vem o Museu Sítio Arqueológico Casa dos Pilões, o edifício onde era feita a compactação da pólvora da fábrica de explosivos. Em 1984, foram iniciados os trabalhos de restauração da casa e o trabalho arqueológico então empre-

endido revelou os nichos no chão onde o perigoso material era socado com grandes pilões.

Remanescentes importantes da história são também o portal, única peça arquitetônica que sobrou da antiga Fábrica de Pólvora, cujas paredes foram levantadas com o auxílio de óleo de baleia nas juntas dos tijolos. O portal ainda conserva o brasão da Coroa portuguesa. Um pouco mais recente é o Portal da Real Academia de Belas Artes, que se localizava no centro da cidade. A academia foi projetada por Grandjean de Montigny, arquiteto francês que se mudara para o Brasil em 1816, acompanhando a Missão Artística Francesa. O prédio foi inaugurado em 1821 e, demolido em 1937. Mas sua fachada foi desmontada e cuidadosamente reconstruída no Jardim Botânico em 1940.



Academia das Bellas Artes, em litografia de 1846 (Imagem 108)



Imperial Academia de Belas Artes, por volta de 1885 (Imagem 109)



Portal do Tempo (fundos do Portal das Belas Artes) (Imagem 110)

No que se refere ao acervo vivo, de grande importância é a Coleção de Palmeiras, que já foi considerada a quinta maior do mundo, o Jardim Japonês, criado em 1935 e reinaugurado em 1995 pela princesa Sayako, filha do Imperador Akihito do Japão, e composto por bonsais, cerejeiras, bambuzais e lagos artificiais repletos de carpas. É preciso lembrar também o cactário – onde são cultivadas 400 espécies de cactos e suculentas –, o jardim sensorial – projeto voltado para deficientes visuais e que inclui plantas ricas em texturas e odores –, a Cascata Floresta Atlântica – que recria ambientes dessa vegetação com espécimes da flora aquática e epífitas típicas-, a estufa das plantas insetívoras, a Carpoteca – coleção de frutos secos criada em 1915 e que é uma das mais completas do mundo com cerca de 6 mil exemplares-, a Fototeca – composta por aproximadamente 9 mil fotografias de plantas com valor histórico –, o Herbário – que se constitui de cerca de 330 mil plantas –, a Xiloteca – que, desde 1942, vem compondo seu acervo, hoje com 7655 amostras de madeira de 160 famílias e aproximadamente 25 mil lâminas obtidas de 1962 indivíduos –, e a coleção de Plantas Medicinais – formada por aproximadamente 150 espécies.

Uma visita ao jardim também precisa incluir o mirante às margens do Lago Frei Leandro – que, por sua vez, foi construído em 1824 e é o lar de grande quantidade de vitória-régias - *Victoria amazonica* Sowerby (Nymphaeaceae) -, ninfêias (*Nymphaea* sp.) e flores-de-lótus (*Nelumbo nucifera*). A vitória-régia, aliás, por si só é uma das atrações mais populares do parque-laboratório carioca, principalmente durante as tardes de verão, quando desabrocham suas flores solitárias de aroma suave e cerca de cem pétalas, que se abrem em um degradê variando do branco ao púrpura ou ao rosa-escuro.

Conhecimento e ação. Conhecimento em ação

Mas nem só de beleza vive o Jardim Botânico. Lá também são desenvolvidos programas que conjugam ação e pesquisa. Afinal, ninguém pode negar que ação sem conhecimento é temerário e conhecimento sem ação é estéril. Além disso, a produção científica oriunda desse trabalho serve para



O lago Frei
 Leandro – Marc
 Ferrez, c. 1890
 (Imagem 111)

embasar planos, políticas, estratégias oficiais de proteção da biodiversidade.

Obviamente, a ação dos cientistas, aliada e na base da atuação dos entes públicos, é indispensável para impedir a destruição do patrimônio ecológico, mas a conscientização da sociedade também é. Foi pensando assim que o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1992. Lá é que se desenvolve o Programa de Educação Ambiental, que tem como missão implementar projetos e fomentar atividades que promovam o comportamento responsável em relação às questões ambientais, difundindo a idéia de que isso não está ligado só ao respeito pelo planeta e à preocupação com as futuras gerações, mas está intimamente relacionado à qualidade de vida, aqui e hoje.

O monumental Tom Jobim

Uma peça confeccionada em madeira de lei e completada por uma placa de bronze está instalada no Jardim Botânico desde 1995. O monumento presta homenagem a um carioca nascido na Tijuca, na zona norte do Rio, em 1927. Cedo ele se mudou com a família para Ipanema, bairro que inspirou uma canção que não há quem não conheça e que fala de uma musa que caminha com um doce balanço a caminho do mar. Antonio Carlos Jobim, o Tom, amava a natureza, tinha a mata atlântica como um dos principais alentos de sua verve e não se afastava do parque.

Aliás, fazem parte do folclore local histórias em que ele chegava de madrugada, às três, quatro horas da manhã, para passear pelas áleas e para ler e escrever, sentado debaixo das árvores. O maestro negava que isso acontecesse tão cedo, mas o fato é que os vigias tinham ordens de abrir os portões para ele antes do horário regulamentar. O privilégio se devia ao fato de que Tom Jobim, militante da Associação de Amigos do Jardim Botânico, usou seu prestígio internacional para chamar atenção para a causa ecológica, denunciando, propondo, lembrando...muitas foram as canções que falaram do tema, ora lembrando um “passarim” ferido e um mato que é bom, mas o fogo queimou; ora mandando deixar o tatu-bola no lugar, a capivara atravessar, a anta cruzar o ribeirão e o mato crescer em paz. Ou, ainda, calmamente chamando para olhar a chuva molhando a roseira, a chuva que é boa, criadeira, que enche o rio e limpa o céu.

Da esquerda para a direita, Antonio Pacheco Leão, Albert Einstein e um rabino
(Imagem 112)





O gênio e o jequitibá-rosa

Em visita à América do Sul, em 1925, o cientista Albert Einstein esteve no Brasil. O criador das teorias da relatividade geral e especial partira de Hamburgo, na Alemanha, a bordo do navio Capitão Polônio, no dia 5 de março, com destino à Argentina. Em 21 de março, passou pelo Rio de Janeiro, onde fez o comentário: “O problema que minha mente formulou foi respondido pelo luminoso céu do Brasil”. Fazia ele referência, então, a um episódio que ocorrera dois anos antes, ou seja, em 1919, no município de Sobral, no Ceará, e que comprovou um dos postulados da sua teoria: naquele ano, o astrônomo inglês, Sir Arthur Eddington, esteve em Sobral, em expedição científica, e lá, durante um eclipse solar ocorrido em muito boas condições climáticas, conseguiu observar, ao lado do sol eclipsado, a “imagem” de algumas estrelas que, na realidade, se encontravam atrás do astro. O desvio da luz emitida pelas estrelas foi causado pela curvatura do campo gravitacional provocado pela grande massa solar, conforme fora previsto por Einstein, ao descrever o fenômeno.

Ainda durante sua curta passagem pela Capital fluminense, Einstein visitou o Jardim Botânico e lá se encantou com um jequitibá-rosa que, centenário, ainda vive no parque carioca. Diante do deslumbramento do cientista alemão, o diretor do Jardim, Antônio Pacheco Leão, discorreu sobre as propriedades do gigante nativo da flora brasileira, que abriga diversas espécies animais e vegetais sob sua bela e frondosa copa e cujo caule pode chegar a 50 metros de altura e vários metros de diâmetro. Pacheco Leão explicou que a madeira nobre do jequitibá se presta à construção civil e náutica, bem como à indústria de papel, e que sua casca é rica em tanino, um dos principais constituintes do vinho, e que contém substâncias usadas como antídoto em intoxicações por metais pesados, além de serem antioxidantes, adstringentes, anti-sépticas, cicatrizantes e antidiarréicas. Testemunhas da ilustre visita relataram que, ao fim da explicação, ele se ajoelhou aos pés da árvore e beijou suas raízes.

Três Séculos, Três Períodos

Liszt Vieira – Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

O Jardim Botânico foi criado por D. João VI em 13 de junho de 1808 para aclimatar plantas trazidas das Índias Orientais. As primeiras sementes vieram do Jardim Gabrielle, na Ilha da Reunião. Posteriormente, outras mudas vieram de Caiena, na Guiana Francesa. Aqui foi criada, também, nessa época, uma fábrica de pólvora.

O Jardim de Aclimação tornou-se, pouco depois, o Real Horto, ainda no século XIX. Diversas experiências agrícolas foram tentadas como, por exemplo, plantio de chá, feijão e outros cultivos. Os portugueses trouxeram de Macau, na China, uma colônia de imigrantes chineses para plantar chá, mas a experiência não prosperou, seja porque o chá não era de boa qualidade, seja porque fazia concorrência ao chá trazido pelos ingleses da Índia.

No final do século XIX, já no período republicano, o Horto, sob a direção do botânico Barbosa Rodrigues, adquire caráter científico. Sua coleção viva de plantas passou a ser organizada segundo as famílias botânicas. O Jardim Botânico começa a desenvolver pesquisa científica na flora brasileira, tornando-se o maior depositário de conhecimentos científicos sobre plantas no Brasil, inclusive da Amazônia, na primeira metade do século XX.

Ao longo do século XX, o Jardim Botânico firmou-se como uma instituição de pesquisa em botânica tropical. Procurado pela beleza de seu arboreto por cerca de 600 mil visitantes por ano, o Jardim Botânico tornou-se uma referência internacional sobre plantas brasileiras.

No século XXI, o Jardim Botânico adquire um caráter multidimensional. No plano científico, destacam-se, além dos projetos de pesquisa, a criação do Centro de Conservação da Flora Brasileira e a informatização do Herbário. Ao lado da pesquisa científica, temos, hoje, uma Escola de Botânica de nível de pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado, bem como cursos de extensão em gestão ambiental.

O arboreto foi reformado com a restauração do orquidário, cactário, bromeliário, chafariz central, aqueduto da Levada, Centro de Visitantes, caminho da Mata Atlântica, casa Pacheco Leão etc. Ao lado do Jardim Sensorial, de Plantas Medicinais e Jardim Japonês, outros jardins temáticos foram introduzidos, como o Jardim de Plantas Bíblicas, Jardim de Beija-Flores.

Além da dimensão científica, educacional e ambiental, o Jardim Botânico abriga, hoje, uma dimensão cultural importante com a criação do Espaço Tom Jobim – Cultura e Meio Ambiente e do Museu do Meio Ambiente, no antigo prédio do Museu Botânico, agora inteiramente restaurado para abrigar exposições temporárias de natureza científica e ambiental até a instalação da exposição permanente do Museu do Meio Ambiente.

No plano de responsabilidade social, o Jardim Botânico desenvolve projetos sócio-ambientais como ensino de jardinagem a jovens oriundos de famílias de baixa renda, inclusão digital, educação ambiental nas comunidades do entorno etc.

Enfim, o objetivo é promover, no século XXI, um diálogo da ciência com a cultura, da natureza com a arte, da educação com o meio ambiente. Além da produção de conhecimentos, o Jardim Botânico é, hoje, um espaço de divulgação científica, aliando a ciência a outros saberes.





Biblioteca

Nacional





D

Desde a sua fundação por Dom João VI, em 1810, a então Real Biblioteca, embrião da hoje denominada Biblioteca Nacional do Brasil, representou um dos marcos inaugurais de um país que acabou por forjar sua independência. Deixada no porto, em 1808, quando a Família Real portuguesa partiu às pressas para sua mais importante colônia, a Real Biblioteca do Paço da Ajuda sobreviveu a terremotos, guerras, atravessou o Oceano Atlântico e ajudou a reinventar o Brasil.

Ao longo dos anos, a Biblioteca Nacional - a primeira biblioteca pública oficial brasileira - teve várias moradas, cresceu e passou por reformas estruturais. Atualmente, possui a mais rica coleção bibliográfica e documental da América Latina (um acervo de mais oito milhões de peças, sendo considerada uma das dez maiores bibliotecas do mundo). Cabe a ela guardar e preservar a produção bibliográfica brasileira. Também é sua missão disponibilizar ao público este acervo para pesquisa e exibição, contribuindo de forma decisiva para a democratização do acesso ao patrimônio cultural do Brasil. Acompanhar a trajetória da Biblioteca Nacional é conhecer a nossa história.

O início

Podemos afirmar, que a origem da Biblioteca Nacional do Brasil remonta à própria história da Real Biblioteca portuguesa. No início do século XVIII, época de Dom João V, Portugal já possuía uma das maiores bibliotecas da Europa. No entanto, em 1º de novembro de 1755, Lisboa foi vítima de um devastador terremoto que provocou incêndios e maremotos, destruindo vários edifícios, inclusive o da Real Biblioteca.

A partir daí, iniciou-se um movimento para reconstrução da cidade e recomposição do acervo perdido. A solução encontrada foi adquirir acervos privados, requisitar livros de vários mosteiros, incorporar bibliotecas dos jesuítas e recorrer a doações, até que a Real Biblioteca, agora no Palácio da Ajuda, fosse recomposta, o que ocorreu.

Para se ter uma idéia do sucesso da empreitada, seu acervo, em 1807, já reunia mais de sessenta mil obras, entre livros, mapas, gravuras, manuscritos, medalhas, moedas, etc.

A viagem

O início do percurso da Real Biblioteca no Brasil está ligado a um momento decisivo da história de Portugal e da colônia brasileira: a transferência da Corte Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, graças à invasão de Portugal pelo exército francês de Napoleão Bonaparte, em 1808.

Desde o início do século XIX, já se vislumbrava tal invasão por parte do exército napoleônico, por conta da tentativa de bloqueio continental à aliada Inglaterra. Por isso, em novembro de 1807, a rainha D. Maria I, o príncipe regente, D. João, a Família Real e parte da Corte portuguesa embarcaram em 36 navios, rumo ao Rio de Janeiro.

Foram quase dois meses de condições climáticas adversas, pouquíssima água, nenhuma limpeza, doenças e falta de segurança. No entanto, nessa primeira viagem, a Real Biblioteca acabou não vindo junto, o que acabou acontecendo em três viagens, sendo a primeira em 1810 e as outras duas em 1811, após a segunda invasão francesa a Portugal. No total, cerca de sessenta mil obras chegaram ao Rio de Janeiro.



O prédio onde, desde 1905, funciona a Biblioteca Nacional, na avenida Rio Branco (Imagem 113)



Ptolomeu, planisfério, 1486
(Imagem 114)

A primeira sede

Ao chegar ao Brasil, a Real Biblioteca foi alojada em um dos andares do Hospital da Ordem Terceira do Carmo (de acordo com o Alvará de 27 de julho de 1810), localizado na antiga rua de trás do Carmo, atual rua do Carmo, no Rio de Janeiro. No entanto, as instalações eram inadequadas para tal missão.

Assim, em 29 de outubro de 1810 (considerada a data da fundação oficial da Biblioteca no Brasil), D. João VI editou decreto que determinava que, nos fundos da referida igreja, se erguesse e acomodasse a Real Biblioteca. No entanto, as obras somente foram concluídas em 1813, quando foi transferido o acervo.

Em suma, podemos afirmar que, a partir de 1814, estabeleceu-se a primeira biblioteca pública oficial brasileira.

A seta indica o local onde se situava o conservatório do antigo Convento do Carmo
(Imagem 115)



Mapa dos confins do Brazil, com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional...,1749 (Imagem 116)



Sanson, Nicolas. Parte septentrional do reyno de Portugal, 1730 (Imagem 117)

Patrimônio ampliado

Com o passar dos tempos, a Real Biblioteca mudou de nome, sendo denominada Real Biblioteca do Rio de Janeiro. Além disso, passou a ter seu acervo bastante ampliado. Tal ampliação se deu de várias formas: por doações, compras e, principalmente, pelas chamadas “propinas”, ou seja, pela entrega obrigatória de um exemplar de todo material impresso nas oficinas tipográficas de Portugal e na Impressão Régia, instalada no Rio de Janeiro.

Cabe registrar que, ao longo do tempo, essa legislação foi sendo aperfeiçoada. Em 20 de dezembro de 1907, por exemplo, através do Decreto nº 1825, essa “propina” passou a ser chamada de Decreto de Depósito Legal, em vigor até os dias atuais.

Em resumo, a Biblioteca Nacional tem como missão coletar e preservar toda a produção intelectual brasileira.

A independência e a compra da Biblioteca

Após a chamada Revolução Liberal do Porto, em 1821, D. João VI teve que voltar a Portugal com a Família Real – à exceção de seu filho mais velho, D. Pedro I –, levando consigo uma boa parte do acervo da Biblioteca. O que se viu, daí por diante, foi o início de um processo que culminou rapidamente com a emancipação política do Brasil.

A partir daí, uma verdadeira disputa foi travada para conseguir manter o valioso acervo na nova Nação. Por fim, D. Pedro I concordou em indenizar a Família Real portuguesa e a Real Biblioteca ficou definitivamente no Brasil, passando a se chamar Biblioteca Imperial e Pública da Corte.

Pela lente de George Leuzinger,
a cascatinha da floresta da Tijuca
(1865-1874) (Imagem 118)



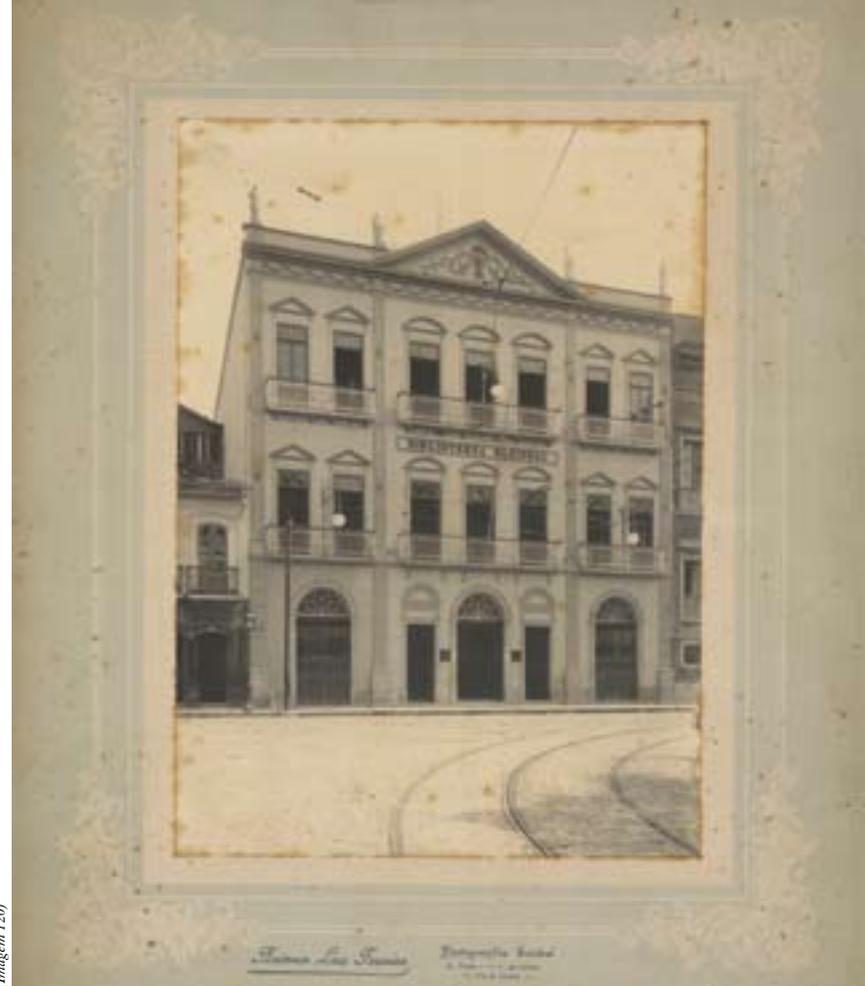


Rugendas, em 1835, registra uma paisagem da praia de Botafogo (Imagem 119)

As moradias

Antes de se fixar definitivamente em seu atual endereço, na avenida Rio Branco, no centro do Rio, a Biblioteca passou por vários prédios. Inicialmente, foi acomodada na Rua do Carmo, mudando-se, em fevereiro de 1855, para o Largo da Lapa, hoje Rua do Passeio, já com o nome de Biblioteca Imperial e Pública da Corte.

Em 1859, mudou-se para o número 60, da mesma rua. No entanto, com o passar dos tempos, outras publicações vieram e a Biblioteca foi se caracterizando cada vez mais como um grande espaço do conhecimento. Até que, após a proclamação da República, teve seu nome novamente mudado para Biblioteca Nacional do Brasil. E como seu patrimônio cultural se ampliava cada vez mais, fazia-se necessária sua mudança para outro prédio, mais adequado às suas necessidades.



(Imagem 120)

Fachada da BN na rua do Passeio, em setembro de 1904



(Imagem 121)



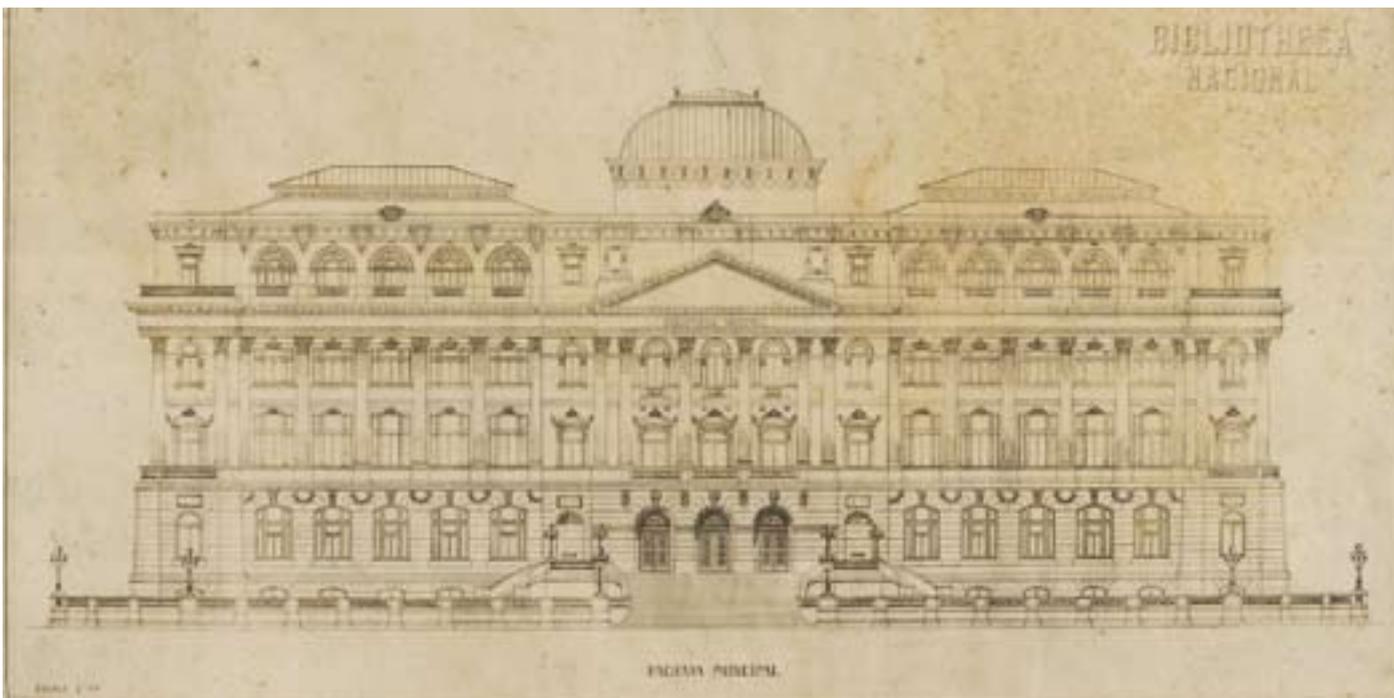
A sala de leitura do antigo prédio da BN, na rua do Passeio (*Imagem 122*)

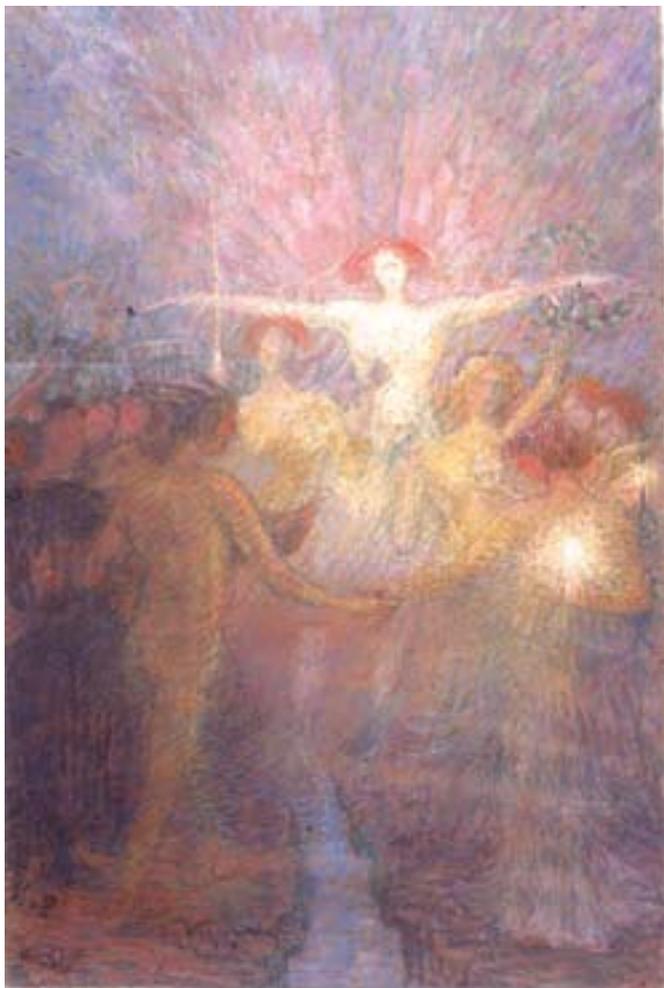
A sede atual

No início do século XX, o prefeito do antigo Distrito Federal, Pereira Passos, empreendeu uma grandiosa reforma urbana e sanitária no Rio de Janeiro. Além disso, o Presidente da República, Rodrigues Alves, em sintonia com a prefeitura, autorizou a compra de alguns prédios no centro da cidade. A partir daí, o então diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva, passou a pleitear junto ao governo federal uma nova sede. Começava a construção de seu prédio atual, na chamada Avenida Central, principal avenida da então capital da República, atual Avenida Rio Branco.

O resultado foi que, em 15 de agosto de 1905, foi lançada a pedra fundamental da atual sede. Por fim, o prédio foi inaugurado em 29 de outubro do mesmo ano - durante o governo do presidente Nilo Peçanha -, data em que a Instituição completava cem anos de fundação.

A BN na avenida Rio Branco (*Imagem 123*)





Desenho, Estudos dos painéis da BN: Progresso e Solidariedade Humana, 1910
(Imagem 124)

(Imagem 125)



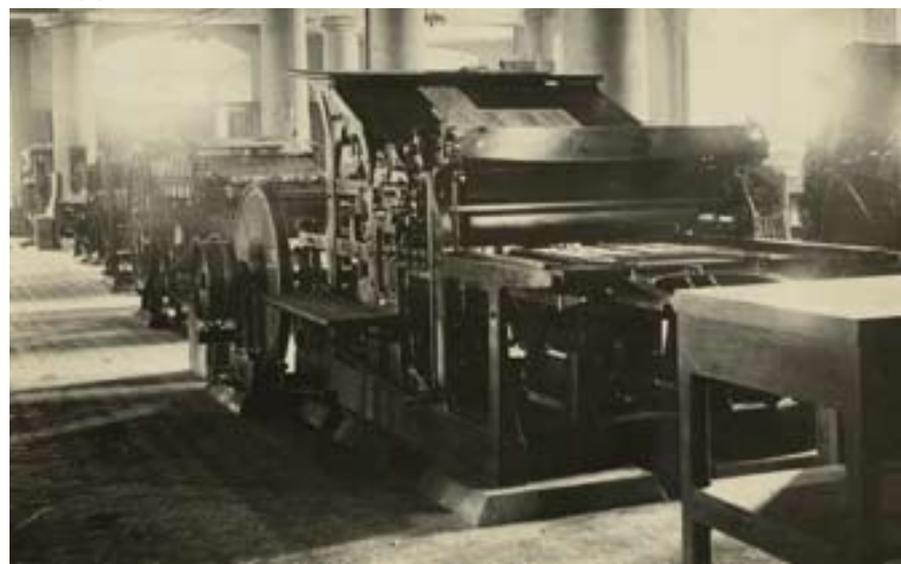


A BN em março de 1928 (*Imagem 126*)

A atual sede da Biblioteca Nacional foi construída pelo arquiteto Francisco Marcellino de Souza Aguiar e pelos engenheiros Napoleão Muniz Freire e Alberto de Faria, com projeto do francês Hector Pépin. O estilo do prédio é eclético (elementos neoclássicos se misturam com art nouveau).

No ano 2000, em espaço do andar térreo, foi inaugurado o auditório “Machado de Assis”. Além disso, a Biblioteca possui atualmente, também no térreo, uma galeria voltada para exposições.

Oficina tipográfica da BN (*Imagem 127*)



As Obras

A Fundação Biblioteca Nacional do Brasil é considerada, atualmente, a oitava biblioteca nacional do mundo e a maior biblioteca da América Latina, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Sua coleção ultrapassa oito milhões de peças. Além disso, a Biblioteca Nacional guarda e preserva a produção bibliográfica e documental brasileira.

Entre inúmeras coleções incorporadas ao seu acervo, podemos destacar a Coleção Barbosa Machado, Coleção Conde da Barca, Coleção Teresa Cristina Maria, etc.

Com relação a Manuscritos, a Biblioteca Nacional tem, em seu acervo, o Evangeliario - século XI-XII (Exemplar em per-

gaminho com textos, em grego, dos quatro evangelhos); partituras originais das óperas de Carlos Gomes (O Guarani, Fosca, Maria Tudor e Salvador Rosa), etc.

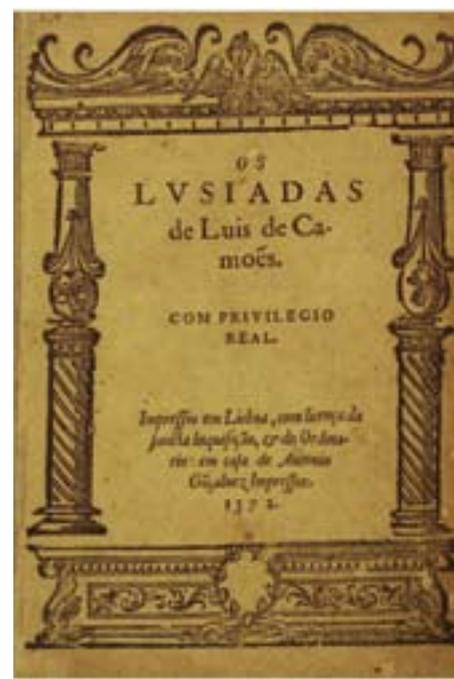
Dentre os Impressos, destacam-se a Bíblia de Mogúncia de 1462; Os Lusíadas, de Luís de Camões (A primeira das duas versões de 1572); a Relação da entrada que fez o excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente anno de 1749 (Folheto de autoria de Luís Antônio Rosado da Cunha, considerada a primeira obra impressa no Brasil. Embora o início da imprensa no Brasil date, oficialmente, de 1808, este documento prova que tal atividade já havia sido exercida anteriormente); o Correio Brasiliense (Primeiro jornal brasileiro, publicado em Londres de 1808 a 1822); etc.



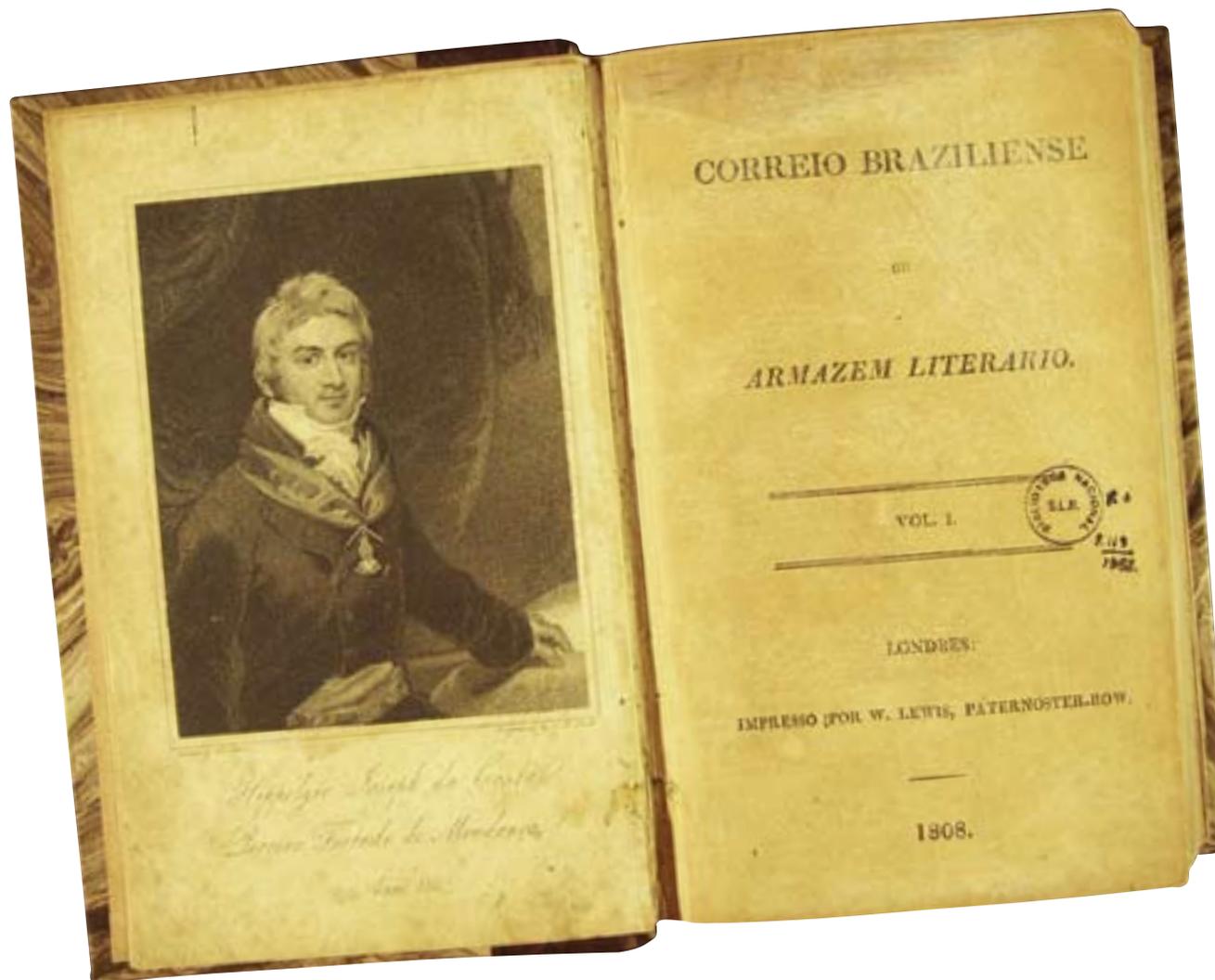
Evangelii Graeci, séculos XI-XII (Imagem 128)



A Bíblia de Mogúncia, publicada em latim, em 1462 (Imagem 129)



A edição de Os Lusíadas, de 1572 (Imagem 130)



O Correio Braziliense
começou a ser publicado
em 1808. No retrato,
Hipólito da Costa
(Imagem 131)

Já seu acervo cartográfico conta com mais de 22.000 mapas, entre manuscritos e impressos, e, aproximadamente, 2.500 atlas, alguns de grande importância histórica. Aí, encontra-se material de extrema relevância para a história não só do Brasil, mas de todo o império ultramarino português, e também para o estudo da cartografia e suas mudanças no passar dos tempos.



Mappa Architectural da
cidade do Rio de Janeiro
(Imagens 132)





Dom Pedro II, dona Teresa Cristina Maria e comitiva, junto às pirâmides do Egito, em 1871 (*Imagem 133*)

A Biblioteca também conta com estampas originais de famosos mestres das escolas europeias (Albrecht Dürer, Stefano della Bella, etc.) e de artistas brasileiros (Osvaldo Goeldi, Carlos Oswald, Iberê Camargo e outros), além de inúmeros desenhos, gravuras, folhetos e monografias dos mais variados temas.

A Biblioteca Nacional também tem, seguramente, a mais importante coleção referente ao início da fotografia brasileira e estrangeira, formada pelo então imperador D. Pedro II, e doada após a proclamação da República.

Também possui o maior acervo de música da América Latina, com aproximadamente 220 mil peças, abrangendo música erudita e popular; autores nacionais e estrangeiros; e músicas de diferentes estilos de época.

Com relação a periódicos, a Biblioteca Nacional possui os principais jornais e revistas impressos no Brasil. Atualmente, as coleções podem ser manuseadas ou consultadas em microfílm. Destacam-se as coleções históricas do Diário Oficial

da União desde o tempo do Império; o Diário de Pernambuco (A mais antiga publicação corrente em língua portuguesa no mundo); o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, fundado em 1827 e por muitos anos utilizado como publicação oficial dos atos do governo, o Jornal do Brasil, etc. Entre os títulos extintos, encontram-se: O Paiz, Diário Carioca, Gazeta de Notícias, Diário de Notícias, etc.

A Biblioteca também promove, desde 2000, o programa “Biblioteca Nacional Sem Fronteiras”, com o objetivo de digitalizar seu acervo para facilitar o acesso ao público, via Internet. Os chamados “Tesouros da Biblioteca Nacional” são, portanto, peças representativas do patrimônio histórico em formato digital. Documentos importantes, como a Bíblia de Mogúncia, a Carta de Abertura dos Portos, as belas ilustrações de Livros de Horas, mapas antigos, além da primeira gramática em língua portuguesa, estão entre as várias preciosidades que podem ser apreciadas de qualquer lugar do mundo pela rede mundial de computadores.



Em 4 de maio de 1830, o Jornal do Comercio divulga a “Falla com que S.M. o Imperador abriu a Assembléa Geral, 1830” (Imagem 134)



Edição de 11 de outubro de 1886 traz o texto “A Monarchia Liberal, de Joaquim Nabuco” (Imagem 135)



A Carta de Abertura dos Portos (Imagem 136)



Três gravuras de Henri Matisse (Imagens 139)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do império**: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993. 837 p.

Alves, Marília Amaral Mendes. **Biblioteca Nacional e/ou Municipal do Rio de Janeiro?**: redimensionamento da presença do estudante de 2. grau na Biblioteca Nacional, 1990. 169 p. Dissertação-(Mestrado em Ciência da Informação). IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

ANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico, ou, apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): formação: histórias. São Paulo: SENAC; SESC, 2000. p. 127-175

O ANFÍBIO: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 1961-. Anual.

BARBOSA Rui. Os atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo. In _____. **Trabalhos Jurídicos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1962. p. 82.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional**. São Paulo: Banco Safra, 2004. 351 p.

_____. **Biblioteca Nacional**: memória e informação. Rio de Janeiro, 1990. 59 p.

_____. **Biblioteca Nacional**: obras raras. Porto Alegre: MARGS, 2000. 89 p.

_____. **Biblioteca Nacional 1810-1910-1980**. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Catálogo dos quinhentistas portugueses da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Guia da Biblioteca Nacional**: sesquicentenário – 1810-1960. Rio de Janeiro, 1960. 67 p.

_____. **Impressos quinhentistas portugueses**. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1960. 21 p.

_____. **Livros portugueses no Brasil**: raridades bibliográficas do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro. - Lisboa, [Portugal]: Embaixada do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1981. 27 p. (Biblioteca Nacional; 2).

_____. **O Rio e a Biblioteca Nacional**: um caso de amor. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

_____. **Padre Antônio Vieira**: catálogo do acervo da biblioteca. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ; Fundação Biblioteca Nacional A Biblioteca, 1999.

_____. **500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Quinhentistas portugueses da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Viagem em imagens**: 190 anos de Biblioteca Nacional: álbum comemorativo. Rio de Janeiro, 2000.

BITTENCOURT, José Neves. **Da Europa possível ao Brasil aceitável**: a construção do imaginário nacional da conjuntura de formação do Estado Imperial (1808-1850). 208 p. Dissertação. (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

BROCCA, Brito. **Ávida literária no Brasil**: 1990. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 275 p.

CAMPANHOLE, Adriano, LOBO, Hilton. **Constituições do Brasil**. 91. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 726 p. (Biblioteca de legislação trabalhista).

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional**: 1807-1990. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 222 p.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 240 p.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília, DF: UNB, 1981. 459 p.

CONHECENDO nosso Jardim: roteiro básico: caderno 1. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1998.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. t. 2, v. 1, p. 135-178.

DE VOLTA à Luz: fotografias nunca vistas do imperador. São Paulo: Banco Santos; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.

DEDA, Artur Oscar de Oliveira. **O direito nos 500 anos do Brasil**: uma síntese da história do direito brasileiro. Aracaju: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe; Departamento de Divulgação, 2000. 26 p.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 160-184.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. A interiorização da metrópole. MOTA, Carlos G. (org.) **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. **Histórias do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007. 664 p.

FONSECA, Roberto Piragibe da. **Curso de instituições de direito público**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971. 359 p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. 123 p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Idéias políticas do constitucionalismo imperial. In. Câmara dos Deputados. **Ciclo de conferência sobre ao pensamento constitucional brasileiro**. Brasília, DF: Senado Federal, 1978. 24 p.

_____. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1987. 187 p.

_____. **O constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal**. Brasília, DF: Arquivo Nacional; Ministério da Justiça, 1972. 208 p.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Justiça Federal, histórico e evolução do Brasil**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. 246 p.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996. p. 535-549.

HERKENHOLFF, Paulo. **Biblioteca Nacional**: história de uma coleção. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997. 263 p.

JOBIM, Tom, ARAÚJO, Zeka. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**: português. São Paulo: Expressão Editorial, 1991. 144 p.

KOSHIBA, Luiz. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 2006. 496 p.

LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. **O cenário do progresso**: a Escola Nacional de Belas Artes, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional na Reforma Pereira Passos. Dissertação. (Mestrado)-PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1999.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio Janeiro: Topbooks, 1996.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente?: o contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000: formação: histórias**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 177-195.

MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. O poder judiciário no Brasil (1523-1871). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo especial, Rio de Janeiro. Consagrado ao I Congresso de História Nacional, de 7 a 16 de setembro de 1914, parte IV, p. 97-148, 1916.

MELLO, Evaldo Cabral de. O jogo da independência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de mar. de 2003. Caderno 'Mais', p. 10-11.

MENDES, Gilmar Ferreira. A ação declaratória de constitucionalidade: a inovação da emenda constitucional n. 3 de 1993. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva, MENDES, Gilmar Ferreira (org.). **Ação declaratória de Constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 51-106.

MENEZES, Paulo Braga de. **As constituições outorgadas do Império do Brasil e ao Reino de Portugal**. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1984. 87 p.

NEPOMUCENO, Rosa. **O jardim de D. João**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. 176 p.

NEQUETE, Lenine. **O poder judiciário no Brasil a partir da independência**. Porto Alegre: Sulina, 1973. 2 v.

NEVES, Lucia Maria B. Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Pós-Graduados em História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NORTON, Luís. **A corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1979. 340 p.

OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. Justiça Federal: evolução histórico-legislativa. **Revista Ajufe**, Brasília, DF, v. 14, n. 50, p. 9-14, jun./jul., 1996.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 100 p.

RAMOS, Saulo. Política e judiciário. **Revista STJ 10 anos: obra comemorativa 1989-1999**, Brasília, DF: STJ, p. 91-113, 1999.

SADEK, Maria Tereza (org.). A organização do poder judiciário no Brasil. In: _____. **Uma introdução ao estudo da justiça**. São Paulo: Fundação Mellon, 1995. p. 07-63.

SADEK, Maria Teresa. O judiciário no Brasil de hoje. In: _____. **Análise da imagem institucional**. Brasília, DF: Conselho da Justiça Federal, 1995. (Série Cadernos do Cej, v. 13).

SADEK, Maria Teresa, ARANTES, Rogério Bastos. A crise do judiciário e a visão dos juízes, **Revista USP**, São Paulo, n. 21, p. 37-45, mar./maio, 1994.

SAMPAIO, Maria da Penha Franco, BRANCO, Maria do Socorro C., LONGHI, Patrícia Reis (coord.). **Autos da memória**: a história brasileira no arquivo da Justiça Federal. Rio de Janeiro: Seção Judiciária do Rio de Janeiro, 2006. 262 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, AZEVEDO, Paulo César de, COSTA, Ângela Marques da. D. João VI e sua corte no Rio de Janeiro: cumprindo o calendário. In: _____. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 287-342.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O livro dos sonhos da Real Biblioteca**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional; Fundação Odebrecht, 2003. 384 p.

TRIPOLI, César. História do direito brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. II, t. 1, 1947.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Do poder judiciário: organização e competência. **Revista de direito administrativo** São Paulo, n. 200, p. 69-100, abr./jun., 1995.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. Administração Joanina no Brasil (1808-1821): o processo de criação independente. In: **Seminário Internacional Dom João VI**: um rei aclamado na América. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1999. p. 348-360.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 680 p.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 201 p.

NOTA: Fundos Documentais consultados no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

REGIMENTO que serve de lei, que devem observar os comissários delegados do físico-mor do Reino nos estados do Brasil. Notação: códice 314. Datas Limite: 1732-1827. Título do Fundo: Ministério do Império. Código do Fundo: 53. Argumento de pesquisa: físico-mor. Data do documento: 16 de maio de 1744. Local: Lisboa.

TRIBUNAL de Desembargo do Paço. Notação: caixa 219, pct. 02. Data Limite: 1808-1828. Título do Fundo: Mesa do Desembargo do Paço. Código do fundo: 4K. Argumento de pesquisa: família, adultério. Data do documento: 3 de agosto de 1808. Local: Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS

BONFIM, Eydi. Biblioteca Nacional, um dos legados de Portugal ao Brasil. **Portugaliza.net**: Revista Digital de Informação e Cultura , [s. l.], n. 5, 3 jul. 2007. Disponível em: < <http://www.agal-gz.org/portugaliza/numero05/bol05n04.htm> > . Acesso em: 19 jan. 2001.

O BRASIL a caminho da emancipação política: encaminhamento da emancipação política do Brasil: a política Joanina. Disponível em: < <http://culturabrasil.org/encaminhamentoemancipado.htm> > . Acesso em: 29 mar. 2008.

BRASIL. Tribunal da Mesa de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. **Alvará de 22 abril de 1808**. Relator: Príncipe Regente João Álvares Miranda Varejão. Rio de Janeiro, 1808. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/Revista/ver_24/alva2204.htm > . Acesso em: 05 abr. 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Civil Originária – ACO 597-AgR. Relator: Min. Celso de Melo. **Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 81, n. 153, 10 de ago. 2006. Seção 1, parte 1, p. 19. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br> > . Acesso em: 23 mar. 2008.

CARRILHO, Carlos Aberto. **Memórias da justiça brasileira**. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2003. 3 v. Disponível em: < <http://tj.ba.gov.br/publicacoes/index.htm> > . Acesso em: 30 mar. 2008.

CONFERÊNCIA análise dos 200 anos de jornalismo. Associação Brasileira da Imprensa. Rio de Janeiro, 29 abr. 2008. Disponível em: < <http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=2480> > . Acesso em: 01 maio 2008.

FONTES, Sílvia Drummond Silva. **A Corte Portuguesa no Brasil**. Disponível em: < <http://172.16.2.33:3128/ProgressMessages/AcortePortuguesanoBrasil.pdf?proxy=complete&index=132&id=7647970&filename=AcortePortuguesanoBrasil.pdf> > . Acesso em: 06 jan. 2008.

A FUNDAÇÃO da Biblioteca Nacional vai adequar seus acervos físicos, digitais e virtuais aos princípios de acessibilidade. **Acessibilidade Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 2008. Disponível em: < <http://www.acesso brasil.org.br/index.php?itemid=886> > . Acesso em: 2 mar. 2008.

HISTÓRIA da Biblioteca Nacional. **Conference of Directors of National Libraries**, [Rio de Janeiro]. Disponível em: < http://consorcio.bn/cdnl/national_libraries_pt.htm > . Acesso em: 12 jan. 2008.

KAISER, Konrad. Entrevista com o capitão de fragata (FN) Marcos Antônio Vespo dos Santos, comandante geral do Grupamento de

Fuzileiros Navais - Haiti. **Reportagens Defesa@Net**, Missão Haiti, 15 dez. 2005. Disponível em: <http://defesa.net.com.br/reportagens/missao_haiti/fn_veppo.htm> . Acesso em: 17 fev. 2008.

MORAES, Alexandre de. Supremo Tribunal Federal em defesa dos direitos fundamentais. **Revista Jurídica da Presidência da República**, Brasília, v. 3, n. 32, jan. 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_32/artigos/stf.htm - 25k > . Acesso em: 19 set. de 2008.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Acervo da família real portuguesa contribui para a criação da Biblioteca Nacional. **Folha Online**, São Paulo, 03 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folhaonline.com.br/folha/Brasil/ult96u374639.shtml>> . Acesso em: 12 jan. 2008.

OS TRAJOS estão de volta: projeto vai recuperar acervo da Biblioteca Nacional trazido por D. João VI. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1529>> . Acesso em: 06 abr. 2008.

SITES CONSULTADOS

BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.bn.br>> . Acesso em: 9 fev. 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://camara.gov.br>> . Acesso em: 16 mar. 2008.

IMPrensa NACIONAL. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/imprensa/menu/a-imprensa-nacional>> . Acesso em: 8 mar. De 2008.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÔNIO ARQUITECTÔNICO. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/guia/prib.htm> . Acesso em: 24 fev. 2008.

JARDIM BOTÂNICO. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br>> . Acesso em: 20 jan. 2008

MUSEU DA IMPRENSA. Brasília, DF 2008. Disponível em: <<http://museudaimprensa.in.gov.br/imprensa/museu.htm>> . Acesso em: 15 mar. 2008.

ÍNDICE ICONOGRÁFICO

NOTA: O índice iconográfico está organizado por instituições e seus respectivos acervos.

152

BIBLIOTECA NACIONAL

- A Bíblia de Mogúncia, 1492 (Imagem 129)- p. 134
A BN na Avenida Rio Branco (Imagem 123)- p. 131
A BN em março de 1928 (Imagem 126)- p. 133
A Carta de Abertura dos Portos (Imagens 133)- p. 140
A Cascatinha da Floresta da Tijuca (Imagem 118)- p. 129
Conservatório do Convento do Carmo (Imagem 115)- p. 128
O Correio Brasiliense, 1808 (Imagem 131)- p. 135
 ver também Hipólito da Costa
Cultura e opulência do Brasil, obra (Imagem 138)- p. 141
D. Maria I (Imagem 22)- p. 27
Dom Pedro II, Dona Tereza Cristina e Comitiva, junto às pirâmides do Egito, 1871 (Imagem 133)- p. 138
Dona Carlota, princesa do Brasil (Imagem 23)- p. 27
A edição de Os Lusíadas, 1572 (Imagem 130)- p. 132
Evangeliae Graecae, séculos XI-XII (Imagem 128)- p. 134
Fachada da BN na Rua do Passeio, 1904 (Imagem 120)- p. 130
Fachada Posterior da BN (Imagem 121)- p. 130
Hipólito da Costa, retrato (Imagem 131)- p. 135
Jornal do Commercio, 1830 (Imagem 134)- p. 139
Largo do Passo, Rio de Janeiro, 1840 (Imagem 4)- p. 13
Livro de Horas em Latim (Imagem 137)- p. 141
Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional, 1749 (Imagem 116)- p. 118
Mappa Architectural da cidade do Rio de Janeiro (Imagens 132)- p. 136 e 137
Napoleão, sobre a transferência da família bragantina do Brasil (Imagem 5)- p. 15
Napoleão Bonaparte (Imagem 3)- p. 12
Oficina tipográfica da BN (Imagem 127)- p. 133
O paiz, 1886 (Imagem 135)- p. 139
Palácio de São Cristóvão, 1818 (Imagem 13)- p. 20
Parte setentrional do Reyno de Portugal, 1730 (Imagem 117)- p. 128
Paisagem da praia de Botafogo, 1835 (Imagem 119)- p. 130
A Partida para o Brasil (Imagem 1)- p. 11
Ptolomeu, planisfério, 1486 (Imagem 114)- p. 127
Planta da Cidade de São Sebastião, Rio de Janeiro, 1808 (Imagem 14)- p. 21
Progresso e Solidariedade Humana, 1910 (Imagens 124 e 125)- p. 132
Representações do Príncipe Regente, descrições da personalidade de D. João VI (Imagens: 6 a 10)- p. 16,17
Ritual do Beija-Mão, célebre representação por APDG (Imagem 17)- p. 23
Rodrigo Corrêa de Souza Coutinho, uma voz influente no governo português (Imagem 2)- p. 12
A sala de leitura do antigo prédio da BN (Imagem 122)- p. 131
Três gravuras de Henri Matisse (Imagem 139)- p. 142

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

NOTA: Imagens cedidas pelo Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil para a organização desta obra.

- Alvará de Criação da Brigada Real da Marinha (Imagem 60)- p. 64
 Banda do Corpo de Fuzileiros Navais (Imagens 61 e 62)- p.66
 Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais (Imagem 63)- p. 67
 Batalhão Naval, 1910 (Imagem 66)- p. 70
 Embarque de tropas do Rio de Janeiro para Montevidéu (Imagem 65)- p. 69
 Formatura com as armas, década de 1930 (Imagem 67)- p. 71
 Fuzileiros na República Dominicana (Imagens 71 e 72)- p. 72
 Fuzileiros no Haiti (Imagem 71)- p. 73
 Fuzileiros navais em exercício de tiro antiaéreo (Imagem 68)- p. 72
 Galeria de uniformes históricos (Imagem 74)- p. 80
 Monumento aos fuzileiros navais mortos em combate, Museu do Corpo de Fuzileiros Navais (Imagem 76)- p. 80
 Salão de exposição do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais (Imagem 75)- p. 80
 Sede do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro (Imagem 73)- p. 79
 Soldado BRM, 1808 (Imagem64)- p. 68
 Tropa embarcando para o Haiti (Imagem 72)- p. 74

FOTOS DE HENRIQUE HUBER

NOTA: Fotos tiradas na cidade do Rio de Janeiro, 2007.

- Arcos da Lapa (Imagem 19)- p. 24
 Biblioteca Nacional (Imagem 113)- p. 126
 Casa de Banhos de D. João VI, hoje Museu de Limpeza Urbana (Imagem 11)- p. 19
 Casa de Suplicação, Rua do Lavradio no Centro do Rio de Janeiro (Imagem 32)- p. 39
 Chafariz, Jardim Botânico, Rio de Janeiro (Imagem 107)- p. 113
 Corte Constitucional, Rua Primeiro de Março nº 42 (Imagem 35)- p. 43
 Esplanada do Castelo (Foto 16)- p. 22
 Estátua de D. João VI (Imagem 31)- p. 38
 Fábrica de Pólvora, Jardim Botânico, atualmente (Imagem 96)- p. 105
 Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso (Também conhecida como Igreja da Misericórdia) (Imagem 15)- p. 22
 Igreja de Santo Antônio (Imagem 20)- p. 25
 Museu da Quinta da Boa Vista (Imagem 12)- p. 19
 Palácio da Rainha (Imagem 21)- p. 25
 Paço Imperial, Chafariz da Pirâmide, Praça XV (Imagem 30)- p. 38
 Palácio da Rainha (Imagem 21)- p. 25
 Petit Trianon, Sede da Academia Brasileira de Letras (Imagem 93)- p. 98
 Praça Tiradentes (Imagem 18)- p. 24
 Prédios antigos, no Centro do Rio
 - Rua Buenos Aires, Rio de Janeiro-RJ (Imagem 24)- p. 28
 - Rua do Carmo (Imagem 26)- p. 30
 - Rua do Rosário esquina com Rua da Quitanda (Imagem 25)- p. 29

IMPrensa NACIONAL

NOTA. Imagens cedidas do acervo da Imprensa Nacional para a organização desta obra.

- Conde da Barca (Imagem 79)- p. 88
 Decreto que criou a Imprensa Régia (Imagem 78)- p. 87
 Decreto em homenagem ao Machado de Assis (Imagem 91)- p. 97
 O Diário Oficial da União no Guinness Book of Records (Imagem 87)- p. 94
 Edição número 1 do Diário Oficial, 1892 (Imagem 91)- p. 94
 Escola de Aprendizagem de Artes Gráficas da Imprensa Nacional - EAGIN (Imagem 92)- p. 98
 Museu da Imprensa (Imagem 90)- p. 96
 A Nau Medusa (Imagem 77)- p. 86
 O Patriota, o primeiro jornal literário e mercantil do Brasil (Imagem 85)- p. 92
 Planti-impressora (Imagem 86)- p. 93
 Primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro (Imagem 84)- p. 91
 Primeira edição do Diário da Justiça, 1925 (Imagem 89)- p. 95
 Primeira sede na Rua do Passeio nº 44 (Imagem 80)- p. 88
 Primeiro Anúncio da Imprensa Régia, 7 de setembro de 1808 (Imagem 82)- p. 90
 Primeiro Livro Publicado, 1808 (Imagem 83)- p. 90
 Sede da Imprensa Nacional em Brasília (Imagem 81)- p. 89

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

NOTA: Imagens cedidas pelo Jardim Botânico para a organização desta obra.

- Academia das Bellas Artes, 1846 (Imagem 108)- p. 114
 A aléia das palmeiras, na última década do século XIX (Imagem 104)- p. 111
 Antônio Pacheco Leão, Albert Einstein e um rabino (Imagem 112)- p. 119
 Busto e brasão de D. João VI (Imagem 105)- p. 112
 Carnaúba, planta (Imagem 99)- p. 108
 A Fábrica de Pólvora, 1817-8 (Imagem 95)- p. 104
 Getúlio Vargas regando uma muda da planta palma imperial, 1938 (Imagem 102)- p. 110
 Imperial Academia de Belas Artes, 1885 (Imagem 109)- p. 115
 Juscelino Kubitschek, 1956 (Imagem 103)- p. 106
 O Lago Frei Leandro, 1890 (Imagem 111)- p. 117
 A Lagoa Rodrigo de Freitas, 1828 (Imagem 94)- p. 103
 Piteira ou Agrave, planta, 1866 (Imagem 98)- p. 107
 Planta (Imagem 99)- p. 109
 Portal do Tempo (Imagem 110)- p. 116
 Rua Jardim Botânico, 1880 (Imagem 106)- p. 113
 Tamareira Senegal, c1866 (Imagem 97)- p. 106
 Vista do Jardim Botânico (Imagem 101)- p. 109

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF

Casa da Corte Suprema, 1950 (Imagem 36)- p. 44

Composição dos Ministros do STF, agraciados com medalhas e diplomas, 1955 (Imagem 49)- p. 52

Cônego Leônicio Galvão, Aurélio Viana e Alfredo Rui Barbosa (Imagem 41)- p. 47

O conselheiro Rui Barbosa e seu filho (Imagem 41)- p. 47

D. Pedro I entre a Constituição Brasileira de 1824 e a Constituição Portuguesa de 1826 (Imagem 34)- p. 42

Diplomação do Presidente da República Juscelino Kubitschek (Imagem 50)- p. 53

Hall do STF, na Avenida Rio Branco nº 241 (Imagem 39)- p. 46

Interior da sala de sessões da antiga sede do STF, 1950 (Imagem 40)- p. 46

Juiz e Promotor, século XIX (Imagem 28 e 29)- p. 36, 37

Membros da Embaixada Especial Portuguesa, 09.08.41 (Imagem 44)- p. 49

Membros do Congresso Jurídicos Nacional, 01.09.43 (Imagem 45)- p. 49

Ministros do STF

Hermes Lima (Imagem 54)- p. 55

Nunes Leal (Imagem 54)- p. 55

A multidão em frente ao Tribunal (Imagem 41)- p. 47

Página do diário de Getúlio Vargas (Imagem 46)- p. 50

Plenário do STF, na Avenida Rio Branco (Imagem 38)- p. 45

ver também sala de sessões

Retorno de D. João para Portugal (Imagem 33)- p. 40, 41

Rui Barbosa, 18.04.1909 (Imagem 41)- p. 47

Rui Barbosa no STF, 18 de abril de 1909, tribuna do STF (Imagem 43)- p. 48

Sala de Sessões, móveis (Imagem 38)- p. 45

Sessão Plenária do STF na presidência no Rio de Janeiro do Ministro Pindahiba de Mattos, 1909? (Imagem 42)- p. 47

Sessão solene da Instalação do Tribunal Federal de Recursos no STF (Imagem 48)- p. 51

Sessão solene na Presidência do ministro Luiz Carlos Galhotti (Imagem 50)- p. 53

ver também Diplomação do Presidente da República Juscelino Kubitschek

STF em Brasília (Imagem 51)- p. 54

Visita ao legado pontifício Dom Adeodato Giovanni Piazza e sua comitiva ao STF (Imagem 48)- p. 51

Visita da princesa Abide Suchaar, recebida pelo presidente Oromzimbo Nonato (Imagem 54)- p. 55

Visita do presidente de Portugal Craveiro Lopes (Imagem 52)- p. 55

Vista dos ministros ao novo edifício do STF, Avenida Rio Branco, nº 241 (Imagem 37)- p. 45

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Tribunal Regional da 1ª Região (Imagem 55)- p. 57

Tribunal Regional da 2ª Região (Imagem 56)- p. 57

Tribunal Regional da 3ª Região (Imagem 57)- p. 57

Tribunal Regional da 4ª Região (Imagem 58)- p. 57

Tribunal Regional da 5ª Região (Imagem 59)- p. 57

*Este livro foi composto na fonte
ITC Usherwood e impresso em offset
A capa sobre papel couché matte 170g/cm²
e o miolo sobre papel couché brilho 115g/cm²*

Rio de Janeiro, 2008.